



# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO  
DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO II — QUARTA SÉRIE —  
1 DE NOVEMBRO DE 1975 — QUINZENÁRIO —

## EDITORIAL

É evidente que o país está a sofrer uma tremenda crise que afecta todos os sectores e todas as actividades; o desemprego agrava-se ao mesmo tempo que a escalada dos preços dissolve o poder aquisitivo dos salários. E se é certo que o fascismo já tinha esgotado as possibilidades das estruturas nacionais, também é certo que os sucessivos governos que lhe sucederam revelaram total incapacidade e não tiveram nem dinâmica nem recursos para evitar uma crise tão profunda e uma desordem tão completa.

Partidos e MFA esgotaram a breve trecho, pela demagogia que intentaram, as hipóteses da revolução burguesa que lhes estariam destinadas, e as chamadas extremas-esquerdas, que apenas se diferenciam dos partidos reformistas (PC e PS) por engorgitar os dogmas pseudo-revolucionários que aqueles adoptam, apenas aumentaram os factores de desorientação e de deterioração revolucionária.

Mergulhados no caos político, assobeados com os evidentes sinais da crise económica, os partidos insensatamente jogam os lances de sedições que lhes facultem uma supremacia governativa, supondo que outro Governo mudaria o rumo catastrófico dos cinco governos anteriores. E nesta barafunda, direitas e esquerdas jogam no mesmo campo, mas onde aquelas dispõem do factor desorientação a seu favor.

A partir desta constatação define-se a linha divisória que separa o caos político da revolução burguesa do conteúdo revolucionário da germinação duma sociedade socialista. Esta linha separa as bases populares e dos trabalhadores das camadas do controlo operário, de autogestão, das colectivizações agrárias, e dos conselhos de moradores, etc.

Mas esta linha divisória, que separa a hegemonia burguesa que resiste nas cúpulas dos partidos, nas administrações de empresas nacionalizadas e nas frentes unitárias dos chamados «aliados» das classes trabalhadoras, começa agora a ser assaltada.

As reacções antipartidárias, o dinamismo das iniciativas populares, mesmo quando devessem ser positivas, e certos sectores políticos pretendem aproveitá-las para se retemperarem.

Sob a capa do apertadismo, os agentes partidários procuram agora influir nos órgãos revolucionários de base, organizando alguns ou lançando consignas que mobilizem essas bases numa movimentação meramente política e partidária.

(Continua na pág. 8)



## A MORTE DOMINA A ESPANHA

O Comité Peninsular da Federação Anarquista Ibérica enviou-nos um apelo, dirigido a todo o mundo, sobre a onda de repressão e morte com que o franquismo está alogando a Espanha, e que a seguir publicamos.

As agrupações anarco-sindicalistas e anarquistas portuguesas fazem divulgar este chamamento apelando para o protesto e a acção ofensiva de todas as forças antitotalitárias capazes de subverter a ameaça permanente do fascismo franquista. Eis o texto do apelo:

A Espanha vem sendo, desde Março de 1939, um povo martirizado, submetido ao terrorismo de um poder trânico, feroz e inumano.

Neste país, assassina-se por ordem do alto. As ordens draconianas vêm de cima e o aparelho repressivo obedece, funciona de maneira expeditiva, cega, brutal. Persegue, executa e assassina.

Logicamente, um monstro deve morrer: Franco, o «caudillo», o verdugo maior do nosso povo. É ele o responsável directo de todos os desmandos, de todas as torturas, de todas as atrocidades, das execuções pelo garrote vil de combatentes da liberdade, dos assassinatos ditados friamente desde o alto, fomentados por esse infame decreto-lei chamado «antiterrorista», que oficializa e consagra o terrorismo implacável aplicado pelo poder. Esse terrorismo que leva perante o pelotão de execução a juventude rebelde espanhola, para sangrá-la e dizimá-la.

É-o ele, e são-no os seus cúmplices, quantos o sustentam e apolam.

É-o o regime franquista, que não pode evoluir nem mudar de natureza. Fascista foi a sua origem, e fascistas são e serão as suas estruturas. São-lo-iam mesmo num hipotético pós-fraquismo continuador, com o Juan Carlos impotente à sua frente.

São responsáveis todos aqueles que se opõem à Grande Revolução espanhola, transformadora e depuradora. Aquiles que devem ser varridos inexoravelmente pelos impulsos da rebeldia imparável do povo, que rebentam, e rebentaram cada dia mais e com mais pujança por todas as partes, surgindo desta imponente vaga popular pela acção multitudinária, irreversível e generalizada.

O nosso povo quer ser livre e só-lo-há!

A nossa luta em Espanha não só pela nossa liberdade

(Continua na pág. 8)







# A BATALHA

GO ORGAO  
CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO II — QUARTA SERIE — N. 29  
17 DE MARÇO DE 1976 — QUINZENÁRIO — 4500

## REJEITAMOS AS «ALTERNATIVAS»



ALVORADA



MAU TEMPO

### EDITORIAL

No dia 25 de Abril, quando os trabalhadores estavam na rua — confraternizando com os soldados seus irmãos e o País exultava estremunhado na esperança da libertação, Caetano, o homem que dizia que «o poder não cairia na rua», entregou a Spínola, no quartel do Carmo, as chaves das algemas do País, transmitindo-lhes os seus poderes. Não foi em vão este acto. A «continuidade» teria uma nova imagem e a transição seria feita pelo notário improvisado da ocasião: o MFA.

Alguns dias após, no 1. de Maio, os trabalhadores e os seus sindicatos espontaneamente pactuavam na rua a sua união, mas no Estádio quem falou, quem ditou, foram os partidos políticos e quantos pelo seu antifascismo procuravam já os degraus do Poder.

Estes factos determinaram as características da ascensão burguesa do capital financeiro e industrial que procurava ultrapassar exclusivamente o restrito quadro institucional do corporativismo.

Alucinado com uma vitória a que o forçara a falência da guerra colonial, o ocasional MFA acolhe-se aos partidos que saíam da obscuridade inoperante para que o ajudem a manter em funcionamento a máquina administrativa. E estes, numa situação que não criaram, amparam-se aquele disputando a sua preferência.

As reivindicações salariais dos trabalhadores são, no momento, os quadros sindicais corpora-

Até aí o esquema dos acontecimentos não alectaria as estruturas capitalistas nem o Estado como gestor político, e os partidos coligados na «continuidade» outorgada a Spínola advogavam uma política de austeridade económica, classificando de «irrealistas e oportunistas» algumas precárias reclamações salariais, como fez o PC em vertigem ascensional.

#### DOIS CAMINHOS

Mas as estruturas do País por demais débeis e os partidos coligados, procurando cada um audiência e clientelas eleitorais, não têm qualquer resposta para a agudização das relações de produção e para a crise institucional que vinha de longe, agravada com a falência de empresas que viviam amparadas ao regime anterior, o encerramento doutras por premeditado «lock-out» e a fuga dos capitais organizada à vontade pelos magnates.

E os governos, como provisórios, simplesmente se sucedem.

As lutas dos trabalhadores pela sua sobrevivência toma novas amplitudes, na medida em que têm de tomar por suas mãos as medidas de circunstância que põem em causa o próprio sistema capitalista da produção, as estruturas urbanas e administrativas, privilégios sociais e o aparelho burocrático do Estado, e em especial indústrias em declínio.

Pelo dinamismo da sua própria função histórica são os trabalhadores que tomam a iniciativa de responder aos graves problemas que se apresentam intervindo na alteração das relações de produção e criando novos esquemas de relações sociais a partir dos centros de convivência hu-

Assim, se processa a demarcação entre o processo de recuperação capitalista e estatal do sistema em crise, e a formação de novas formas de relações democráticas e federalistas que afrontavam o aparelho centralista do Estado. Mas é ainda no seio deste que a classe dominante por via dos partidos de esquerda ou de direita procuram recuperar o espaço e o poder em declínio. É ainda no seio do Estado que se eliminam os diferentes de interesses, procurando estabelecer uma vantajosa correlação de forças. Será essa a função do Conselho da Revolução.

#### O CAPITALISMO RECUPERA

A essa demarcação corresponderia inevitavelmente a confrontação. Os poderes políticos e os privilégios económicos correspondentes teriam de ser recuperados, e acaba o Estado por procurar recuperá-los, pois o capitalismo privado perderá já as faculdades de recuperação.

O Estado recorre às chamadas nacionalizações com a cumplicidade dos partidos intitulados de esquerda ou extrema esquerda, e até de alguns sindicatos, como imagem duma pretensa socialização, mas que naturalmente se processa em termos de estatização. E as actividades estatizadas escapam assim ao controlo dos trabalhadores, e onde quer que ainda existam, vão sendo cada vez mais absorvidas por comissões burocráticas e tecnocratas que enxameiam os partidos apresentando-se pomposamente na fraseologia leninista como «os aliados naturais da classe trabalhadora».

Para que a confrontação não seja frontal a nível dos poderes do Estado estes seriam recuperados, e as comissões de trabalhadores, de moradores ou de aldeias, as colectivizações agrícolas seriam instrumentalizadas e integradas nos





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO

DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO III — IV SÉRIE — N.º 1

MENSAL — JANEIRO DE 1977 — PREÇO 75\$

## EDITORIAL

Se não fora a iniciativa e decisão dos camponeses alentejanos de ocuparem e cultivarem os latifúndios, cuja existência, por si só, era um verdadeiro insulto à miséria em que vivia a maior parte da população dos campos; se não fora o entusiasmo com que esses mesmos camponeses se voltaram ao trabalho, transformando infundáveis extensões de terras, muitas vezes incultas, e algumas crimonosamente guardadas apenas para coutos de caça, em fontes de imediata riqueza, onde cresce o trigo ou se apascenta o gado; se não fora as experiências autogestionárias nos sectores secundário e terciário, em fábricas e empresas que os capitalistas em fuga abandonaram, levando consigo os bens que podiam; se não fora ainda outras espontâneas acções revolucionárias, algumas das quais apontaram um rumo ao mundo, como por exemplo as ocupações de casas devolutas no interesse da colectividade; se não fora tudo isto, o 25 de Abril ter-se-ia afogado irremediavelmente numa absoluta paralisia económica, arrastando consigo a miséria, a fome e o desemprego, ou então confinar-se-ia à triste mediocridade dum pronunciamento militar, inspirado por capitães e dominado por generais, que cumpriria o seu destino sem horizontes e sem grandeza.

Mas tal não aconteceu, e não aconteceu justamente devido à acção desenvolvida, desde as primeiras horas da queda do fascismo, pelas classes mais desfavorecidas, para empregarmos uma expressão oficialmente consagrada, que salvaram o País do caos e a Revolução do opróbrio.

Sob este aspecto, nunca será demais salientar a actualização verdadeiramente revolucionária dos camponeses alentejanos, que souberam interpretar na prática e no momento oportuno o conceito libertário da acção directa. Milhares e milhares de hectares de terras, algumas abandonadas, maninhas, foram ocupadas, lavradas, semeadas,

(Continua na 8.ª pág.)



Em Veneza realizou-se um Convénio Internacional de Estudos Bakinistas, assinalando o 1.º Centenário da morte do grande revolucionário e pensador anarquista que se celebrou este ano (págs. centrais)

## O CONTRA-PODER POPULAR

A política de qualquer Estado, fascista, «comunista» ou democrático, parte do conceito global dos interesses e da gestão que domina na sociedade. Daí nasce uma ordenação que tende a dominar todas as relações sociais e visa a proteger o que considera a ordem estabelecida.

A política do Estado é sempre uma ditadura que se gera nele para condicionar todos os recursos e todas as actividades, e os homens são sujeitos à máquina da produção e vivem nas condições que facilitam o aparelho mercantil e o lucro.

Todas as necessidades humanas se comercializaram, e quando a sociedade lhe oferece os produtos ou os serviços apenas visa o lucro, e não tem, por consequência, objectivos de facultar às pessoas o estilo de vida capaz de lhe garantir segurança, estabilidade e bem-estar.

A insegurança económica dos que não dominam o aparelho da produção nem se instalaram nas funções de gestão técnica ou burocrática, permanece mesmo quando a técnica e o progresso podem facultar maiores e melhores condições de existên-

cia. E o aumento da riqueza chamada «prosperidade nacional», não corresponde às condições materiais da existência humana nem se traduz na melhoria das condições individuais colectivas de vida.

Geralmente aos Governos mais visível a necessidade aperfeiçoar o aparelho fiscal, a eficiência da máquina policial do exército, as trocas comerciais que garantam as empresas medidas do que aperceber-se das necessidades da vida local,

(Continua na pág. 3)

## OS SINDICATOS COMO ARMÀ REVOLUCIONÁRIA

Em artigo anterior, aforámos algumas ideias sobre a ascensão da tecnoburocracia. Hoje continuamos o assunto.

Num livro publicado em 1914, «The Managerial Revolution», James Burnham indicava que a futura classe dirigente seria constituída não pelos proprietários dos meios de produção, mas sim pelos indivíduos que na actual sociedade desempenham funções técnicas e administrativas de chefia. Estes (técnicos e burocratas) controlariam os instrumentos de produção e receberiam uma parte excepcional da distribuição dos lucros. Os capitalistas que têm sido os beneficiados, por manterem os direitos de propriedade,

de dois instrumentos de produção. — Transmíssores por herança ou doação e garantidos pelo Estado —, os chefes das modernas empresas viriam (ou estão hoje em dia) a obter indirectamente esses benefícios através do controlo do Estado; e das empresas. O Estado, em última hipótese através das nacionalizações controlaria directamente toda a produção e aboliria com os capitalistas privados.

As empresas e o Estado seria para todos os efeitos «propriedade do grupo ou classes de dirigentes». Isso seria o suficiente para os colocar numa posição de classe dominante; pela transferência dos meios de produção das mãos dos capitalistas para as

mãos dos chefes das empresas e do Estado (nas mãos da burocracia e militares), a tecnoburocracia ascenderia a classe ou grupo dominante (dirigente) de toda a sociedade. Apesar do contexto reacçãoário do livro, o que ele expunha foi e começou a ser amplamente discutido, nomeadamente por vários marxistas.

Contudo, a ascensão desta nova classe já tinha sido denunciada no século passado pelos anarquistas: então era ela um emito, hoje uma realidade que alguns ou quase todos os marxistas apresentam, como fatal ou necessária para o «progresso». Bakunine foi mais longe ao associar o marxismo à tecnoburocracia.

O problema da necessidade dos técnicos é profundamente falseado, quando nos dizem que eles estão «mal habilitados» para assumir a direcção da sociedade, que os restantes trabalhadores. Não falamos aqui dessa burocracia (profissional) que chefia os partidos, vários sindicatos, associações disto e daquilo — não recusamos a sua base.

«sem negarmos a necessidade de certos técnicos, o que lhe recusamos é qualquer poder ou direcção dos assuntos colectivos; estes, os tecnoburocratas, devem integrar-se no processo produtivo e dele fazerem parte como simples conselheiros técnicos. A gestão ou direcção da sociedade deve ser sempre fundamentada nos colectivos (assembleias e congressos) de base. Caso contrário de novo teríamos a sociedade de classes reconstituída na sua forma embrionária: dirigentes/dirigidos.

A revolução social é a superação da sociedade de classes e necessariamente da própria tecnoburocracia.

Podemos agora acrescentar mesmo os «soviets» da Rússia, «conselhos» da Hungria, Alemanha, Itália, etc., nunca conseguiram realmente coordenar-se à escala de um país. Nem reorganizar as actividades económicas, mais que ao nível de uma empresa, ao nível de sector ou da economia de um qualquer. E, este é sem dúvida, aspecto fundamental para a construção da autogestão; sem uma repartição a este problema, a autogestão não terá visibilidade possível — luta contra a opressão e a exploração é longa, mas a dualidade de poder é muito breve uma revolução.

Parcece-nos que a organização sindical — pelo seu alcance territorial através de federações e a confederação de sindicatos, é insubstituível mesmo que os «conselhos» ou «comités de trabalhadores», criem nos sindicatos ou federações de sindicatos à escala de todo um País, não significa que não estejamos na actual «sindicalidade», e o sindicalismo predominante. O «conselho»

## SUMÁRIO

SOBEREX: TRABALHADORES SEM ORDENADO HÁ DOIS MESES

O FASCISMO E OS RE-

3.ª Pág.

FRANÇA, 1936  
OS NOSSOS LEITORES ESCREVEM-NOS

Centrais

6.ª Pág.





ANTIGO ÓRGÃO  
DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO III — IV SÉRIE  
MENSAL — MARÇO DE 1977 — PR

## EDITORIAL

Depois de encerrado o Congresso dos Sindicatos é indispensável verificar quais os seus resultados; se o movimento sindical reflectiu sobre a sua crise orgânica, da sua ainda evidente estruturação e mentalidade corporativa de que ainda não se libertou, se evitou a crise e a cisão, e se o que ficou representa triunfo, se as parcelas que ficaram de fora são desprezíveis.

Do lado da Intersindical um certo triunfalismo dissimula a debilidade estrutural e o receio da consumação duma cisão com o aparecimento doutra central sindical, aliás de igual teor.

Esta debilidade começa a revelar-se na imprecisão da sua tomada de posição nos conflitos laborais presentes, congratulando-se que esses conflitos tenham dado abertura ao diálogo, omitindo-se o vago dessas lutas e dos seus resultados.

Doutro modo, a Intersindical não se apercebendo da desproporção da capacidade reivindicativa dos diversos sectores do trabalho que origina a diferenciação cada vez maior das condições económicas e regalias entre os trabalhadores, apenas procura utilizar as movimentações que se produzem para dourar a sua «vitalidade sindical» e aproveitá-las como jogos ofensivos convenientes à obtusa estratégia do P. C. com o qual a Intersindical se sincroniza.

É evidente que deste modo se torna cada vez mais precária a indispensável solidariedade e colaboração entre os sectores do trabalho mais desafogados e os trabalhadores de débeis indústrias e artesanatos, pelo que se afastam, não bastando para cobrir este vago a demagogia dos discursos dos dirigentes alinhados ou os comunicados pagos nas páginas dos jornais.

A Intersindical cumprindo o seu destino reformista e de alinhar a classe trabalhadora com a política do Estado, na esperança que pela via política venha depois a dominá-lo, procura já, em tom semi-amistoso, colaborar num pacto social para o Plano Económico e pela boca dos seus chefes congratula-se com o diálogo, prometendo com essa abertura «não desencadear lutas políticas».

Oscilando entre um diálogo que a nada pode conduzir e a colaboração na qual se pode pactuar por cima dos trabalhadores, a Intersindical paira por cima do movimento governando uma política sobre as débeis resoluções do Congresso dum progresso de acção e caderno reivindicativo que eles mesmo consideram moderado, e que assenta simplesmente no jogo dos contratos de trabalho que ocupam permanentemente a burocracia dirigente dos sindicatos, mas cada um por si, procurando os simples benefícios corporativos.

Não está nos planos de acção nem nos quadros de organização medularmente corporativos, a convergência duma acção geral dos sindicatos e dos trabalhadores no diáspora das condições de vida de toda a população, como o custo da vida, da habitação, da segurança social, e muito principalmente duma transformação das formas de produção, do convívio urbano, da cultura, a que os sindicatos se mostram estranhos, bastando-lhes a panaceia «duma via para o socialismo» deixada proposadamente ao cuidado dos partidos políticos.

(Continua na 7.ª pág.)



## O CONGRESSO DA INT E AGORA?

O movimento sindical está mais do que nunca em crise... A verdade porém, é que após o 25 de Abril, embora criadas determinadas condições para a sua efectiva (re)construção. Tal não sucedeu.

Desde a abertura marcelista (1968-69) que elementos afectos ao P. C. P. e à C. E. U. D. (P. S.) e outros, começaram a intervir no interior dos «sindicatos nacionais». Derrubado o regime fascista, o P. C. P. apoderou-se rapidamente de inúmeras direcções sindicais, e ao mesmo tempo é-lhes confiado o Ministério do Trabalho — começa então o seu domínio no movimento sindical.

Contudo, as estruturas corporativistas (intactas) são absoluta-

mente incapazes de corresponder às lutas que se irão seguir: desenvolvem-se, por toda a parte, as comissões de trabalhadores que até ao 25 de Novembro de 1975, conduziram a maioria das lutas.

«Sem quadros sindicais», lentamente o P. S. ganha em algumas direcções e adquire importantes posições no Movimento Sindical.

O Primeiro Congresso da Intersindical, em 1975, onde Vasco Gonçalves defende a lei da Unidade Sindical — passa como mais um Congresso. As lutas dos trabalhadores são conduzidas à margem dos sindicatos.

O P. C. P., depois de atacar as comissões de trabalhadores apoia-as, mas vai reforçando continuamente o seu aparelho ao nível dos sindicatos. A ruptura da aliança P. S./P. C. P. — ambos em luta pelo poder — que se produz em 1975, começa a atingir o sindicalismo dominante.

Progressivamente as posições vão-se demarcando e definindo.

Mas, as propostas serão uma alternativa aos trabalhadores?

### UM CONGRESSO E

Com a participação delegados, dos quais 272 sindicatos — dos mesmos não era na Inter — representaram de 1.689.424 trabalhadores, 17 Unições e 7 Unições locais.

Os trabalhos do Congresso da Inter e confederados dos Trabalhadores iniciaram-se às 9 horas do dia 27 de Junho de José Judas do do da Intersindical, do patriotismo cacional...

Na sessão da tarde a discussão de um «chaves» deste Congresso foi difícil à C. N. O. o seu projecto «com terações»... Estes Es nem não apenas o

## SUMÁRIO

A ANARQUIA E A DESORDEN BURGUESA

Pág. 2

ETIÓPIA: GUERRA CIVIL NO «SOCIALISMO MILITAR»?

Pág. 3

OS NOSSOS LEITORES ESCRIVEM-NOS

Pág. 6

LINHA DE FOGO

Pág. 7

PERSPECTIVAS DUMA REVOLUÇÃO



## EDITORIAL

Naquela alvorada de Abril, largamente precedida de campanhas eleitorais claudicantes, sem objectivos concretos, empoladas de ambiguidades assomavam desde logo as ambições do poder. Tudo o resto se improvisaria.

Desmoronava-se um Governo e uma precária economia. Debandavam os responsáveis e os capitais, enquanto os novos líderes políticos se apressavam para ocupar os lugares-chave, recompondo o aparelho do Estado e preservando o sistema.

Não sucederia tão fácil a mutação nas fábricas e nas localidades, onde se trabalha e vive. Fechavam fábricas, desapareciam mercados, maquinaria e matérias primas. A liberdade submergia com o espectro da miséria enquanto a nível do Estado os golpes de astúcia ocupavam as novas figuras políticas.

Os trabalhadores encontraram em si métodos e soluções. Ocuparam-se fábricas para pô-las a funcionar; tentou-se colectivizar a economia e a produção; nas zonas urbanas ou rurais criaram-se órgãos populares que tentaram resolver os problemas das populações.

Este novo poder, iria embater com os poderes tradicionais.

As experiências seriam felizes ou infelizes, segundo um conjunto de circunstâncias que decorriam da crise das instituições. Certas fábricas produziam artigos isolados para mercados restritos que logo se fecharam, muitas outras, como da construção civil, funcionavam num sistema de especulação e ludíbrio que só funcionariam com os aventureiros. Imputa-se uma reestruturação.

Este grande movimento, de espontaneidade, não se articulou porque os sindicatos no seu raquitismo corporativo, arrastados para o acaudilhamento político não ultrapassaram o apego às contratações e às reduções salariais, e não se dedicaram a garantir e consolidar o que de mais válido se gera na situação revolucionária inevitável.

Os partidos marxistas, prisioneiros da sua ortodoxia já ultrapassada por novas realidades, vieram confundir a colectivização com as nacionalizações, inoperantes até nos esquemas de certas experiências burguesas. Reclamaram-se desvairadamente nacionalizações que hipotecavam ao Estado as forças económicas que poderiam dinamizar uma nova economia, e que convinha às hostes tecnoburocratas para as ocuparem, dominarem e reconstituírem sobre novas bases um capitalismo de Estado.

Misturaram-se capciosas nacionalizações com experiências de gestão operária que resultavam de imperiosas circunstâncias, e neste campo os partidos, na busca de estímulos económicos e políticos, entraram a correr e dominar, onde os sindicatos deveriam ter intervido com uma visão revolucionária e a sua independência. Começava a estar gorada a situação revolucionária.

Ainda agora o Congresso da Intersindical foi alheio a esses grandes problemas da gestão operária, nem dele pode cuidar; apenas continuou o paliativo das nacionalizações, experiências goradas. E as empresas em gestão operária e intervencionadas caminham com diversos re-

(Continua na pág. 8)



Foi assim a explosão do entusiasmo popular em si de Abril de 1974...

## ATÉ ONDE PARTILHAREMOS A CRISE?

Esta crise que agora se faz sentir dolorosamente, se é certo que vem de longe, e é a própria estrutura económica e política que se decompõe, não é menos certo que se agravou nestes últimos três anos em que os diversos partidos, da direita da esquerda, disputaram o poder e, para tanto, desencadearam a voragem dos arrivistas e os golpes para lograr ou cobrir posições. É a sua ineficácia.

Os preços vêm subindo assustadoramente; nenhum poder os domina nem enfrenta; a especulação campeia. E será o Estado, o capaz de deter essa vertigem altista dos preços? Não cremos.

São os próprios mecanismos do mercado que favorecem esta subida.

Toda uma gasta política de preços favorecidos desaba rudemente; a produção interna de produtos alimentares e doutros artigos é baixíssima; quase tudo se importa e quase nada se exporta.

Dos seis governos provisórios onde pontificaram todos os ilustres políticos e surpreendentes militares, comunistas, socialistas, terceiro-mundistas e outros mais, ficou a continuação da desordem económica e o esgotamento das energias revolucionárias que desmontaram.

O sistema em crise procura simplesmente recuperar e como sempre «para salvar a Nação», descarrega-se sobre o país o agravamento de impostos, o aumento de preços, uma política de austeridade que melhor se define por miséria.

Os preços sobem sempre, e de súbito e como é norma, desaba sobre nós o «pacote» de medidas esmagador, como a desvalorização do escudo e muitas restrições. Ao mesmo tempo negociamos empréstimos e procuramos a salvação na hipótese do partido

siste-se, que será isto uma via para o socialismo.

Pretende-se assegurar preços com o célebre «cabaz de compras», tão exiguo, que quase é só cabaz. E com tudo quanto passa e é indispensável ao mínimo de vida da população que vive apenas de salários que excede o cabaz, continuará a agravar-se os seus custos sem limites.

Austeridade, plano económico e contrato social é o pano de fundo de uma política que tem por fim recompor o sistema económico e político que entrou em crise.

Se os partidos políticos, no tablado do Estado jogam as suas oportunidades do Poder onde estão os sindicatos como expressão dos trabalhadores? Que posição tomam?

Recuperados pelo sistema em crise, manipulados pelas cúpulas partidárias, os sindicatos optam pela competição salarial através das complicadas negociações contratuais que sustentam por si uma nutrida vaga de líderes burocráticos, mas jogam também na hipótese do partido

## SUMÁRIO

A SOCIEDADE DE CONSUMO E A POUPANÇA

Pág. 2

AS DISTORÇÕES SALARIAIS E A ALTA DO CUSTO DA VIDA

Pág. 3

TERRORISMO FASCISTA E O ESTADO ESPANHOL

Pág. 3

CAPITALISMO E ACTIVIDADE

ANARCO-SINDICALISMO OU SINDICAL-ANARQUISMO

Centrais

O QUE NOS ESPERA? ECOLOGIA E ANARQUISMO

Pág. 6

OS NOSSOS LEITORES ESCRIVEM-NOS

Pág. 6

CÁMARAS SINDICAIS DO TRABALHO

Pág. 7



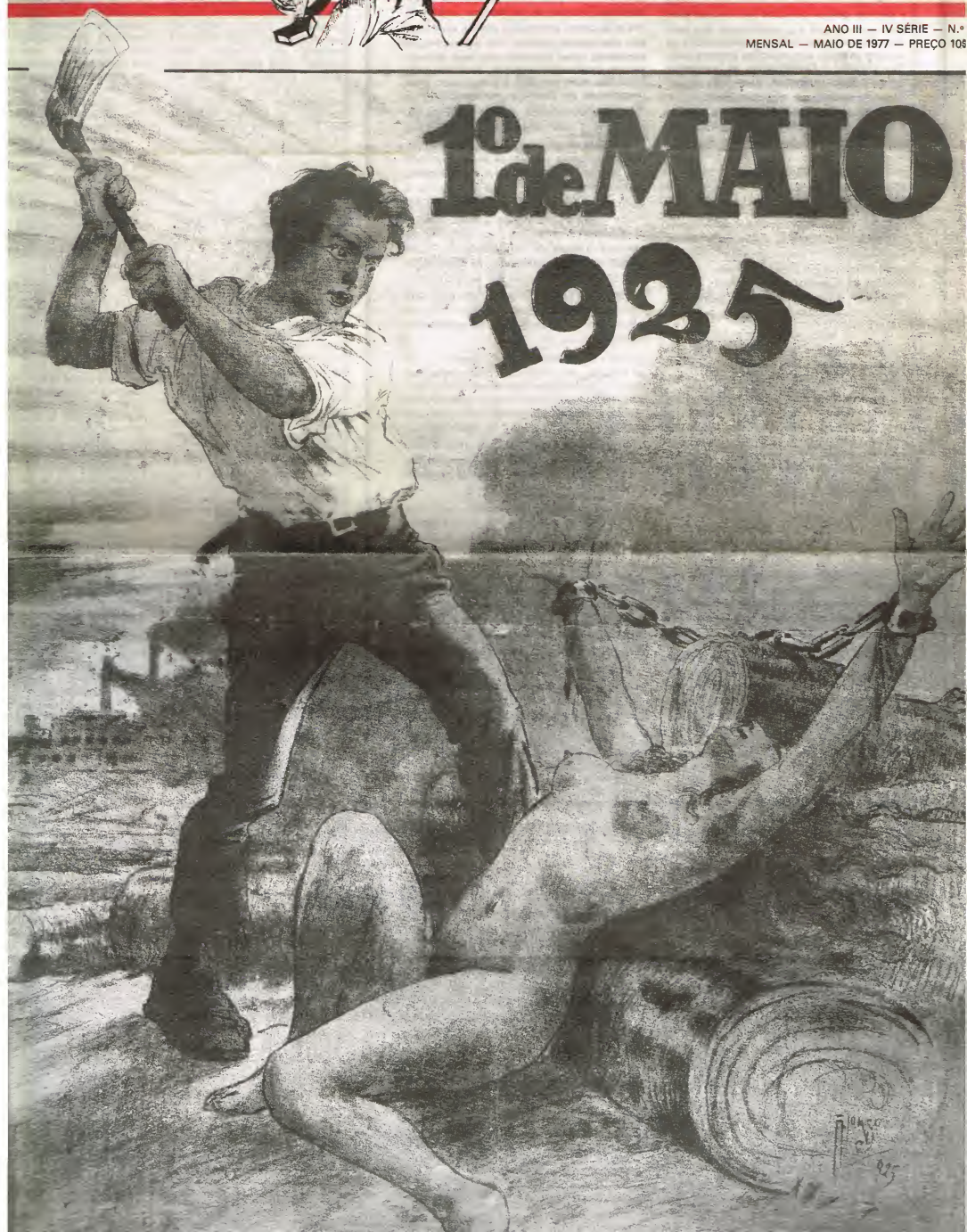


# A BATALHA

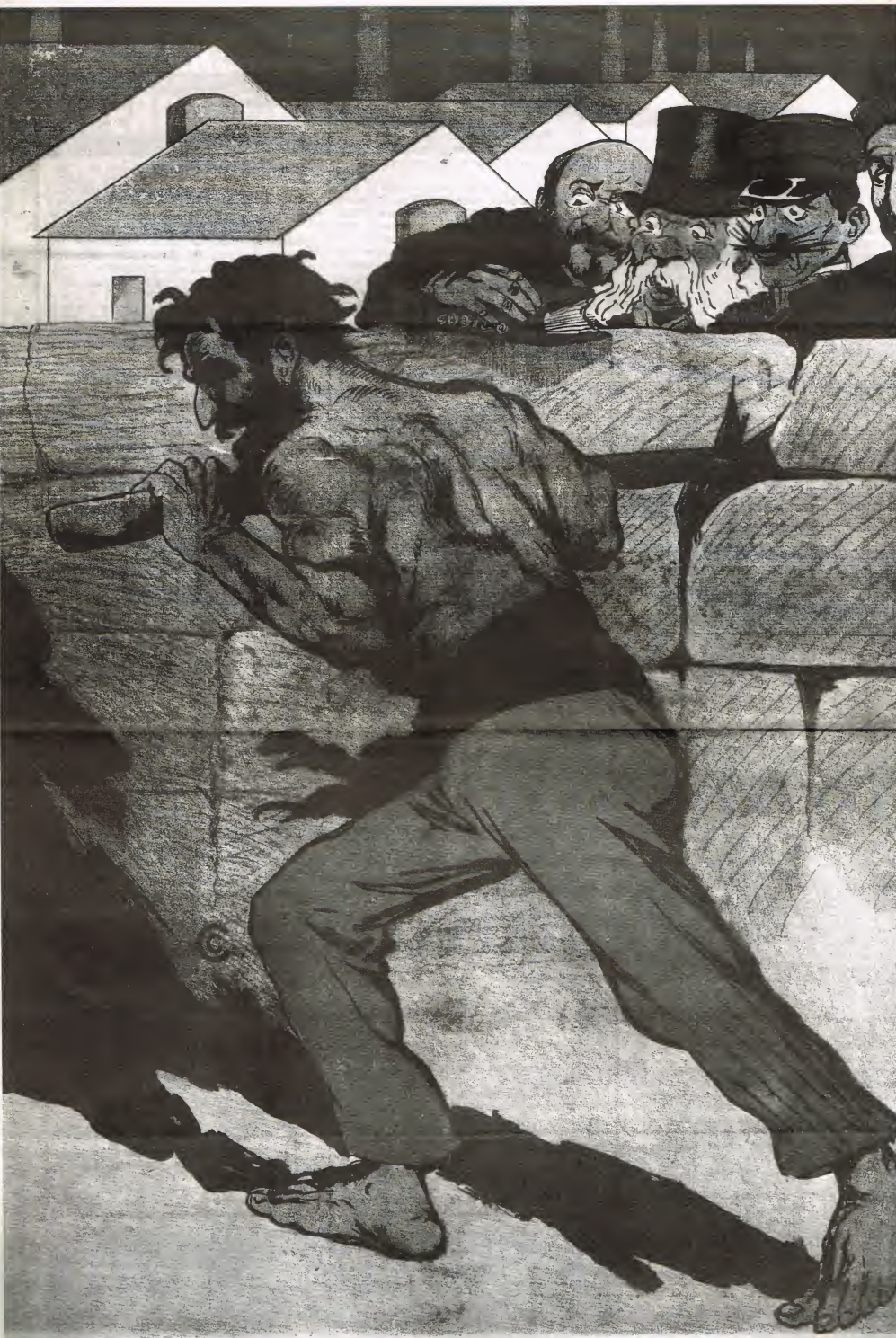
ANTIGO ÓRGÃO  
DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO III — IV SÉRIE — N.º  
MENSAL — MAIO DE 1977 — PREÇO 108

## 1º de MAIO 1925











# A BATALHA

JORNAL ANARCO-SINDICALISTA

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 37 - MENSAL - DEZEMBRO DE 1977 - 7550

## EDITORIAL

A queda do regime fascista que acumulava todas as contradições e esgotara as instituições que pretendia sustentar, pôs em evidência a profundidade da sua crise. Bastou o choque emocional do golpe militar para que todo o aparelho económico abalasse, as indústrias comesçassem a ruir e o polvo bancário aparecesse como a única dinâmica da precária economia.

Estávamos, pois, perante as condições duma situação revolucionária. Apenas a correlação de forças se apresentava em desequilíbrio. A média burguesia e a classe média, totalmente alienadas às funções burocráticas duma economia apoiada na tutela do Estado, dirige-se para a persistência do sistema. As classes trabalhadoras, engrenadas pelos sindicatos nacionais ao sistema pelos mecanismos burocráticos da contratação do trabalho, permanecem agarradas à ilusão das garantias corporativas. Pese sobre a sociedade portuguesa a ilusão de cerca de trinta anos de campanhas eleitorais como forma esperançada de transformação milagrosa da sociedade portuguesa.

A colectivização agrária e as experiências autogestionárias da total iniciativa dos camponeses e dos trabalhadores processam-se sem uma transformação consequente do aparelho económico e do mecanismo de mercado; o processo político intacto adapta-se a um formalismo da democracia. As nacionalizações que se processam no puro estilo da estatização não acompanham os processos autogestionários, mas vêm a veicular a formação da nova classe dos gestores burocráticos, sem noção do que será uma reconstrução socialista duma sociedade em crise.

A situação revolucionária não teve o indispensável percurso da colectivização nem articulou um sistema. Dominou o processo político em sistema de competição partidária

(Continua na pág. 4)



O 1.º de Maio Libertário em Lisboa. A presença da juventude

## Porquê as nacionalizações? Porquê as desintervenções?

No nosso século, sobretudo depois da Primeira Grande Guerra, em quase todos os países, o Estado detém hoje um largo sector dos bens de produção, os quais embora não sejam propriedade privada, são capitalistas as relações de produção.

A nacionalização de empresas, e mesmo a constituição de poderosos grupos de empresas geridas pelo Estado, não significam, necessariamente, medidas contrárias ao desenvolvimento do capitalismo privado. Mussolini criou, por exemplo, o I.R.I. (Istituto de Ricostruzione Industriale) base do muito importante sector público italiano. Franco, três anos após

ter conquistado o poder, criou o I.N.I. (Istituto Nacional de Indústrias), o qual possui um numeroso grupo de empresas espanholas, abrangendo variadíssimas actividades. As nacionalizações francesas, após o fim da Segunda Guerra Mundial, não constituíram um golpe mortal para o patronato francês. Aliás se o Estado tomar a seu cargo as actividades pouco rentáveis, mas indispensáveis, o sector privado até agradece, sobretudo se a direcção das empresas nacionalizadas vier a fazer-se de acordo com os interesses particulares (por exemplo, o fornecimento às empresas privadas de electricidade, transportes a preços inferiores ao custo da produção, ou seja, subsidiadas pelo Estado).

O capitalismo privado, balança em quase todos os países (em proporções diversas), entre o sector privado e o sector público. A burguesia — em decadência —, procura equilibrar e tirar proveito, quanto possível, destas relações. As nacionalizações e intervenções do Estado em Portugal, feitas na sequência do 11 de Março, foram processadas na base duma estratégia que tinha em vista o capitalismo de Estado. O partido comunista era o seu principal impulsor, e ideólogo.

Ao subtraírem ao poder privado, através das nacionalizações, a Banca, os Seguros e as principais indústrias básicas, destruíam

assim para este, as suas principais fontes de acumulação de capital. Os Bancos e os Seguros, através das participações, dos créditos, mantinham na sua dependência milhares e milhares de pequenas e médias empresas privadas.

Estas nacionalizações, ao transferirem os meios de produção para o aparelho estatal, eram assim, o meio imediato de passagem ao capitalismo de Estado. Elas permitem, sem tocar nas relações de poder (dirigentes/dirigidos), ampliar e consolidar um sistema tecnoburocrático de gestão do capitalismo. Neste sistema os operários e outros trabalhadores, continuam a ser os executantes de decisões que não tomaram. O Estado-Partido, assume as funções de coordenador e ideólogo central.

Na propaganda do Partido Comunista, e não só, o sector nacionalizado não é capitalista, porque a propriedade está nas mãos do Estado... Paul Sweezy, (in «A Transição para o Socialismo»), escreve: «Certos marxistas pretendem que uma sociedade só pode ser capitalista a partir do momento em que a propriedade dos meios de produção é explicitamente considerada legal». A justificação de tal raciocínio é no fundo negar «uma realidade a Leste»: o capitalismo de Estado.

As relações capitalistas exprimem-se em relações de poder, ou

## LUTA ARMADA E TRABALHO DE MASSAS

O rapto e execução de Hans Schleyer, um dos patrões da «democrática» República Federal Alemã — mais alemã que federal, mais federal que república —, por parte de um comando de um tal «Exército Vermelho», o sequestro de um avião da Lufthansa pelo mesmo, fez a imprensa de todo o mundo, a portuguesa particularmente — honrosa excepção para o «Página Um», que carregava as tintas do terrorismo (?) anarquista, como é o caso de «O Diário», que aproveitou para fazer propaganda antilibertária (vide o n.º 540, do dia 20-10-77 deste jornal). A reacção da imprensa ligada a organizações ou classes com interesses de poder,

em todo o mundo, a sua preocupação em denegrir o Movimento Libertário Alemão, e resuscitar a estopada figura do anarquista vestido, sinistramente, de preto, com os bolsos cheios de bombas, só demonstra o receio que as forças reacţionárias (em do Movimento Libertário Internacional, em crescente desenvolvimento. Porque os libertários alemães reconstruíram a central sindical revolucionária dos trabalhadores do seu país, porque em Espanha a C.N.T. demonstra que o sindicalismo vertical e reformista está ultrapassado, porque em Itália, a Federação Anarquista Italiana impulsiona o trabalho revolucionário de base, porque,

de uma maneira geral, em todo o mundo, o Movimento Libertário ganha novas forças com a crise do sistema capitalista e do socialismo «científico» da URSS e da China. É bastante significativo que uma organização que nunca se identificou com o anarquismo, uma organização que considera a URSS como regime socialista mais avançada e o país que mais apoiou os povos do terceiro mundo na luta contra o imperialismo, seja imediatamente identificada, pela imprensa mundial, com o movimento libertário, e o anarquismo venha a balia como sinónimo de terrorismo.

(Continua na pág. 6)

(Continua na pág. 4)





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 38 - MENSAL - JANEIRO DE 1978 - 7350

## EDITORIAL

O país assistiu serenamente, embora apreensivo, à luta feroz que em S. Bento os partidos travaram na disputa do poder.

Os deputados da esquerda ou da direita falavam, inflamados, em nome dos trabalhadores, ou do povo, evocando a democracia e a Constituição. Por fim derrubaram o governo.

Enquanto o drama do país real aumentava, os pregoes sobem assustadoramente e a especulação campela, os partidos recolhem aos bastidores para explorarem as suas hipóteses, estabelecerem os seus pactos ou plataformas com vista ao Poder.

O país crucificado vê os pretorianos jogarem a sua túnica.

É esta a democracia clássica, a Constituição que certos partidos juram defender em nome dos trabalhadores. É esta a democracia das assembleias políticas que regulam o jogo dos interesses dominantes, em que pontificam a classe dirigente e a nova classe de gestores, de tecnoburocratas que vão enxameando o aparelho do Estado, as nacionalizações e as empresas intervencionadas.

Assim conclui o célebre «processo revolucionário em curso»!

A Intersindical ou a Carta Aberta postaram-se jacentes ao conflito político apoiando as suas alianças, aguardando submissas a descoberta do jogo para entrarem em novas jogadas.

O arranjo político democrático e constitucional revela a sua crise. Uma alternativa revolucionária é cada vez mais imperiosa perante o fracasso das instituições, dos métodos reformistas

(Continua na pág. 6)

## CENTRAIS NUCLEARES

### Portugal vai ser um dos caixotes do lixo da Europa?

Ao ler nos jornais franceses certos artigos sobre as negociações para a entrada de Portugal no Mercado Comum, apercebi-me de que um dos pontos de interesse para a Alemanha e para a França é a instalação de nove centrais nucleares no nosso país.

Não sei se os portugueses estão informados sobre esse projecto, e sobre os perigos a que tais centrais expõem a população, mas penso que é urgente conhecer os pesados inconvenientes da energia nuclear e saber o que o governo prepara nas nossas costas.

Para os países europeus muito industrializados, a subida de preço do petróleo, constitui um freio ao desenvolvimento do sistema capitalista, e os seus dirigentes inquietos de verem fugir-lhes a miragem do crescimento infinito da produção, tentaram instalar nos seus territórios, centrais produtoras de energia nuclear. Ora, essas centrais funcionam todas utilizando o arrefecimento pela água, o que implica o emprego de enormes quantidades de água (uma central média de 4x1300 Mw, evapora no Verão tanta água como a que consome uma cidade de um milhão de habitantes), que só poderá ser extraída dos rios ou do mar e que é expelida a uma temperatura de tal modo elevada que a vida aquática se torna impossível e todos os peixes morrem.

Para além disso, nenhuma solução eficiente foi encontrada para resolver o problema dos resíduos radioactivos. Uma barra de urânio usado que sai das centrais está ultra irradiada e mata um homem em vinte minutos e a trinta metros. Estas barras impossíveis de destruir são acumuladas em tanques especiais, verdadeiros poços de morte, onde a mínima brecha é catastrófica.

Quanto aos resíduos radioactivos líquidos, são actualmente deitados nos rios e nos mares e vão deste modo contaminar não só todos os que entram em contacto com essa água, mas também a terra e consequentemente as culturas, e o lençol de água subterrâneo que alimenta os poços da população local.

Em pequenas doses, a radioactividade não é imediatamente mortal, mas provoca daí a cinco, dez ou vinte anos, um número elevado de cânceros. Nas mulheres que sofreram radiações foi detectado um número excepcionalmente elevado de partos prematuros e de nascimentos de crianças anormais. Mas é impossível provar que um cancro ou uma malformação são devidos a uma fuga de resíduos radioactivos, a única prova deste domínio é de ordem estatística, e os casos individuais são sistematicamente ignorados.

Durante o ano passado, três grandes centrais nucleares americanas tiveram fugas de resíduos radioactivos que poluíram a água, o ar, e a terra durante períodos que foram até três meses, dada a dificuldade de encontrar a causa da fuga. Escusado será dizer que a população não tem o mínimo controlo sobre o bom ou mau funcionamento das ditas centrais, que em caso de acidente os poderes públicos e os interesses

privados abafam o sucedido, e que as pessoas se limitam a sofrer as consequências ou então, como é cada vez mais corrente, organizam-se em «comités de defesa dos cidadãos» e opõem-se pela força à construção de novas centrais.

Na Alemanha como na França, os movimentos ecologistas têm mobilizado centenas de milhares de pessoas na luta contra a política da energia nuclear, luta esta que se efectua com a ocupação dos terrenos onde a construção vai ter lugar, por violentos confrontamentos com a polícia, e por uma desobediência cívica de recuso do pagamento das contas de electricidade e dos impostos.

As primeiras vitórias dos C. D. C. começam a aparecer: a construção do reactor nuclear de Brokdorf (Alemanha) será interrompida por decisão do tribunal, baseada nas deposições acusatórias de vários especialistas.

A revolta contra o «nuclear», símbolo do poder totalitário e arbitrário do grande capital sobre os indivíduos incapazes de controlarem as suas consequências, veio desencadear uma fortíssima vaga de descontentamento que está a alastrar e a transformar-se em luta organizada, sobre os problemas da vida do dia a dia. Os ecologistas franceses conseguiram assim uma percentagem importante de votos nas eleições municipais à volta dos seguintes temas: «Ver melhor consumindo melhor, mas menos. Trabalhar menos produzindo coisas mais duráveis e mais úteis para todos. Executar bem um trabalho de que se gosta, em vez de se tentar ser mais bem pago por um trabalho que se detesta. Não aceitar destruições irremediáveis».

(Continua na pág. 3)

## O CAMINHO DA UTOPIA

1 — A complexa situação política que se vive neste país é bem revelada pela incapacidade momentânea que têm tanto as forças da burguesia e da burocracia como as minorias revolucionárias em forjarem as respectivas alternativas. A agudização da crise espicha sempre aqueles que lutam pelo poder. E pode-se então assistir a coisas do arco-da-velha. Um exemplo — o debate gerado no pentapartidário parlamento à volta de uma moção de confiança apresentada pelo governo a ele mesmo e o resultado da respectiva votação são a prova clara do alto grau de cretinismo parlamentar a que se chegou. A luta pelo poder, que não pode ser difarçada, é realmente maquiavélica. Os subterfúgos linguísticos, as demagogias, os elogios, as insinuações, as mútuas acusações são o índice de que se foi atingido por um masoquismo político, e só assim se poderá entender todo o esforço feito durante essa maratona em recinto fechado. O remédio para isto terá de ser encontrado pela prática revolucionária, rompendo com a declamação por burocratas da es-

trambóica sonatina burguesa ou vice-versa. Não são apenas os maestros que têm de mudar. É tudo.

2 — Apesar das forças em luta serem heterogêneas, tanto burgueses como burocratas estão de acordo num ponto — é necessário conquistar e manter o poder. O que os faz divergir é a maneira de o utilizarem. Daí que se observe uma certa pulverização em ambas as fileiras. Enquanto que os primeiros pretendem uma abertura ao capitalismo de monopólio com a respectiva inserção na sua esfera de influência e os segundos defendem o capitalismo burocrático de Estado, com a respectiva territorialização burocrática, no seu interior, todavia, assiste-se a opções por modelos diferenciados no que ao funcionamento concerne. Desde o modelo nacional-socialista ou fascista defendido pelas forças restauracionistas que desceram de braço estendido à rua no primeiro de Dezembro, até ao modelo presidencialista à de Gaulle ou ao modelo da social-democracia alemã, para não falar do modelo

«yankee», são exemplos das preferências funcionais das forças da burguesia. Quanto à opção pelo modelo de capitalismo burocrático de Estado o seu leque estende-se desde o modelo albanês ou chinês até ao modelo soviético ou cubano. O homem da rua é assim colocado perante a alternativa — algemas douradas ou algemas prateadas. E o mais engraçado é que pretendem convencê-lo de que esta é a alternativa. E muitas vezes têm-no conseguido. Quando se descobre já é tarde e então fica-se à espera do massacre que surgirá à primeira tentativa de levantamento.

3 — Tentar romper com isto significa procurar viver de outra maneira a partir de agora. Mas o agora é um agora de crise. Quais as saídas que não conduzam aos universos concentracionários? As minorias revolucionárias por que recusam quaisquer espécies de algemas terão de esforçar-se por encontrar meios que sejam consentâneos com os objectivos que se propõem atingir.

(Continua na pág. 4)

## 18 DE JANEIRO DE 1934

Dominando o país com a polícia e o exército, domesticadas as classes média e burguesa no compromisso histórico da «salvação nacional», Salazar lança a sua unicidade e decreta a sujeição dos Sindicatos à unidade do poder totalitário do Estado fascista.

Correspondendo ao brado de luta da G.G.T., neste memorável dia 18 de Janeiro de 1934, os trabalhadores lançam-se à luta. São esmagados pela força.

Passados 43 anos novas unicidades se tentam, e o objectivo do 18 de Janeiro ainda não foi alcançado. Os Sindicatos têm obediências políticas, mas a experiência vai produzindo os seus frutos.

Prestemos homenagem aos combatentes que lutaram, foram deportados, e morreram nas plagas africanas, para libertar os sindicatos.

E diga-se também: o 18 de Janeiro de 1934 foi uma luta dos trabalhadores e dos seus sindicatos livres contra a unicidade de Salazar.





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 39 - MENSAL - FEVEREIRO DE 1978 - 7550

## Os militares e a burguesia

A força está na origem do poder. A organização da violência, necessária para o domínio e exploração dos grupos ou classes que detêm o poder, ocupa um lugar sempre privilegiado na organização social.

O poder militar esteve até ao capitalismo ligado de um modo directo aos grupos que detinham as terras. A nobreza por exemplo, fez da carreira das armas a sua ocupação preferida, aquela que a justificava.

A burguesia ao afastá-la da História, arranhou-lhe a função que ela exercia. Especializou os corpos militares, transformando-os em organizações de assalariados. Os exércitos seriam a partir

daqui, desde a massa temporariamente mobilizada aos quadros permanentes, constituídos por assalariados da burguesia.

Este facto frequentemente esquecido tem como iremos ver consequências enormes.

Apesar de **solidários com o poder** da burguesia, os militares foram sem dúvida dos primeiros tecnoburocratas que as sociedades conheceram.

A crescente importância que eles assumem, está ligada à natureza dos novos e sofisticados armamentos. Estes exigem um número cada vez maior de técnicos de elevada qualificação. A tecnologia e química aplicada à destruição, está hoje aperfeiçoadíssima. Dai

que a instrução e formação de quadros militares, a investigação de novos armamentos requeiram um reforço do aparelho militar. Os conflitos entre os Estados, nomeadamente entre os blocos militares pela hegemonia mundial, contribuíram decisivamente para o aumento do poder militar, ou não fosse este o último baluarte das classes dominantes.

A solidariedade da tecnoburocracia com a burguesia, a qual fundamenta os exércitos em regimes de capitalismo privado, parece tender a acabar. As experiências em África, Ásia e América Latina, apontam para a tomada do poder pela tecnoburocracia: em vários países, os exércitos têm tomado o poder, e neles se mantêm, procurando estatizar a economia, e estruturar estas sociedades em termos de capitalismo de estado, forma de organização social que lhes assegura o poder dominante.

### O CASO PORTUGUÊS...

Em Portugal, o exército assalariado, surgiu no século XVIII, aquando da organização do seu quadro permanente. Nos séculos

XVIII e XIX, a maioria dos oficiais provinham ainda da aristocracia. A partir da revolução liberal de 1820, marcada por dois golpes militares (um no Porto outro em Lisboa), o exército interveio activamente na sociedade portuguesa. Por exemplo, do século XIX aos nossos dias, este país é varrido por uma longa série de tentativas

ou golpes militares. O **golpismo**, instituiu-se como uma estratégia política frequentemente utilizada. Os republicanos usavam-na para derrubar a monarquia. Os monárquicos para porem fim à república. A oposição apelou para os militares para derrubar o fascismo. A seguir ao golpe do 25 de Abril, a

(Continua na pág. 4)

## TEMOS AFINAL UMA RESPONSABILIDADE

Depois dos acontecimentos que vivemos ultimamente, variando duma situação quase revolucionária em que emergiram contrapoderes capazes de estruturar formas socialistas até à crise total da democracia partidária, estamos perante realidades transcendentais que nós anarquistas, anarco-sindicalistas e trabalhadores de anseios libertários teremos que enfrentar resolutamente.

Precisamos de concretizar os termos em que temos de actuar, de organizar forças conscientes e influentes que possam constituir a alternativa que supere a aridez e a desagregação dos factores revolucionários.

Ao delirio frondista que os fascismos e estalinismos intro-

duziram por toda a parte, que geraram a massificação dos movimentos populares e do próprio sindicalismo, temos de responder com um sentido de organização embora fluído para evitar novas vanguardas e carismas, mas o suficientemente praticável em solidariedade, entre-ajuda, digamos mesmo diálogo, capaz de concretizar acções válidas e continuas. Mas também é essencial que esta dinâmica, de que somos com certeza capazes, não seja para uso interno, que não se limite ao castro ideológico tomado uma organização fechada, ciosamente específica, mas comunicativa, transmissora e dinamizadora.

A ALAS procura exactamente ser esse estilo de organização, ser essa alternativa, embora não se considere exclusiva nem embaraçada se outras associações de anarquistas, de anarco-sindicalistas ou de sindicalistas revolucionários surgirem praticando organizações mais rígidas ou mais fluídas. O que interessa é encontrar sempre maneiras de concretizar acções conjuntas ou convergentes por solidariedade e cooperação procurando o essencial, isto é, que as ideias e sobretudo a acção se transmitam para além de nós de modo a encontrarem acolhimento, experiência e prática.

Se nos associamos de vários modos para correspondermos ao

(Continua na pág. 3)

## EDITORIAL

Andaram os partidos em açodadas negociações e continuam ainda a fazer o jogo das suas oportunidades e dos seus trunfos em benefício das suas clientelas, e deste modo puderam protelar uma crise que o país está sofrendo. Mas se essa crise se prolongasse por uma qualquer greve ou protesto de trabalhadores os partidos viriam acusá-los, mas como é do seu jogo agora não protestam.

O que se tornou evidente é que esta democracia e o que se chamou a «libertação nacional» não passam do processo que se tornou necessário para alterar o esquema e o pessoal político para uma conveniência do capitalismo nacional. O que continua em jogo são os interesses de velhas e novas estruturas de exploração a defender ou a introduzir por solicitações externas.

Continua a evocar-se os interesses dos trabalhadores, a fazer-se uso do estafado panegírico do «poder do povo», quando afinal são outros interesses que se movem, mesmo quando se evocam as precárias «conquistas de Abril», aqueles que os partidos postulavam enquanto procuravam esgotar as iniciativas introduzidas pelos trabalhadores.

Remediada a crise do governo resta-nos por saber em que termos se convencionam os empréstimos, as inversões de capitais estrangeiros de multinacionais, como nos impingem as centrais nucleares e, sobretudo, em que termos serão enquadrados os salários e os direitos conquistados pelos trabalhadores, assim como se condicionarão os interesses em jogo, os que emergem ou os que submergem, as arcaicas estruturas agrárias e os fundamentos dum complexo militar industrial que se enquadra no sistema europeu em generalização.

Uns partidos jogam nos interesses tradicionais, outros embarcam no famoso «com-

(Continua na pág. 4)

## UMA NOVA PIDE?

Não estranhemos. Sabemos que qualquer Estado, mesmo socialista, não pode viver sem polícia, sem espias, e sem organismo repressivo, e por isso não nos admiramos que tivessem restabelecido oficialmente um Serviço de Informação da República. O que achamos é que não necessitariam um título tão eufemístico ou tão ingenuamente puro para cobrir uma polícia política como Caetano usou

para sofismar a Pide chamando-lhe Direcção Geral de Segurança.

Assim o público não se confundirá supondo que aquele Serviço dará as informações que as repartições públicas geralmente não dão por preguiça burocrática. Ou aquele serviço aplicaria melhor a declaração do imposto complementando a que as finanças geralmente não sabem dar, mas sabem processar?

## CRISE DO GOVERNO OU CRISE DO SISTEMA?

Quando estas linhas forem publicadas já deve estar outro governo no Poder. Os remendos, procurados com tanta publicidade, devem ter sido encontrados e cosidos de modo a dar uma ideia aos menos avisados de ter sido solucionada a crise.

Verdade? A crise encontrou solução? Crise porque? Solução como? O que é que mudou? Pois não estava tudo completo na orgânica do Poder Político?

É toda uma série de perguntas, e muitas mais se poderiam fazer, mas resumindo:

Na Assembleia da República instalaram-se mais de 250 Deputados,

todos estudando os problemas do Povo, que somos nós também, os trabalhadores. E como alguns dos senhores deputados são pouco entendidos em letras e leis, existem várias comissões para julgar da boa redacção dos documentos aprovados pela Assembleia e da sua constitucionalidade.

Por ordem descendente, temos os vários Ministros, que sendo muitos, no dizer de alguns senhores deputados da Oposição, ainda acumulam pastas tais como o Ministro da Agricultura e Pescas e o Ministro da Indústria e da Tecnologia. Mas para os aliviar do seu muito trabalho, são ajudados por

vários Secretários e Subsecretários de Estado. Estes, por sua vez, são assistidos por Directores Gerais e estes ainda por Chefes de Repartição. E ficamos por aqui para não falarmos dos muitos Chefes de Secção, que enxameiam todos os Ministérios.

Toda esta calamidade de serviços, alguns sobrepostos, «descentralizam-se» em várias Comissões de estudo, estudos tão prolongados e complicados que as comissões chegam a ser extintas sem terem chegado ao fim, depois de muitas resmas de papel gasto, a provar da sua inutilidade, papel

(Continua na pág. 4)



O caso de Afonso de Sousa, o militante do PRP que foi condenado no dia 20 de Outubro do ano passado pelo Tribunal Militar do Porto a 13 anos de prisão, está a ser motivo de intensa solidariedade por parte de várias dezenas de antifascistas portugueses e ingleses em Londres, capital britânica onde Afonso de Sousa militou vários anos na antiga Liga do Ensino e da Cultura Portuguesa, antes de voltar para Portugal logo a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Como deve ser do conhecimento público em Portugal, Afonso de Sousa foi acusado de ter assaltado em Outubro de 1976, uma agência bancária em São Mamede de Infesta (Porto) e de ter roubado 5600 contos. Ora Afonso de Sousa afirma (assim como várias testemunhas que o juiz não quis tomar em consideração durante o julgamento) que se encontrava em Lisboa na data e hora do assalto ao banco. Este facto importante não impediu que ele tenha sido condenado injustamente a uma severa pena de 13 anos.

A maneira farsca e politicamente tendenciosa como decorreu o seu julgamento, leva muita gente a crer que Afonso de Sousa foi vítima duma manipulação política fascista pelo facto dele ser um conhecido militante do PRP.

Enquanto se levantam vozes democráticas em Portugal ligando o caso de Afonso de Sousa com a investida da direita (CDS e Cia.) contra a esquerda portuguesa e as conquistas da Revolução do 25 de Abril de 1974, é minha opinião que o julgamento e condenação deste antifascista português de 27 anos de idade têm implicações internacionais sinistras que ultrapassam o âmbito político nacional e que têm muito a ver, quanto a mim, com a vaga de repressão policial que se desencadeou sobre a esquerda europeia como resultante das actividades armadas do grupo Baader-Meinhof, Movimento 2 de Junho e consequente agitação política por parte dos seus simpatizantes.

Não é quanto a mim por pura coincidência que Afonso de Sousa seja condenado a 13 anos de prisão precisamente na altura em que as autoridades alemãs exerciam pressões diplomáticas e económicas sobre os outros países europeus, para que estes finalmente alinhassem incondicionalmente numa cooperação estatal e policial a nível internacional (incluindo os países da Europa Oriental) na detecção e repressão do chamado terrorismo anarquista.

O sequestro de Hans-Martin Schleyer, ex-nazi e chefe do patronato alemão ocidental, fez como se sabe, trunfar a grande burguesia europeia e particularmente os estatistas ocidentais responsáveis por manter de pé o regime capitalista vigente.

Neste contexto de violência armada, as autoridades alemãs não tiveram grande dificuldade em convencer os seus compatriotas europeus da necessidade de se eliminar física e politicamente qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos ligados à esquerda extraparlamentar europeia, que, contrário às posições políticas dos partidos da esquerda burguesa, sempre tentou compreender (simpatizando até) o fenómeno da guerrilha urbana no país mais aliente da Europa — a Alemanha Ocidental.

A que tipo de pressões e chantagens foram os dirigentes portugueses sujeitos por parte dos alemães ocidentais, isso publicamente não se sabe. Calcula-se que, estando Portugal numa situação económica precária e dependente de empréstimos ocidentais, o nosso país deve ter sido um dos que sofreu as maiores pressões para que um controlo efectivo fosse imposto sobre organizações da extrema-esquerda, o que talvez explique a visita a Portugal do ministro

da Justiça da República Federal Alemã durante o período da caça às bruxas (terroristas e simpatizantes) por essa Europa, em Setembro/Outubro de 1977.

Terá sido a condenação do militante do PRP a 13 anos de prisão um gesto de apaziguamento que satisfizesse os Alemães, precisamente numa época em que a imprensa portuguesa (à excepção da imprensa anarquista e do semanário «Página Um») especulava demagogicamente sobre possíveis ligações entre terroristas europeus com grupos políticos (nunca nomeados pelos jornais portugueses) da esquerda revolucionária em Portugal? Ou será o caso de Afonso de Sousa simplesmente o resultado dos esforços feitos pela polícia judiciária e pelas autoridades militares em Portugal de associar organicamente o PRP, partido legal, com as defuntas (?) Brigadas Revolucionárias?

Resultando duma conspiração militar/fascista nacional ou duma conspiração a nível internacional, o facto é que Afonso de Sousa está preso há já 15 meses e que ele disse inocente, e que é atestado por várias testemunhas que o viram em Lisboa durante o período de tempo em que ele é acusado de ter roubado o banco no norte do país.

As irregularidades que punham este caso de justiça militar (Afonso foi condenado por militares por estar na tropa na altura em que é acusado de ter cometido o assalto) põem em dúvida o saneamento efectuado depois do 25 de Abril no seio da jurisdição portuguesa, assim como a proclamação de imparcialidade política dos tribunais no nosso país. Por isso se está a criar à volta da pessoa de Afonso de Sousa (independentemente da sua filiação no PRP) uma movimentação solidária que exige das autoridades judiciais portuguesas que este antifascista seja julgado de novo e desta vez imparcialmente, num tribunal civil se possível for e

na presença de observadores da Amnesty International de Londres a quem já foi apresentado o processo de Afonso de Sousa.

Foi nesse contexto solidário que uns trinta portugueses e alguns simpatizantes ingleses, montaram um piquete de uma hora (das 13 às 14 horas) no passado sábado, dia 8 de Janeiro, em frente à Embaixada de Portugal em Londres (mal começou a concentração em frente à embaixada chegou uma carinhada da polícia que montou guarda em frente ao edifício. Presente também esteve um agente da *Special Branch* à paisana (polícia política britânica) que identificou os organizadores deste piquete e que nos seguiu até aos nossos carros após o piquete com a finalidade de lhes tirar o número de matrícula), tendo sido entregue na Embaixada um abaixo assinado dirigido ao Presidente da República exigindo que Afonso Sousa seja nova e imparcialmente julgado.

Devido à natureza política deste caso e às futuras implicações para todos nós antifascistas, possíveis vítimas de tais conspirações estatais ou fascistas, é imperativo que os anarquistas e libertários portugueses, independentemente do que pensamos da validade ideológica da política do PRP, participem na campanha de solidariedade com Afonso de Sousa, que se encontra preso no Forte de Caxias — Reduto Norte, rodeado de bombistas, Pides e outra escumalha política que já lhe anda a roçar pela pele.

Ajudemos pois a libertar Afonso de Sousa o mais depressa possível, antes que ele decida, à maneira alemã, de se «suicidar» com um tiro na nuca.

Nunca se sabe o preço que os militantes da esquerda revolucionária portuguesa possam vir a pagar pelos favores monetários concedidos por Bona ao Governo Português.

CLAUDE MOREIRA



Um aspecto da concentração de protesto efectuada em Londres em frente da Embaixada de Portugal

## UMA GREVE INSÓLITA

Quem escreveu estas linhas estava no dia 10 de Janeiro num Posto da Previdência, a fim de consultar um médico. O médico chegou 35 minutos depois da hora marcada, mas ao que se diz, outros médicos, quando não faltam, aparecem à hora normal de saírem. Por isso, quando os doentes são pessoas da 3.ª idade, em tratamentos de manutenção, ao chegarem ao *senhor Doutor* já têm a receita pronta.

Decedeu que eu, como tinha de ir saber onde me devia dirigir, para entregar uma credencial para consulta de especialista, num monte de gente que aguardava, fui informado que os serviços administrativos estavam encerrados, pois o pessoal estava em greve por 1/2 hora.

Fui ter com uma enfermeira (que não estava em greve) e tratou-se, entre os dois, este diálogo:

— Minha senhora, desejava saber onde me devo dirigir com este papel.

— Ao guichet de entrada, mas está fechado por motivo da greve do pessoal administrativo.

— E quem declarou a greve?

— Foram eles.

— Mas quem são eles?

— Não sei, mas como dentro de pouco tempo são 3 horas, os serviços reabrem e lá pode ser informado.

Segui para junto de muitos outros doentes, na sua maioria velhos, que refilavam e aguardavam pacientemente.

Os serviços voltaram a funcionar. Quando chegou a minha vez, fiz as mesmas perguntas sobre quem tinha declarado a greve e obtive as mesmas respostas, com a diferença de terem sido dadas de má vontade.

Retirei e comecei a pensar:

— Já está uma greve de trabalhadores, contra trabalhadores, com a agravante de os atingidos serem doentes e velhos na sua maioria.

Também fui grevista por mais de uma vez, mas a greve era decidida por nós próprios, em Assembleia Geral, sendo conhecedores das causas que a motivavam, quem a dirigia e estávamos ao corrente do curso da sua duração.

Mas há mais:

Foi anunciada a publicação de uma Portaria ministerial que melhora os salários do pessoal da Previdência.

Ora o pessoal, ao que sei, aceita essa portaria, não só pela melhoria salarial, mas ainda por lhe concederem as chamadas diuturnidades, que são outra melhoria, agora que não há admissões nem promoções de pessoal.

Assim consideradas as coisas, esta greve, declarada por eles, pode muito bem ser oportunista a fim de eles mostrarem que foram quem forçou a publicação da Portaria.

E assim vai a organização sindical, que diz representar todos os trabalhadores, mas que estes, na sua grande maioria, não conhecem nem reconhecem, mas que todos pagam.

Veremos agora, depois da saída da Portaria e da acomodação do pessoal, o que fazem eles no respeitante ao emperrado Contrato Colectivo de Trabalho, que dizem não ter sido seguido nem por manifesta má vontade ministerial.

Será que o senhor ministro sente algum dos efeitos destas greves de trabalhadores contra trabalhadores?

De onde nos veio isto?

E até quando?

Janeiro de 1978.

J. F.

## Os nossos leitores escrevem

Transcrevemos parte dum carta dos nossos camaradas de Portalegre Nicolau Serrão e Joaquim Ceia Trindade, que se dedicam a iniciativas culturais e populares.

Nesta quadra natalícia, safada, tecnocrática e fidejamentada, tanto eu como o Ceia Trindade vos enviamos saudações mais do que nunca abjeccionistas e libertárias.

Assinalámos com satisfação a reaparição de «A Batalha» e incluímos nesta uma pequena contribuição da n/ parte, desejando que o jornal, contra dificuldades e ventos contrários, siga desmistificando e alertando as más orleãs para o que se passa em torno.

Tanto eu como o Ceia Trindade apreciamos bastante o artigo «Violência e Terrorismo», publicado no último número por nós recebido. Apoiámos as teses do seu autor, que consideramos dentro da via abjeccionista (a da «habilitação insubmissões») e aproveitamos para trazer à colação a frase do nosso querido amigo André Breton — «E está a época em que a brutalidade física substitui a passividade mental».

Com efeito, a violência repressora, a que transformamos mais qualquer coisa que a simples aparição física no palco da rebelião armada, pois não devemos esquecer que o capitalismo e a burguesia dispõem de

poderosas armas de repressão. Contudo, nós dispomos duma arma mais poderosa: o nosso coração afeito à liberdade e a nossa razão afeita à (sur)realidade: a luta, actualmente, põe-se noutros termos. E transformar o mundo e mudar a vida é tarefa que exige toda a nossa inteligência, a nossa capacidade, a nossa autenticidade: as armas a utilizar devem ser outras, o que não significa, evidentemente, que não haja por vezes necessidade de recorrer à eliminação física de determinados indivíduos-chave (e não me refiro a figuras de proa facilmente substituíveis mas aqueles que estão de facto a comandar o jogo). E no plano social e no plano psicológico que a luta hoje se coloca: resistência, por um lado, às aperfecoadas técnicas de castração mental que a classe dominante está a utilizar, adubo indispensável para a sua produção de escravos e de mentecaptos; contra-ataque, por outro lado, no plano da prática quotidiana e colectiva, mediante métodos que nos são próprios e que já caracterizavam no passado a acção de grupos libertários «avant la lettre»: os cdiários, os adeptos da Grande Obra e, mais nos nossos dias, os surrealistas verdadeiros (refiro-me aqueles que, sabendo que «o sono da Razão engendra monstros», não se renderam às grelhas do estalinismo ou do dólar).

E necessário que, radicalmente, utilizemos a n/ inteligência e os nossos conhecimentos, batendo-nos tão a taco com a

esterilização mistico-burguesa numa luta surda e implacável. Outros o estão a fazer noutro plano e posso mesmo afirmar-vos que a certo nível se trava uma batalha (que muito poucos conhecem) contra as forças conjugadas do capital, do jesuitismo e do resto, que está a dar os seus frutos, mesmo que não sejam evidentes para todos, enucleados que têm os olhos pelos processos subitís da Grande Reacção.

De Olhão escreve-nos o camarada que tomou a si a distribuição local de «A Batalha»:

Compartilheiros! Muita saúde e que tudo vos corra pelo melhor. Comecei por vos dizer que me congratulo com a saída de «A Batalha», pois sendo ela um jornal anarquista que preenche um espaço no movimento anarquista (o dos assalariados e da influência das conquistas no seio dos trabalhadores) é portanto indispensável.

E já agora um conselho de quem não deseja ver «A Batalha» desaparecer definitivamente. Não se meta em altas cavarias (refiro-me às que não tenham fôlego e que financeiramente (ó maldita sociedade em que vivemos) que nos obriga a preocupações destas) possam ser desastrosas.





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 40 - MENSAL - MAIO DE 1978 - 75\$0

## SINDICALISMO EM LUTA

Estes artigos têm como objectivo lançar um debate sobre o sindicalismo em Portugal, e as várias concepções sindicalistas nos últimos cinquenta anos.

Para tanto julgamos fundamental partir de algumas situações «obscuras» no passado as quais, de uma forma ou de outra, constituem o substracto do presente.

Os anos 20 constituem em Portugal um dos períodos mais críticos e polémicos. Ao longo de uma década, processaram-se acontecimentos importantíssimos, como a ascensão e a conquista do poder pelo Salazarismo.

Como era a sociedade portuguesa de então? Quais as forças em confronto? As influências internacionais?

Uma verdade era evidente, o País situava-se na cauda da Europa em termos de desenvolvimento tecnológico. A maioria das unidades de produção eram ainda as artesanais. Os centros industriais estavam praticamente reduzidos a Lisboa, Barreiro, Setúbal, Porto, Guimarães, Braga, além da zona da Covilhã.

A maioria da população activa trabalhava nos campos.

O analfabetismo atingia em 1920 cerca de 68% da população.

Estes dados são contudo insuficientes para caracterizar a sociedade portuguesa de então. Inúmeros outros factores temos de ter em conta, como sejam os desequilíbrios regionais, a existência de

um «Império» colonial, a influência da Igreja, etc.

A participação de Portugal na Primeira Grande Guerra aprofundou uma crise económica que era aqui praticamente permanente.

A agravar isto, em 1920 eclodiu uma crise a nível mundial. O seu prolongamento em Portugal, alargou-se até 1925... Como sua consequência, dezenas e dezenas de falências de empresas de todos os sectores, sucederam-se. O aumento do custo de vida, o desemprego, subia em flecha.

Não admira pois que a emigração, de 1920 a 1930, tenha atingido 430 000 pessoas...

Internacionalmente, a crise das democracias, o fascismo italiano (a partir de 1922), a ditadura do general Primo Rivera em Espanha (1923-30) exerciam aqui grande influência.

Numa sociedade conservadora, fortemente nacionalista, clerical, o fascismo principia a ter eco. «Por volta de 1926, como nota Oliveira Marques, o fascismo começava a estar em moda em Portugal e a conquistar certa popularidade — sobretudo entre a Intelligentia —, apontando-se as suas soluções

como constituindo «a solução» para o caso português.

A corrupção na primeira república fora generalizada, avolumando-se nestes anos os escândalos, dando assim óptimos argumentos aos defensores da «ordem».

Daí que a maioria dos partidos republicanos, incluindo o partido socialista, apoiasse o movimento militar do 28 de Maio de 1926, o qual «se» desencadeou contra a «corrupção». A «solução militar», concretizada através de golpes, possuía largas tradições em Portugal, nomeadamente entre os republicanos, de onde partira a iniciativa do mesmo.

Trata-se de saber se o fascismo em Portugal resulta de contradições no interior da própria burguesia, ou se ele constitui uma «saída» para conter as lutas dos trabalhadores?

Não é fácil de responder a esta questão. Não restam dúvidas da enorme combatividade dos trabalhadores, quer dos centros industriais quer dos campos (assalariados rurais). Por duas vezes se declarou greve geral (em 1921 e 1922); a ligação entre a cidade e o campo, as greves de solidariedade eram um facto. Mas nos campos as estruturas agrárias caducas continuavam. Apesar de tudo, a C.G.T. clarificava certas posições. Os aiantados, nomeadamente os da «Legião Vermelha» (aparentada com o Partido Comunista), geravam uma enorme agitação repressiva.

A burguesia não parava de exigir medidas cada vez mais severas.

(Continua na pág. 2)

### UMA IDEIA EM MARCHA O Ateneu Libertário

Está lançada a ideia da organização do Ateneu como centro de divulgação cultural, de debate de ideias, de dinamizador duma acção popular de objectivação aos dogmas da política, e de alternativa à crise dos grandes mitos e da sociedade.

A escola, a igreja, o sindicato partidário, o quartel são os esteios duma sociedade que se desagrega de todas as maneiras. Precisamos do encontro das pessoas para a análise crítica dos acontecimentos e, sobretudo das grandes mentiras convencionais, para criarmos uma mentalidade revolucionária e uma acção criadora.

Acorramos a ajudar a criar este centro de convergência libertária. Dêem as vossas ideias, o vosso concurso traduzido em acção de apoio efectivo. E o Ateneu será o veículo das ideias libertárias levadas a toda a parte.

Dirijam-se por escrito a Apartado 5083, Lisboa-5, para a nossa redacção — Av. Álvares Cabral, 27 — Lisboa.

### O 1.º de Maio é luta

O 1.º de Maio é a jornada anual dos trabalhadores como afirmação das suas lutas revolucionárias pela sua emancipação com a transformação da sociedade no sentido das aspirações humanas de liberdade, de justiça e de alegria de viver.

O 1.º de Maio não é a jornada folclórica que disfarça o louvor dos chefes políticos na demanda do poder, nem a jogada dos partidos manejados pelos tecnoburocratas erigidos em «libertadores» dos trabalhadores, mascarados por uma falsa «opção de classes».

O 1.º de Maio tem de ter a imponente das grandes reflexões colectivas sobre os objectivos concretos da luta libertadora e dos problemas quotidianos que se está enfrentando. Não tem música nem competições desportivas ao estilo festivo da Intersindical; é um debate vivo, é a compenetração da responsabilidade histórica, é a busca da solidariedade nas formas de união consciente e criadora da nossa própria emancipação e para não sermos nós, os trabalhadores, os serviçais de novos governos, de novos messias e muito menos de novas ditaduras mascaradas de socialistas e de falsos proletários sobre o próprio proletariado. Este é o verdadeiro 1.º de Maio, libertário e revolucionário.

### O 1.º de Maio que devia ser

Quando os dirigentes burocráticos dos sindicatos, esquecidos dos seus lugares de trabalho, se sentam nas salas do Ministério do Trabalho para tagarelarem com o ministro ou os representantes do patronato sobre contratos de trabalho em negociações que podem demorar meses, não sabem, nem querem saber do que foram as lutas operárias anteriores para garantirem a sobrevivência sindical e como se conquistaram regalias, como as 8 horas de trabalho, que transformaram profundamente a condição social dos trabalhadores.

São essas lutas memoráveis e decisivas que transformaram o mundo e resgataram os trabalhadores de condições servis e desumanas que estão sendo esquecidas e desfiguradas e que significam verdadeiramente o 1.º de Maio revolucionário, o mesmo tempo reivindicativo de melhores condições de vida mas na sequência duma transformação profunda da sociedade e do seu sistema económico.

As lutas operárias surgiam das suas necessidades de melhoria, das suas aspirações sociais e elaboravam-se nos locais de trabalho, subiam aos sindicatos e decidiam-se. Eram todos os que sentiam o imperativo da união que formulavam as reivindicações e traçavam o plano de luta.

Agora, os chamados dirigentes sindicais, ganhando ordenados dos sindicatos, de quando em vez lembram-se que há contratos de trabalho que estão abandonados, ou que estão prestes a caducar, e sobem ao Ministério do Trabalho a mendigar à sombra duma chamada legislação social. Se a coisa tarda, se o partido quer reclamar-se do seu proteccionismo, esses dirigentes, por desfaísmo, ordenam uma greve de uma hora ou de meio dia.

Essas lutas do passado, que hoje esses mandarinis sindicais ignoram ou desdenham, demandaram sacrifício e luta, conquistaram ao patronato ávido parcelas dos seus exclusivos benefícios, e foram marcadas com sangue e sacrifícios. Houve greves memoráveis, prolongadas, que suscitavam movimentos de solidariedade dumas classes pelas outras, e o 1.º de Maio era, em cada ano a evocação dessas lutas, a afirmação da solidariedade entre as classes, e o protesto contra as violências, a continuidade da luta pela transformação social, a realização dum socialismo sem a nódoa de ditaduras, de ditadores ou de abdicação perante a burguesia jacobina que sempre procurou dominar os movimentos revolucionários dos trabalhadores.

Não eram comícios do 1.º de Maio corrompidos, com generais e chefes de governo a perorar arengas demagógicas, nem falavam os chefes de partido. Eram jornadas dos trabalhadores que irra-

(Continua na pág. 6)

## EDITORIAL

Na lógica do 1.º de Maio temos de fazer a reflexão dos nossos problemas e equacioná-los em termos de afirmação e da nossa capacidade revolucionária. E perante o temporal que nos açoitá há que tomar decisões, definir objectivos e alijar a carga das superstições políticas e partidárias que noutro estilo amarram os trabalhadores à mendicância perante o Poder como outrora.

O colapso do fascismo implicaria uma profunda transformação social que começaria pela afirmação do Homem sobre a massa-multidão, dos elementos formativos da sociedade criando a própria dinâmica social. A revolução que se gerou foi exactamente nestes termos, mas a herança fascista era profunda e não se dissipava com demagogias nem com chefes popularizados.

As grandes linhas de transformação da sociedade portuguesa surgiram fora de todos os aparelhos partidários e do poder; o abalo da velha estrutura agrária com a colectivização, a autogestão sacudindo à modorra da empresa privada. Mas estas iniciativas foram dominadas pela partidarização, outra forma

(Continua na pág. 4)





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 41 - MENSAL - JUNHO DE 1978 - 7\$50

## SINDICALISMO EM LUTA-2 A adulteração do 1.º de Maio

Não existe evidentemente um sindicalismo «único», «verdadeiro», mas várias concepções de sindicalismo. Desde 1942 aos nossos dias, quais as forças sindicais em choque? O que constitui hoje o «sindicalismo»? Qual o papel integrador ou desalienante que os sindicatos assumem perante o sistema? Que alternativas? Eis algumas das questões de fundo a debater.

Os anos quarenta (1940-1949), representam outro dos períodos mais importantes da história da sociedade portuguesa (sót). Diremos que as condições favoráveis à implantação e consolidação dos regimes fascistas na Península Ibérica mudam significativamente. A derrota esmagadora do nazismo em Leninegrado (1942) e um conjunto de acontecimentos neste ano desfavoráveis ao bloco do «eixo» reflectem-se em Portugal. Animam a resistência. Logo em Novembro de 1942, produzem-se importantes greves na região de Lisboa. Curiosamente, é a partir daqui que o partido comunista adquire certa importância no movimento operário.

A ofensiva dos trabalhadores continua em 1943 e 1944, mobilizando dezenas de milhares de trabalhadores da região de Lisboa e do Ribatejo. A repressão é terrível: inúmeras prisões, fábricas são fechadas durante meses. As cadeias de tal maneira se enchem o que os leva a recorrer às praças de

touros de Lisboa e Vila Franca...

Durante a guerra, a miséria acentuou-se, quer com a falta de géneros, o mercado negro onde se especulava à falta, para além disso os salários eram baixíssimos.

Salazar sentiu que algo tinha mudado no curso dos acontecimentos mundiais, perante a previsível vitória dos «aliados», apressa-se a negociar: em troca da manutenção do poder, os «aliados» (Estados Unidos), montam uma base militar nas Açores...

Perante a pressão internacional que denuncia o regime fascista em Portugal, Salazar tinha de mudar de «imagens»: dissolve a Assembleia Nacional, e em Novembro de 1945 convoca novas eleições. Fala-se então de «democracia orgânica»...

Depois de 1945, o regime estreme ainda mais: a burguesia antifascista prepara golpes atrás de golpes depois do MUNAF de 1943, lança o MUJ de 1945, manifesto os seus protestos — civicamente — nas eleições, etc., etc.

O movimento operário mostrou a sua combatividade inúmeras vezes, como nas greves violentas de 1947 nos estaleiros navais e na cintura industrial de Lisboa.

A divisão entre os «aliados», com a clarificação de dois grandes blocos: o burguês (Estados Unidos, França, Inglaterra, etc.), e o tecnoburocrático (Rússia, etc.), e o início da «guerra fria», veio em socorro de Salazar. A burguesia Internacional estava agora mais que nunca interessada no fascismo na Península Ibérica: isso lhe permite afastar o perigo «comunista»... O regime reforça os seus vínculos internacionais: entra na NATO. O novo alieno que adquire depois de 1949 vai fazê-lo repensar muitos aspectos. J. Pires Cardoso, teórico fascista de então, falava dum «corporativismo autónomo» o que conjugaria a dinamização da iniciativa privada e o controle indirecto do Estado corporativo.

Neste período, entre 1950 e 1959, o movimento grevista estabelecerá inúmeras vezes: como em 1951 entre os assalariados de Alpiarça; em Maio de 1952 nas celas do baixo Alentejo; de novo em Maio de 1954 no Alentejo; a 12 de Julho de 1958 quando rebenta uma greve política nos arredores de Lisboa, e no Alentejo contra a burla eleitoral, de notar que neste último, o povo de Couço, apesar da sabotagem do PCP, ocupa a vila e liberta os presos do posto da G.N.R.

A questão das colónias torna-se dia-a-dia mais importante. A descolonização que os regimes europeus são forçados a fazer depois da 2.ª Guerra Mundial encontra em Portugal a mais viva oposição no governo.

(Continua na pág. 3)

### CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO LIBERTÁRIA

A repressão fez perder muita documentação histórica que é hoje necessária para identificar o movimento sindical que tivemos e as organizações que afirmaram os propósitos de emancipação.

Roda por aí muita história feita de encomenda para justificar falsas posições. É necessário juntar documentos dispersos, arquivos importantes que a não serem recolhidos numa instituição seria e consequente perder-se-ão com o tempo e os descaminhos.

Temos já bastante material, e outro se consegue mas será necessário instalá-lo convenientemente, e para isso lança-se a ideia da criação dum Centro de Estudos Sociais e de Documentação Libertária.

Aceitamos ideias, ofertas, e carecemos de iniciativa. Respondam e alivitem.

Resposta à «A Batalha», apartado 5085-Lisboa 5.

O 1.º de Maio nasceu no seio das lutas dos trabalhadores pelas suas árduas conquistas e assumiu a grandeza das jornadas de afirmação revolucionária, no âmbito da consciencialização da missão histórica dos trabalhadores de construir uma sociedade na medida do homem e dos seus valores.

Os partidos ditos operários com a sua vocação de conduzir os trabalhadores de cima, do Poder, renegaram esse dia como protesto e como capacitação dos trabalhadores para a sua auto-emancipação.

A social democracia tornou o 1.º de Maio uma festa do trabalho e no mesmo estilo o fascismo o terá tentado. Os partidos comunistas, ávidos do seu messianismo de ditadura, do partido e dos «leaders», seguiram igual caminho.

O 1.º de Maio que aí tivemos não teve qualquer expressão como dia de afirmação e de formação revolucionária. A Inter-sindical com o seu reformismo, continua a dar ao 1.º de Maio um significado de marcha folclórica para estadeirar um predomínio de multitudes, agregadas no estilo folgação do arsenal político de qualquer governo demagógico.

Deu vulto a espectáculos desportivos sabendo-se o ópio da multidões, e num fim de festa, meio arraial meio cortejo de oferendas a manifestação foi acabar num fim de dia no Estádio.

No comício os vulgares discursos lidos, dando relevo aos chavões habituais criadores dum pânico colectivo que avultou a missão salvadora do partido ou da sua sucursal, a Inter. Não se analisaram os verdadeiros caracteres desta crise avassaladora das próprias instituições, não se esclareceram linhas dum socialismo sem grupos ditatoriais ou paternalistas, não se delinearam métodos de luta, e como nas grandes missas entouce-se o salino da unidade que os unitários despedaçam em lutas ferinas, e sempre em nome da unidade.

As moções postas à aclamação do auditório não alcançavam uma qualquer posição sindical dos trabalhadores. Fazendo o jogo parcial do imperialismo soviético pretendem um protesto contra a bomba de neutrões como se todo o material bélico na posse dos blocos imperialistas

## Repressão e terrorismo

Com uma técnica dos «comandos» as Brigadas Vermelhas raptaram Aldo Moro, e eliminaram os seus «gorilas». Durante o seu sequestro o aparelho repressivo do Estado italiano fartejou sem êxito revelando que afinal também têm os seus desejos e limitações.

As Brigadas ofereceram a troca de Aldo Moro pelos seus membros que estavam a ser julgados. A razão de Estado, a lei penal e o prestígio dos partidos foi posto em jogo. Desde a serfista Democracia Cristã até ao stalinista PC se pôs em coro o protesto contra o terrorismo envolvendo os movimentos sindicais nesse protesto a que nada o pode ligar.

O Estado não cede, os partidos socialista e democrata cristão vacilaram, só o PC se tornou adepto a qualquer transigência. Aldo Moro, político poderoso, tornou-se simples bola de bilhar: a sua vida, apesar da sua influência, não valeria o desabar da ordem jurídica e estatal e consumou-se o inevitável: foi executado e abandonado por escárnio quase à porta do PC e da Democracia Cristã.

O classificado terrorismo tornou-se objecto de novas leis repressivas, da condenação pública; exige-se a sua repressão diz-se para tranquilidade pública, para restabelecer a ordem legal.

Os sindicatos reformistas e stalinistas italianos têm o aparelho repressivo do Estado para eliminar o «terrorismo», insensatez evidente já porque o aparelho do Estado é o terrorismo organizado, actuando todos os dias e a todas as horas, mas o clima de apoio maciço favorece a generalização dos processos coercivos e repressivos. As leis de excepção cobrem a tirania; os mais inofensivos actos individuais podem ser considerados actos terroristas.

De resto o rapto de Aldo Moro é um acidente da luta pela conquista do poder. Ser abatido a tiro ou na urna eleitoral são resultados do jogo.

O terrorismo surge exactamente com a frustração das esperanças e não valeria o desabar da ordem jurídica e estatal e consumou-se o inevitável: foi executado e abandonado por escárnio quase à porta do PC e da Democracia Cristã.

(Continua na pág. 6)

## EDITORIAL

Utilizando os meios de comunicação o Governo alardeia a sua confiança nos seus programas para recuperar o país e sucessivamente agrava os preços dos géneros, dos materiais, dos serviços e os impostos, tudo o que recai directa e pesadamente na exausta economia das famílias trabalhadoras. E gradualmente as estruturas que acusaram falência vão sendo reconstituídas, usando-se para isso a empolada argumentação que já fizera escola nos tempos passados.

Nos quadros desta democracia os partidos jogam as suas oportunidades, tentam as que lhes garantam posições, criticando-se mutuamente sem nada trazerem de novo.

O PC, mordendo a raiva da sua marginalização, ensaia um namoro e os seus tecnoburocratas já apresentaram propostas de recuperação com que se aproximam dum envergurado eurocomunismo, com os seus deputados trajando a rigor nas recepções do rei de Espanha.

Fazem-se grandes empréstimos que o país terá de pagar onerosamente. Se é certo que o desabar do sistema colonial mostrou a debilidade das estruturas resta saber se a hipoteca, os compromissos de cedência dos nossos mercados de trabalho e todos os condicionamen-

(Continua na pág. 4)





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 42 - MENSAL - JULHO DE 1978 - 7550

## SINDICALISMO EM LUTA - conclusão

A seguir ao 25 de Abril, assistimos à criação de inúmeras organizações dos trabalhadores, como as comissões de trabalhadores que então se generalizaram e ultrapassaram os sindicatos corporativos inoperantes, palco de disputas pela sua conquista.

A burguesia e esquerda tecnoburocrática (PS, PCP) estão no poder, tentando cada uma por seu lado conduzir os acontecimentos em seu favor.

Se atendermos a que eram o PCP e o PS que rapidamente conseguem, saneando fascistas, ocupar as direcções sindicais, percebemos a importância das suas posições depois de 1974.

Logo em 30 de Maio de 1974, dirigentes sindicais afectos ao partido comunista na InterSindical dirigem ataques aos trabalhadores que entram em luta por melhores salários. O PCP chega mesmo a denunciar como fascistas os trabalhadores das padarias em luta...

Em 18 de Junho, começa a conhecida greve dos trabalhadores em Lisboa, não tardando a ser atacados por dirigentes sindicais afectos ao PCP.

Mas a mais importante tentativa de conter o avanço dos trabalhadores, processa-se a 29 de Agosto de 1974: É aprovada uma nova lei da greve, tornando ilegais as ocupações e determinando o período de negociações de 30 dias. O Partido Comunista, à frente do Ministério do Trabalho (...), aprova esta lei: como era de esperar, nunca foi cumprida...

A InterSindical, onde o PCP reforça já o seu poder, em per-

feita colaboração com os Governos Provisórios, prossegue os seus ataques aos trabalhadores, inclusive às comissões de trabalhadores.

Em Setembro, manifesta-se publicamente contra a «realista» e «reaccionária» aplicação das 40 horas semanais. Em 5 de Outubro de 1974, num esforço produtivista, lança a célebre «Batalha da Produção», na qual quem não fosse trabalhar e «desse» o ordenado de «mãe de leite» para a «nação», era considerado fascista...

Quanto aos sindicatos corporativos, em nada são alterados. Antes são reproduzidos e, copiados os

seus estatutos em novos sindicatos, nomeadamente no Alentejo, são criados sindicatos agrícolas distritais em Beja, Évora e Portalegre, neste espírito corporativo...

No início de 1975, mostra-se já claramente o poder dos aparelhos partidários ao nível dos locais de trabalho. Os sindicatos crescem em número de funcionários. As burocracias renovam-se, tornando-se verdadeiras máquinas, activíssimas, de integração dos trabalhadores.

A coroar o poder do PCP sobre o movimento sindical, a 30 de Abril de 1974, e no meio de uma intensa polémica (pró e contra), o Conselho da Revolução decreta a «unicidade sindical», a qual legalizaria o monopólio da «inter-sindical» sobre os sindicatos.

A ruptura da aliança entre o PS/PCP, ao nível sindical, consuma-se então. Na «oposição» o partido socialista irá seguir uma trajectória que passará pela criação da «carta aberta» em 1976.

Com grande parte do aparelho de Estado nas mãos, o PCP e a «Inter» lançam de novo uma ofensiva antigrevista desta vez em fins de Maio, princípios de Junho de

(Continua na pág. 5)

## Mãos à obra, companheiros!

Há um debate a fazer entre os militantes anarquistas e anarco-sindicalistas, continuamente adiado desde a trágica morte da CGT às mãos do fascismo. Esse debate, que consistirá no aprofundamento das teses libertárias em relação ao movimento operário, terá que traduzir-se num empenhamento total, da parte de todos nós, na criação de um movimento operário anarco-sindicalista, de um movimento (que não terá de ser uma organização, mas uma corrente, uma coisa que se move e alarga, que se estende como um rio e deixa sulcos nos campos à sua volta) radical e insubmissa.

### A NECESSIDADE DO ANARCO-SINDICALISMO

Todos nós, os que obrigados pela condição de nascimento e de sobrevivência somos obrigados a vendermos-nos quotidianamente no mercado do trabalho e os que, no desemprego, sentem as aguras de um insuflante poder de compra, e quer nos situemos na óptica anarquista individualista, anarco-comunista ou anarco-sindicalista, sentimos diariamente a necessidade da existência de um forte movimento anarco-sindicalista, traduzido ou não num qualquer tipo de organização sindical. Isto é, muito embora a organização federativa, como o foi a CGT, não tenha ainda possibilidades de existência, pois não existem as partes a federar: os militantes, os sindicatos, as uniões de sindicatos, etc., há

outras maneiras de nos organizarmos já hoje possíveis. Relembramos casos possíveis, como a união dos trabalhadores anarco-sindicalistas de uma localidade, o sindicato de ofícios vários anarco-sindicalista, os grupos profissionais (por exemplo, carpinteiros, bancários, escrivãos, c. civil), os grupos de propaganda anarco-sindicalista dentro ou fora dos actuais sindicatos, etc., etc. O movimento a criar (e voltamos a referir: não se trata ainda de criar a organização sindicalista, mas de lançar as bases que a tornará viável) terá de apalpar o terreno, criar ela própria o seu projecto e as suas bases de apoio, uma palavra, reinventar a prática anarco-sindicalista num movimento operário reformista e altamente político.

### PROBLEMAS DE CLASSE E REVOLUCIONÁRIOS

E tudo isto porquê? Porque para os militantes revolucionários os actuais sindicatos, saídos da estrutura salarista, não chegam. Pelo contrário, em vez de serem armas de combate, entregam a solidariedade entre os trabalhadores, a maior parte das vezes são meros travões políticos, flutuantes conforme os jogos de poder. E isto a nós não nos chega nem nos agrada. Como trabalhadores há problemas estritos de classe a resolver: salários, reivindicações de tempo de trabalho, férias, problemas de ordem judicial, etc. Como revolucionários há problemas de ordem revolucionária a resolver: a produção, o consumo, a educação, a greve geral, etc., etc. E é de uma organização que junto em si estes dois aspectos: o reivindicativo e o revolucionário, que utilize na prática os métodos de luta que nos são próprios, que nós necessitamos, como arma fundamental na guerra social que diariamente se trava em todos os locais de trabalho.

### HOJE, O MOVIMENTO OPERÁRIO

Num movimento operário extremamente dividido como é o caso português, onde todos os produtos e subprodutos teóricos têm o seu cantinho, é extremamente fictícia a existência de uma organização sindical unitária, já que esta não podendo representar todas as correntes existentes no seu seio põe a totalidade do movimento operário a rebouque dum só corrente. Que no caso português, é essencialmente, a corrente marxista-estalinista do PC, salvo casos pon-

(Continua na pág. 3)

## EDITORIAL

A ruptura desta sociedade encasulada em estruturas decrépitas que continham solicitações divergentes como o desabar do sistema colonial e as pressões dum neocapitalismo para ocupar um espaço desencadeou um causal de acontecimentos que trouxeram à prática experiências inusitadas, mas que têm sido frustradas.

Do mesmo modo a República em 1910 surgiu no tumulto do problema colonial, do início duma fase de industrialização e de crises cíclicas, carecida de soluções mas embriagada de lirismos jacobinos que em breve se transformaram numa ferocidade conservadora. Também a ruptura se tornou inevitável.

Então, o movimento sindicalista, pleatório da sua autonomia e portador de ideias próprias, apresentando a sua alternativa revolucionária e anticapitalista, constituiu a resposta da classe trabalhadora e foi um elemento de transformação social da qual saíram conquistas, como as 8 horas de trabalho, que transformaram algum modo a condição operária. Era a presença libertária, o conteúdo anarquista vivente na alma popular, na cultura humanista e na desalienação política que levava o partido socialista à sua precariedade eleitoral.

Hoje como então, a democracia burguesa, sem disposição para as opções indispensáveis às transformações inadiáveis, recua e prefere

(Continua na pág. 4)

## MOVIMENTO FEMINISTA

Do Women Now Project Committee recebemos a seguinte carta que publicamos tendo em vista a informação de todos os interessados.

Caros amigos:

Começámos recentemente a lutar contra o nosso próprio isolamento e confusão e a procurar a maneira de nos lançarmos para fora desta década de antilmas. Talvez seja por isto que nós nos designamos como um grupo de amigas que compartilham uma certa ideia, ainda que enquanto indivíduos podemos diferir substancialmente sobre várias questões teóricas ou estratégicas. O que parecemos compartilhar é «a ideia de um projecto», isto é «um campo de actividade temporário, um período de acção real», o qual possa ser favorável ao desenvolvimento da realidade dos nossos desejos, para a qual a nossa «dissatisfação» com o presente nos conduz e da qual estamos sempre separados por falta de imaginação. O que é que nos dissatisfaz? É a monotonia do acontecimento espectacular, a aparência de uma audiência. Qual é a nossa resposta? Experimentar. Criar uma situação social por intermédio do nosso projecto.

Qual é o nosso projecto? É uma investigação colectiva das relações entre homens e mulheres, como um paradigma, não como a única instância, da realidade que repetidamente nos desaponta. Especificamente é um projecto educacional, uma compilação e disseminação de ideias nos círculos mais amplos possíveis, dado o ambiente onde nos encontramos.

Quando emergirá ele? Esperamos tornar-nos visíveis em Março, quando da celebração do dia internacional da mulher. Concretamente esperamos aparecer em Março numa edição especial da revista «Women Now» e começamos a organizar uma colecção especial de matérias sobre a mulher sob o patrocínio de 1949 Red and Blue Media Center. A nossa ideia é que compilarmos materiais incluímos uma responsabilidade para os tornar utilizáveis, num sentido dinâmico, que parcialmente define o campo de actividade no qual esperamos agir.

Entendemo-nos? Procuramos materiais, apoio espiritual e ajuda financeira se possível. De tudo isto, o mais imediatamente importante são os materiais, ou o prospecto de materiais, isto é livros actuais, panfletos, relatórios de conferências, periódicos, gráficos, filmes e gravações «video and sound» que nos possam oferecer ou trocar (com a 1984 Bookshop), cópias «Xerox», catálogos disponíveis e que estejam relacionados com estes assuntos. Se publicarmos os materiais, alguma coisa, devemos esperar que nos comuniquem tudo o que possível e nós consideraremos isto o nosso mais significativo gesto de apoio. Temos confiança na nossa existência.

Women Now Project  
180 Lockhart Rd., 1st Floor  
Committee  
Wanchai,  
Hong Kong





# A BATALHA

PORTE  
PAGO

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V - IV SÉRIE - N.º 44 - MENSAL - OUTUBRO DE 1978 - 7\$50

## Sim ou não aos Sindicatos? SITUANDO UM DEBATE

O Sindicalismo de tal forma ligou-se à prática anarquista, que hoje, quando este sofre violentas críticas, o anarquismo repensa as suas posições e análises sobre os sindicatos.

Dal que também o sindicalismo seja a questão mais polémica e controversa de todo o movimento.

Quando em 1886 começou aqui a surgir verdadeiramente uma prática e um pensamento anarquista, este movimento desenvolvia uma estratégia «espontaneista». Isto é, todos os seus apelos e acções eram conduzidas no sentido de uma revolta colectiva e individual, contra «o sistema social contemporâneo» (manifesto de Abril de 1887).

Tais acções visavam «acelerar a decomposição política e económica dos estados», através de «greves violentas», «de sersão da cerna», «abstenção à urna», etc., Para «aproveitar a desorganização e que estes meios conduzem os poderes públicos e proceder à liquidação social», ou seja a destruição desta sociedade, e organização do comunismo libertário.

Pouco a pouco, por influência sem dúvida do que ocorria em França, nos últimos anos do séc. XIX, os anarquistas em Portugal, começaram a participar activamente nas associações de classe (sindicatos), a luta foi em primeiro lugar dirigida no sentido da autonomia dos trabalhadores. Fece a todas as formas de poder: partidos, estado, igrejas, etc. E, também no sentido

de uma maior radicalização das organizações de classe.

Contudo os anarquistas viam os sindicatos, não como órgãos dos trabalhadores destinados a gerir futuramente a sociedade, mas apenas como locais privilegiados para actuarem no sentido de uma insurreição, que tinha em vista criar uma Federação de comunas.

A principal força partidária que actuava no movimento operário, era o Partido Socialista Operário Português (fundado em 1875). A sua influência traduzia-se em panacéas constantes: petições ao governo, eleições, etc.

O movimento anarquista demonstraria ao contrário dele uma enorme consistência. A partir de 1896, é forçado a actuar na clandestinidade, isto até 1910... Apesar deste facto, e das inúmeras deportações para África e Timor, conseguiram imprimir cada vez mais maior radicalidade nas lutas operárias.

O congresso da C. G. T. (França) em 1906, e o congresso anarquista de Amsterdão em 1907,

(Continua na pág. 3)

## EDITORIAL

Diariamente agrava-se a crise e a desordem política. Sobem os preços, os salários degradam-se, o desemprego aumenta, a habitação continua a ser a maior angústia das populações e a juventude sem futuro desespera. O país assiste desiludido e atordado, desfeito a maré alta da demagogia política partidária, da democracia burguesa e parlamentar, da ordem constitucional de que foi proscrito por ser privilégio dos partidos e da sua incapacidade.

O país vivo e activo assiste, privado de intervenção embora lhe falem em democracia e via para o socialismo. Caem governos, outros se levantam revelando a crise do sistema. Contudo aumentam os preços, as nacionalizações tornam-se canções apenas de pé, atento, protegendo a desordem oficial, o aparelho repressivo é o único poder do Estado funcionando a rigor.

E para isto o país paga anualmente aos partidos milhares de contos, que eles mesmos fixaram e instituíram.

Que o Presidente escolha tecnocratas e os partidos queiram para eles o exercício do poder não interessa optar, mas interessa saber se o país merece ser ouvido, se tem exercício democrático, mas sobretudo se tem energias e se está disposto a intervir. Mas que não seja a intervenção eleitoral, sofisma que os partidos, quaisquer que sejam, utilizam para se julgarem representantes do povo.

Seria oportuno que nesta circunstância o movimento sindical, liberto da sujeição dos partidos, sem compromissos com a ordem constitucional, expressando somente a livre decisão dos trabalhadores, opusesse à desordem governamental a expressão dos seus direitos no exercício lógico da democracia directa.

Mas o movimento sindical não assumiu a sua categoria e função, e dilacera-se entre as tutelas políticas. As chamadas centrais sindicais obedecem às suas camarilhas de obediência partidária, mas sofrem também a debilidade da frustração.

Nesta pungente realidade, neste vazio em que as pessoas desistem e se negam a reagir, neste caos em que se forjam novos métodos de opressão, os trabalhadores não são capazes de ter expressão, de ter intervenção porque deixaram que as suas organizações, sindicatos, comissões de moradores ou de trabalhadores se estiolassem.

(Continua na pág. 5)

## ATENEU LIBERTÁRIO DE LEIRIA O ATENEU: O QUE É? PARA QUE SERVE?

Este Ateneu foi constituído em Junho passado, prolongamento lógico da luta anarquista aqui desenvolvida e, também a alternativa que nos parece mais viável de pôr em prática depois de já termos como experiência outras tentativas de organização. A prática e a divulgação anarquistas parecemo-nos agora algo consistentes, de modo a que possamos contribuir e ser motivo de um movimento anarquista real.

Somos da opinião que a criação do Ateneu poderá contribuir para que tudo aquilo que nasce da sua luta seja sólido e coerente. O movimento anarquista em Portugal está, quanto a nós, no impasse devido à falta de alternativas concretas. Ora nós, embora não queiramos ser os únicos detentores dessas alternativas, julgamos que o Ateneu aqui e agora, dará possibilidades para que essas alternativas nasçam; é também importante assinalar que não será a solução para se sair do impasse a palavra mágica, Ateneu; o problema, pensamos, está numa série de questões: o oficialismo, o reformismo, a intransigência, portadores de verdades. Somente quando forem ultrapassados se poderá pensar em desenvolver que no campo sindicalista, quer noutros campos, o movimento contestatário anarquista.

Embora na tradição anarquista aprendamos a contrariar essa mesma tradição não nos limitamos a pôr em palco as cenas do passado; é com experiências anteriores e com a criatividade que fomos capazes de desen-

volvemos que criamos as nossas próprias alternativas. É importante realçar que o Ateneu, longe de se fechar na mera actividade de propaganda libertária, se propõe avançar com outras alternativas práticas nomeadamente no campo «cultural»<sup>(1)</sup>, contra-informação, etc.

Todo este projecto implica meios; temos de pagar uma renda, estamos a instalar uma biblioteca, enfim, montes de coisas, e por isso precisamos da tua (vossa) ajuda. Contacta-nos. Ajuda-nos. Escreve. Vem ter connosco. (1) Entendemos que a cultura não existe como tal; o que existe é opressão. De tal forma que a palavra cultura simboliza por isso essa opressão. A liberdade individual é criada dentro de um contexto aberto, fazendo-se tábuas raso a tudo aquilo que se quer impor a essa liberdade. Nós ao referirmos «cultura» queremos-lhe dar esse significado: de liberdade individual. Contracultura, digamos. Sede do Ateneu: Rua Dr. António da Costa Santos, 4-2.º LEIRIA

Na actualidade, os sindicatos

alienados ao poder pelos mecanismos da contratação e da sua qualidade de «parceiros sociais», não comportam a problemática revolucionária de resposta a uma crise total da sociedade.

Opor um sindicato revolucionário ao sindicato reformista e oficializado não garante a resposta necessária. Este simples facto não nega a proposta anarco-sindicalista, estruturar a luta em todos os planos sociais, na fábrica, no bairro, na escola, na formalização da contracultura oposta às estruturas mentais e sociais, nem obrigando a que a luta se situe exclusivamente no economismo, não se poderá perder de vista a importância da luta contra o sistema de produção estatal e capitalista, nem que a classe trabalhadora, ainda que espraçando-se do operário indiferenciado ao especialista, e ondulando numa grande diferenciação de situações, é uma força de rutura do sistema.

Naturalmente que hoje se apresentam outras propostas de luta, procurando uma liberdade antiorganizada, confiando no espontaneísmo, fugindo a todas as pressões alienantes do sistema. Nem por isso devemos deixar de analisar e confrontar todas as soluções mas de modo algum podemos confiar nas formas fluidas do que resulta dum momento e que as atitudes, os debates e as formas de luta se percam por não se concretizarem na prática efectiva da solidariedade, da cooperação e em novas relações sociais.

Importa não cair num transcendentalismo religioso levando a negação de todas as formas de associação a um abstrato e puro espírito de liberdade e de opressão. Por isso mesmo os anarquistas não devem praticar o refúgio às suas teóricas ideológicas, ao seu especificismo, e exactamente, como sempre, actuar onde estão as pessoas, os conflitos, as dissidências e roturas para dinamizar a luta e, sobretudo, a criação de novas relações sociais e impedir as massificações unitárias para que floresçam formas de associação voluntárias e solidárias.

Autonomia operária, sim, mas autónoma como movimento criativo.

E. S.

## O TERRORISMO DE ESTADO

Do Ateneu Libertário de San Andres, Barcelona, recebemos uma saudação que transcrito-

O Ateneu Libertário de San Andres sauda-vos fraternalmente nesta Jornada Libertária.

Igualmente nos solidarizamos em todas as lutas e actos que estejam realizando, e daí vos pedimos que denunciem perante o povo português a larga campanha de repressão empreendida contra o movimento libertário por parte do Estado espanhol e apoiado pelos partidos parlamentares, o PC e o PSOE.

O resultado desta campanha de repressão atingiu já mais de 100 presos libertários nas prisões espanholas.

Torturas e assassinatos que diariamente se repetem como o do Agustín Rueda no carcere de Carabanchel, em Madrid. Basta! Morre ao terrorismo do Estado.





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V - IV SÉRIE - N.º 45 - MENSAL - NOVEMBRO DE 1978 - 7550

## CISÃO OU CRISE SINDICAL Para o Alentejo ou para S. Bento?

O movimento sindicalista ainda não encontrou a sua expressão social e política nem definiu a sua estrutura orgânica de harmonia com a sua função e objectivos.

Truncada a sua natural evolução com o prolongado domínio fascista, os sindicatos corporativos criados a partir dum decreto não tiveram qualquer dinâmica e vegetaram apenas na assinatura de contratos de trabalho condicionados. Se, a certa altura, esses sindicatos começaram a ser coagidos pelos trabalhadores, nem a sua estrutura nem a sua imobilidade consentiram que fossem muito além.

O aparecimento da Intersindical para preencher a ausência de eles orgânicos e prática federativa processou-se a um nível restrito de sindicatos e não conseguiu suprir esse vazio orgânico.

A súbita queda do regime desloca para a esfera política todos os movimentos que se geraram, até para além dos sindicatos, os quais se situaram na esperança da prometida democracia.

Não houve uma evolução sindical que ultrapassasse a sua rotina reformista e exclusivamente corporativa, que estruturasse o movimento em termos solidários e orgânicos. A Intersindical, dominada pelos agentes do PC, substituiu de imediato o ministério das corporações. Ditou rudimentos de estatutos e impôs uma directoria, uma disciplina política incontestável e procurou, com a unidade, obter o exclusivo político.

O Congresso de Janeiro de 1977 não permitiu uma clara base de entendimento, de convivência das diversas correntes que se manifestavam, e funcionando num esquema fechado, sem debate generalizado, de receita aviada, logo ali confirmava o movimento a uma obediência de cúpula que se institucionalizou sob o despropositado nome de CGT-PLN.

Entre a imensidão de sindicatos, profundamente corporativos, sem militância experimentada e sem hábitos de união e solidariedade, de debate e confrontação de opiniões, muitos constituíam uma disciplina política incontestável e procurou, com a unidade, obter o exclusivo político.

Cabe agora reflectir em profundidade. A unidade de que se fala é suficiente com a existência exclusiva da Inter?

A Inter contém em si, no seu secretariado, na sua falta de eles orgânicos e federativos, toda a expressão, força e dinâmica dum movimento sindical? Ao contrário, toda essa expressão, força e dinâmica têm de existir nos próprios sindicatos, na sua capacidade de movimentação e na prática de solidariedade e do entendimento.

Exactamente o vácuo sindical está na debilidade dos sindicatos e entre eles e a Inter falta um tecido orgânico indispensável. Desta aridez sindical, uma ou três centrais sindicais não completam a debilidade estrutural. A fraqueza está na base, e provém da incapacidade da própria Inter desenvolver qualquer movimentação na actual conjuntura, debilidade até manifesta a nível dos estritos problemas corporativos.

A politização partidária do movimento sindical colocou outras correntes políticas no enlance da usurpação sindical. Se não velasse como se processam as eleições sindicais sempre à base de listas inteiramente políticas.

Se o movimento sindical é débil na base, se as cúpulas chamadas centrais sindicais surgem do alto como formas de domínio, afinal a actual crise sindical está nos sindicatos. As cúpulas dirigistas resultam dessa crise e aceniam-na.

Em vez de centrais sindicais existem apenas vários directórios políticos no espaço sindical com mais ou menos obediência. Movimento sindical e central sindical serão objectivos ainda a atingir.

âmbito, no alto apareceu a Inter, com o seu secretariado sem que ficassem eles orgânicos e federativos que veiculassem a expressão democrática das autonomias de base. Depois da planície em que existem os sindicatos, de súbito, ao longo, surge a torre sineira para chamar à oração.

O Congresso não congregara todos os sindicatos nem outras linhas de orientação, talvez tão criticáveis como a dominante, mas que todavia deviam ser consideradas. A rotura estava feita, e a Inter, ciosa do seu pontificado extremou os campos. Para além da sua obediência havia «traição manobras imperialistas e desviacionismo».

O aparecimento de novas centrais sindicais seria o resultado do exclusivismo autoritário e da incapacidade orgânica e da noção da missão histórica dos trabalhadores.

Hoje, e em especial os comunistas, herdeiros da cisão sindical de 1925 na CGT e em grave momento histórico e político, barafustam que as novas centrais sindicais são a «queda da unidade» que os unitaristas não souberam construir.

Cabe agora reflectir em profundidade. A unidade de que se fala é suficiente com a existência exclusiva da Inter?

A Inter contém em si, no seu secretariado, na sua falta de eles orgânicos e federativos, toda a expressão, força e dinâmica dum movimento sindical? Ao contrário, toda essa expressão, força e dinâmica têm de existir nos próprios sindicatos, na sua capacidade de movimentação e na prática de solidariedade e do entendimento.

Exactamente o vácuo sindical está na debilidade dos sindicatos e entre eles e a Inter falta um tecido orgânico indispensável. Desta aridez sindical, uma ou três centrais sindicais não completam a debilidade estrutural. A fraqueza está na base, e provém da incapacidade da própria Inter desenvolver qualquer movimentação na actual conjuntura, debilidade até manifesta a nível dos estritos problemas corporativos.

A politização partidária do movimento sindical colocou outras correntes políticas no enlance da usurpação sindical. Se não velasse como se processam as eleições sindicais sempre à base de listas inteiramente políticas.

Se o movimento sindical é débil na base, se as cúpulas chamadas centrais sindicais surgem do alto como formas de domínio, afinal a actual crise sindical está nos sindicatos. As cúpulas dirigistas resultam dessa crise e aceniam-na.

Em vez de centrais sindicais existem apenas vários directórios políticos no espaço sindical com mais ou menos obediência. Movimento sindical e central sindical serão objectivos ainda a atingir.

Nova agitação no Alentejo. O governo ordenou a devolução de algumas propriedades colectivizadas aos proprietários na continuação da ofensiva empreendida contra a revolução agrária indispensável à transformação das estruturas do país. Este recuo processou-se na formação do capitalismo agrícola a substituir um latifundismo inoperante e ultrapassado, trazendo de novo à cena a luta do proletariado rural, sempre despojado.

A GNR ocupou propriedades, os camponeses recuperaram-nas para de novo serem evacuados. E a garantia do seu trabalho, é a lógica comunitária, será também a defesa dum conquista que transformaria esta sociedade em decomposição. Os trabalhadores rurais movimentam-se; procuram defender a sua colectivização, e o que estas novas relações de trabalho poderiam contribuir para uma profunda transformação da agricultura alentejana e do país, podem ser um surto de lutas armadas.

Os camponeses estão sós. Eles lutam e sabem para quê.

Em S. Bento os partidos rivalizam. O governo contestado pelos partidos governa com o presidente, enquanto o país se afunda numa pavorosa crise económica. Todos os partidos manobram com vista a novas eleições, e buscam dalgum modo governar negociando entendimentos, louvando o presidente mas acusando-se mutuamente.

Em S. Bento pensa-se em termos do Poder.

O PC tem feito a sua reciclagem reformista. Faz as pazes com a Presidência, esfaíza-se a dar provas de boa vontade para consertar a nau da democracia burguesa, dispõe-se voluntariamente a entrar num governo mesmo com o CDS e o PSD, classificados como reacionários e mentores da recuperação capitalista. Se não for directamente o partido, pois com a sua boa vontade de partido constitucional pode ceder a título gracioso uns tecnoburocratas em rodagem para uma «edificação do proletariado».

Entre o Alentejo e S. Bento o PC fez a sua opção. No Alentejo o caso é comprometedor. Apolar a insurreição, a «marquilha» das massas numa altura em que todos os partidos estão à bobagem do poder era comprometer a imagem de partido governamental, era ficar mal visto com o Eanes. Mais vale um ministério na mão do que uma jornada no campo.

Perguntase-se: porque o Cumbal não val agora discursar ao Alentejo? Certamente não pode estar em toda a parte, e ele tem de ir a Belem ou à TV. Porque não vai o Pato ou qualquer outro funcionário?

Colocase aqui uma questão de estratégia. «O partido tem sempre razão» é o único instrumento que permite a permanente unidade dialéctica entre a teoria e a prática, entre a consciência colectiva e prática política, como dizia o César de Oliveira (1).

Há sempre um governo que espera por nós, assim se pensa no partido como Cumbal disse há pouco: qualquer solução da crise tem de contar com o seu partido.

Embora pelo contrário as coisas vão difíceis e a situação agora é complicada e não se pode abandonar o latifúndio eleitoral do Alentejo, o Cumbal, num comício ali na TAP, ao mesmo tempo que afirmou que o PC acataria (a boa vontade é tudo) participar num governo de gestão, aludia às devoluções do Alentejo com um lamento de que assim o 25 de Abril também terá de ser anulado.

Esta é a realidade. Os camponeses no Alentejo estão sós, a Intersindical comporta-se exemplarmente no papel de parceiro social a que foi promovida. Os trabalhadores não desempenham nesta conjuntura uma posição decisiva como desempenharam na 1.ª República, hoje denegrada pelos teoristas já conhecidos.

Seja a experiência dos rurais do Alentejo o sinal dum viragem.

(1) C. Oliveira, O Primeiro Congresso do Partido Comunista Português, colecção Seara Nova.

Depois de redigido este comentário Cumbal aparece num comício em Évora para «promover a suster a ofensiva sobre a reforma agrária».

A sua allocução confirma inteiramente o nosso comentário. No bom estilo paternalista e salarista, Cumbal apresenta as saudades do PC e promete apoio tão somente a e sacro. Referindo-se a lei Barreto afirma «que o seu partido lutará até que ela seja revogada». Isto quer dizer: o partido oferece-se para lutar pelos trabalhadores, para desensarem e confiarem nele. E

malis adiante diz, sem rodeios: «as próximas eleições sejam as antecipadas em 1979, sejam as de 1980, o PCP compromete-se a que os seus deputados propunham e revogação de lei».

Além da promessa paternalista o pedido de votos, o desarmamento dos trabalhadores que não precisam de lutar pelas suas reivindicações; o partido substituiu bastando dar-lhes o voto. Simples procuradoria.

E assim que os sindicatos perdem o seu dinamismo e o seu conteúdo revolucionário. Partido super omnia.

## EDITORIAL

Enquanto o país continua mergulhado num obscuro impasse e a situação económica e social se deteriora cada vez mais e aceleradamente, os partidos políticos vieram falar à televisão mostrando apenas os seus apetites do poder revelando e provando a sua impotência, enquanto o governo dos «brilhantes gestores», as grandes capacidades da nossa praça, desatam o saco das suas soluções com novos aumentos de preços que se repercutirão em cadeia.

Cada partido joga os interesses da sua clientela, a nossa colonização continua, a recuperação dos grandes interesses afectados momentaneamente com a súbita queda do regime anterior prossegue. Este embuste de democracia cobre com o jogo dos órgãos políticos e constitucionais a realidade conjuntural e onde se localizam os poderes decisórios que lavram o nosso destino.

Ainda desta vez o 25 de Abril é outro malogro exactamente porque terá carrilado atrás de si o entusiasmo popular mas não a sua consciencialização, principalmente dos trabalhadores com potência activa no aparelho económico e com o seu papel histórico.

Vive-se neste momento o drama da rutura total das estruturas sociais e do desalento angustiado dum povo que se sente logrado.

Os trabalhadores, carregando ainda com o fardo do aparelho sindical corporativo que foi presa fácil dum partido reformista, centralizador e oportunista, ao qual se adaptava perfeitamente, não conseguiram refundir os sindicatos com uma feição revolucionária que se situasse hoje como uma resposta à crise do sistema. E esse aparelho sindical, degradado e incapaz de dinamizar um movimento social e político da própria classe trabalhadora, continua a ser o terreno em que se buscam os apólos estratégicos dos partidos, em fragmentações estérteis.

O furor unicitário, a «unidade» como dogma e carapaça defensora duma hegemonia sindical que estigmatizava qualquer reflexão ou dúvida com os epítetos de «desviacionista» ou de «agente do Impe-

(Continua na pág. 3)

No Alentejo enfrentam-se a esperança colectivista da terra e a hegemonia capitalista na exploração agrária. O Estado tomara inevitavelmente o partido do capitalista.

Em S. Bento digladiam-se os partidos, no campo luta-se, na cidade assiste-se com protestos platónicos.





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 46 - MENSAL - JANEIRO DE 1979 - 7\$50

## O Alentejo em evidência O 18 de Janeiro permanecem os seus objectivos

A crise interna que contaminava o regime fascista atingiu o seu fim quando o exército pretendeu salvar a sua imagem, a sua derrota em África e acautelar os seus privilégios em crise. A sua rebelião — os militares também se insubordinam quando lhes convém — não tinha qualquer propósito político. O programa do MFA que tantos esquerdistas exaltaram foi apenas a justificação do seu acto de rebelião.

Se o exército não tinha programa, nem poderia tê-lo, também os partidos políticos que apareceram para construir a democracia nada mais tinham do que o apetite do poder, a sua escalada eleitoralista, as suas clientelas a colocar no aparelho de Estado e da economia, a nova classe em gestação.

A ruptura ultrapassaria o processo político. Foram as populações a tomarem a gestão das empresas e foram os camponeses do Alentejo a realizarem a grande decisão, sempre adiada, de transformarem as estruturas agrárias decadentes.

Essa revolução agrária inadiável, ausente de todos os projectos políticos, foi realizada por iniciativa dos camponeses com a sua intuição e as ideias de longa data elaboradas. Mas a revolução que se desenhou no país, que teve horas de grande relevo, não teve a dinâmica organizada e em breve foi dominada pelas estruturas partidárias. A revolução agrária deixou-se conformar no colete da re-

forma agrária, já condicionada em textos legais negociados no aparelho do Estado. A colectivização fundiária começa a suceder a estatização, à autonomia e inter-apoio das colectividades substitui-se a inspiração política, o que deveria ser o conjunto de comunidades agrárias passou a ser o terceiro das lutas eleitorais.

A lei Barreto foi afinal a iniciação da estatização agrária e da

nova repartição da terra para a formação dum novo capitalismo agrário. O comunismo não poderia coexistir com um Estado jacobino, não daria oportunidade à nova classe gestora, burocrática, fideia, às secretarias. A lei Barreto é ainda um regime de compromisso que o III Governo soluçiona começando com as ocupações imposta sem sequer acautelar as possibilidades de exploração do que ainda deixava ficar aos camponeses. É a escalada.

Porquê os governantes, muitas vezes políticas, diversos jornais se preocupam com o Alentejo, as suas boas ou más colheitas, os recontros da sua colectivização, porque certos proprietários lhe movem guerra ocultando a decadência das estruturas agrárias do resto do país, o volume das míseras explorações familiares e de auto-abastecimento que não têm condições de vida normais, esses escravos da terra e do Estado que são os pequenos proprietários e vendedores?

Naturalmente que as populações rurais do Alentejo, que conheceram condições terribes com o regime latifundiário, não se resistir, e é necessário que resistam a uma política de retrocesso. Nos campos luta-se para defender a terra colectivamente, e essa luta que ainda não decidiu o país a tomar o verdadeiro sentido da revolução con-

(Continua na página 5)

### Posições indecisas

O governo de Nobre da Costa, aproveitando o colapso os partidos e da Assembleia da República, avançou decididamente na recuperação de herdades colectivizadas enquanto os preços sobem de forma especulativa, acentuando-se um maior mal-estar, um descontentamento paralisante.

Enquanto vários sindicatos esboçam reivindicações salariais ou supõem contratos arrecadados nas secretarias de Estado a Intersindical encala uma ofensiva em defesa do que chama a Reforma Agrária e o protesto contra o aumento do custo de vida e leva a efeito uma manifestação no passado dia 11 de Novembro.

Há uma clara desmarcação entre os sindicatos e a Intersindical: não é uma oposição de posições mas é uma descoerência. Embora não pareçam contraditórias a manifestação que naturalmente obteve o consentimento de muitos sectores de trabalhadores, isso se deve a que o objectivo do protesto contra o custo de vida tem uma aceitação geral. Mas cabe perguntar: e depois? A manifestação, qualquer que seja a sua posição continuada, de contrário acabou ali mesmo.

É preciso distinguir entre um protesto platónico, sem consequências, que se ouve e esquece e a atitude que obriga a posições claras, de energia, de consequências que se acatam.

A Intersindical ao convocar a manifestação terá praticado um simples acto de consciência como desagravo de responsabilidades ou decidiu assumir uma acção energética e decisiva? Tem consciência de que o movimento sindical está

vazio de energias e da participação dos trabalhadores e que não se preenche com os gritos de unidade ao mesmo tempo que se agita de os que tenham uma opinião diferente a emitir?

O movimento sindical atravessa uma situação difícil como estrutura e como movimento sem energias morais.

Não é como uma data histórica que o evocamos mas para pormos em evidência que o que foram os seus objectivos permanecem actuais e por alcançar. O 18 de Janeiro é, portanto, uma luta em aberto, um objectivo traído mas cada vez mais imperioso decorridas as tristes experiências do corporativismo e as adulterações dos reformismos jacobinos que completaram a alienação dos sindicatos ao próprio capitalismo e ao Estado pela via dos próprios partidos marxistas integrados na ordem constitucional burguesa.

O 18 de Janeiro foi a recusa dos sindicatos autónomos e revolucionários a aceitarem a sua subordinação ao sistema capitalista e estatal. Vencidos numa luta desigual, todavia não se subordinaram. Os sindicatos corporativos apareceram não como uma acção organizada dos trabalhadores mas como uma imposição oficial praticada por via de alguns locais. Por isso eles nunca conseguiram traduzir os fins próprios do Estado político que os impôs.

A evolução dos acontecimentos levaria a que neles se projectassem as próprias reacções que se gravam no seio dos trabalhadores, ao mesmo tempo aproveitadas pelas correntes marxistas igualmente interessadas num sindicalismo de sujeição, corria de transmissão ou o elemento que funcionasse como «um interlocutor válido», tão útil e necessário a um Estado fascista como a um Estado comunista.

O sindicato, desde então, passou a funcionar como o elemento conformador das relações entre trabalhadores, o Estado e o capitalismo, procurando com os termos dos contratos de trabalho «sanar» as incompatibilidades que o marxismo referia em teoria, abdicando para a esfera social e política a favor dos partidos políticos.

O longo percurso dos sindicatos corporativos acostumou os trabalhadores à sua burocratização, deformou-os no espírito corporativo e no interesse imediato das pequenas regalias e conquistas salariais. Entre os sindicatos não há um espírito de solidariedade capaz de ultrapassar o universo corporativo da classe, pelo que o tal sentido «unitário» de que tanto se alardeia não ultrapassam os formalismos concentracionários que antes se amparavam do aparelho oficial do Estado, hoje substituído pela Intersindical promovida a «parceiro social».

Se a burguesia não consegue um desenvolvimento industrial que ajudasse a contentar a função sindical com uma regular arbitragem dos conflitos corporativos, se os partidos não conseguiram num ambiente de «paz social» liderar os interesses interclassistas que dentro deles se comprimem afeiçãoando-lhes os sindicatos, as roturas sociais são mais profundas.

Nesta conjuntura os objectivos fundamentais do 18 de Janeiro continuam actuais e imperiosos. Resta saber se os sindicatos na sua actual deformação são regeneráveis para assumir a função revolucionária de que não se podem alhear.

Recuperá-los pelas cúpulas, por eleições sujeitas a todas as adulterações nada garante, porque restaria ainda a sua estrutura deformada e como tal conservada.

Naturalmente, se as lutas e as organizações dos trabalhadores nasceram sempre nos locais de trabalho ou nas populações operárias, o novo 18 de Janeiro é nesses meios que terá de situar-se para poder responder como alternativa aos muitos problemas de carácter social, económico e político que ultrapassam os esquemas corporativos derivados de uma sociedade em crise total.

As reivindicações operárias que podem ser obtidas dentro do sistema de produção capitalista já não poderão corresponder às múltiplas necessidades individuais solicitadas também por novos estilos de vida e reconhecimento geral de direitos, servindo como exemplo simples as elementares necessidades do homem como pessoa moral e como consumidor.

Permanecem os objectivos de 18 de Janeiro de 1934.

LIVRARIA — Os camaradas interessados na leitura das revistas espanholas «Bicicletas», «Ajoblanco», «Ruta» e a revista internacional de investigação anarquista «INTERROGATIONS», podem dirigir a sua indicação para solicitarmos o seu envio e pagamento.

### ATENÇÃO

ao artigo para uma acção convergente libertária na segunda página

## EDITORIAL

Acentua-se cada vez mais a agonia desta democracia par(ia)lamentar e a completa incapacidade dos partidos políticos corresponderem aos seus cartazes esquerdistas ou socializantes depois de frustrarem com os seus flamantes programas e empoçadas dialécticas as iniciativas e esperanças populares.

O agravamento quotidiano das condições de vida, o quadro negro da inflação, a desviada especulação dos preços não consentem esperança nem tranquilidade e o novo governo, monstro sagrado da competência e do milagre, pondo o dedo no ar e advertindo, irá sacar do seu programa mais severas medidas económicas.

Os partidos gesticulam a sua impotência mas principalmente o malogro das suas esperanças governamentais e as suas «élites» postergadas no acesso aos cargos oficiais.

A queda romântica do fascismo desvendou claramente a crise da sociedade portuguesa. Uma economia débil, uma burguesia e uma classe média encostadas ao favor do Estado, servindo no funcionalismo, não poderiam facilitar o tipo de sociedade industrializada com a sedimentação das classes assegurada por uma distribuição de níveis de rendimento.

A democracia prometida iria encostar-se ao Estado e esperar dele todas as iniciativas. Por sua via se iria consertar o sistema capitalista da produção nacionalizando as empresas, regular-se-iam os direitos humanos, se garantiam o ensino, a previdência, a saúde e até os contratos de trabalho, arbitrar os conflitos laborais e outorgar a liberdade sindical, a unidade, qual o sindicato idóneo para negociar e a comenda de «parceiro social». Esta democracia seria uma benesse do Estado e, portanto, obra do partido que o alcançasse: não seria formada pelas pessoas nem pelo tecido das actividades sociais; sairia feita da Assembleia da República e dos ministérios.

(Continua na página 4)





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO IV - IV SÉRIE - N.º 47 - MENSAL - FEVEREIRO DE 1979 - 7350

## 60 ANOS DE LUTA

Há 60 anos A BATALHA tomava o seu lugar como jornal diário e órgão da União Operária Nacional, que depois se tornou a CGT. Era a afirmação do potencial revolucionário dos Sindicatos e que hoje não voltou a ser alcançado.

Hoje A BATALHA continua e para reocupar a sua posição.

O movimento sindical reagrupa-se na U. O. N. em 1914 sustentando grandes lutas no período da guerra mundial e do sidonismo, lutas reivindicativas que transformaram em grande parte as difíceis condições de vida da classe operária melhorando-a, lutas de resposta à prepotência do poder e de solidariedade. O movimento sindicalista radicava-se nos meios operários que se consciencializaram, assumindo uma clara posição frente ao poder político e ao poder económico. E A BATALHA é, portanto, a expressão desse movimento.

A sua vida prodigiosa mas difícil definiu-se em três fases distintas: no acidentado período da Primeira República, na ascensão e declínio de jacobinismo, na clandestinidade durante o fascismo e, finalmente, a sua reaparição.

Na sua primeira fase A BATALHA desenvolveu todo um trabalho de propaganda do Sindicalismo revolucionário e da acção directa da luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações, da sua autonomia e da sua definição como força própria identificada pela consciência da sua missão histórica. Foi nessa base que a organização sindical se desenvolveu, reestruturando-se os sindicatos de indústria, muitas classes criaram os seus sindicatos e com estes as uniões locais, as federações de indústrias até à Confederação Geral do Trabalho.

Foi também notável a sua acção cultural pela colaboração que reunia e pelo que nela se publicou, editando também um suplemento semanal que substituiu o diário à segunda-feira e era composto e impresso durante a semana pois A BATALHA, antes da outra imprensa, assegurou ao seu pessoal o descanso semanal. Mensalmente publicava uma revista cultural A REVOLUÇÃO.

O prestígio de A BATALHA como expressão de um movimento sindical autónomo situando-se frente ao poder político e económico, sem compromissos e pela sua expansão, colocou-a no terceiro lugar da imprensa portuguesa.

Mas a sua expansão não se limitava aos vinte e tal mil exemplares

que vendia; ia para além pois em muitos meios especialmente os rurais, o jornal ia de mão em mão ou era lido em grupo junto aos locais de trabalho, pois por essa altura era ainda muito grande a percentagem de analfabetismo mas de muita vontade de libertação.

Alor Tomaz del-Negro. Desde então o hino era cantado em todas as manifestações da vida sindical, na rua ou nas horas de protesto.

Os 1.º de Maio de então não eram feriados oficiais; eram autênticas manifestações de consciência operária. O trabalho parali-

### «A BATALHA» UM DIÁRIO OPERÁRIO

A 23 de Fevereiro de 1919 «A Batalha» apareceu nas ruas de Lisboa e percorreu a província como a voz sonante dos trabalhadores, órgão da União Operária Nacional. Era um jornal novo, diferente. Era feito só por trabalhadores e em grande parte composto por alguns que já tinham cumprido a jornada de trabalho para o patrão.

Os trabalhadores e os seus sindicatos assumiam uma posição relevante face ao poder político e económico. Tomavam uma expressão que marcou a sua época e distinguiu o movimento sindical da crise dos partidos e da ordem capitalista. O acontecimento tem raras paralelas pois um jornal diário, órgão do movimento sindical, só em poucos países foi conseguido. Alexandre Vieira, o seu primeiro director, confessou mais tarde que não acreditava antes na sua viabilidade.

Ao cabo de 60 anos de luta, de perseguições, A Batalha não perdeu. Será ainda a voz autónoma dos trabalhadores no caminho da redenção do movimento sindical anarco-sindicalista.

Muitas vezes o jornal era apreendido pela polícia ou encerrado por ordem do governo e até chegou a ser assaltado. Agravavam-se as suas dificuldades económicas, mas A BATALHA não sossobrava. De toda a parte acorriam os auxílios dos trabalhadores: nas fábricas e oficinas abriam-se subscrições e muitas vezes, ao sábado, muitos trabalhadores subiam à Calçada do Combro para tirarem da sua fêria o óbolo de auxílio.

### A BATALHA FOI UM ACONTECIMENTO

Dois meses após o seu aparecimento, no 1.º de Maio, o jornal aparece modificado no seu aspecto gráfico, e no teatro de S. Luís realizou-se uma grande festa de homenagem ao jornal cantando-se, pela primeira vez por um grupo coral de crianças de ambos os sexos, o hino de A BATALHA cuja primeiro verso é: «Surging vem ao longe a nova aurora...», com letra de João Black e música do compo-

sava por sua vontade e os comícios eram actos de civismo com a acatuação de um protesto e como afirmação do desejo e da capacitação dos trabalhadores para transformarem a sociedade no sentido de um socialismo que não seria outra forma de Estado totalitário, nem sequer passasse por S. Bento com a acrobacia dos srs. deputados.

Quando A BATALHA era apreendida ou a sede encerrada pela

(Continua na página 5)

## A libertação da mulher

A mulher trabalhadora cada vez vai sendo mais explorada, esprelhada e marginalizada, muito embora me pareça que é ela que se automarginaliza.

Há muito que se fala da mulher, dos seus problemas, da sua emancipação, mas afinal quem é que não quer esses direitos?

Quem não quer a emancipação? Penso que são as mulheres, elas próprias, a não quererem emancipar-se.

Eu, mulher, faço aqui uma crítica muito directa às mulheres portuguesas, do a quem dor!

Elas em casa são umas escravas, admitem e apolam a não intromissão do homem nos trabalhos caseiros, deixam para o homem as decisões mais importantes, ele é que é o homem. Mas não gostam de pensar por si sós, de decidir, são propriedade dele (quem-não-se) «eu só sou do meu homem» dizem.

No trabalho acontece o mesmo, deixam-se manobrar pelo patrão, ele até é um tipo porreiros e vão-se masturbando com pequenos favores que ele possa ou não fazer-lhes.

Não se interessam pelas condições de trabalho nem, tão pouco, pelo aumento de salários (embora isso seja menos importante que as condições). Delegam essas opções em alguém mais politizado, como, por exemplo, os homens.



## Quem são os carteiristas?

Quem são os carteiristas? Os que motivados pelo desemprego, pela fome ou pela simples aventura roubam alguns cöres ao transeunte desprevidido ou os outros — os que sentados à sombra da lei tiram aos trabalhadores não só algumas dezenas, mas sim milhares de escudos, a tranquilidade, a liberdade, a saúde e tantas vezes a vida; os que envergando a farda de governantes nos impõem salários de fome enquanto eles gozam à redea

larga com os fundos do erário público; os que, donos de fábricas e grandes oficinas, construtores civis, exploradores de minas dão em toco de 8 horas de esforço duro de um trabalhador meia dúzia de tostões, ficando com o resto produzido, a mais valia, arrecadando assim grandes fortunas e fartas barrigas; os que democraticamente constituem as forças de segurança militares e militarizadas e que se alimentam daquilo que os camponeses produzem, que utilizam aquilo que o operário fabrica, sem mexerem um dedo, sem fazerem trabalho produtivo; os que chefiaram os grandes partidos políticos, os grandes sindicatos, e são «libertadores» do trabalho, vivendo a expensas daqueles que dizem defender, tornando-se assim profissionais da revolução; os que nas repartições, zelosos, verificam minuciosamente o pagamento dos impostos, das contribuições, das multas, etc., cuja soma vai ser usada para sustentar as várias castas de improditivos, carteiristas legais?

O cartaz é sugestivo e a muitos dos que têm tido a «felicidade» de o olhar várias vezes por dia, têm surgido as interrogações airds expostas. Quem são os carteiristas? E a resposta não deixa de ser fácil e lógica. Ou no dizer de António Aleixo,

Sei que pereço um ladrão, mas há muitos que eu conheço que não parecendo o que são são aquilo que eu pareço.

Porém, os carteiristas não estão no Metro, local onde a PJ mais insistiu para a colocação de cartazes. Estão, isso sim, nas direcções das grandes empresas, nos ministérios, nas secretarias, nas sedes centrais dos grandes partidos e sindicatos, nas casernas. Aí é que seria de evidente interesse público colocar estes cartazes. Assim, quando alguém, desprevidido, entrasse num ministério, num quartel, numa repartição pública, numa grande empresa e deparasse com este cartaz avistando-o de que a zona era

Uma mulher libertária

(Continua na pág. 2)

## Plataforma de «A BATALHA»

1. — «A BATALHA» é um órgão de expressão anarco-sindicalista, com campo de acção fora de toda a escola política, integrando-se na luta pelo desaparecimento do salarismo e do Estado.

2. — «A BATALHA» defende os meios de acção anarco-sindicalista, nomeadamente a sabotagem e a greve geral, activa preconcizando abertamente a acção directa, desprovida de toda a espécie de Intermediários.

3. — «A BATALHA» demarca-se completamente dos movimentos sindicais reformistas, que apenas procuram arrebanhar trabalhadores para as lutas políticas.

4. — «A BATALHA» declara-se, ainda, abertamente antimilitarista, dependendo a iniciativa própria de todos os oprimidos no combate ao Estado e às suas agências.

5. — «A BATALHA» defende o internacionalismo prestando a sua solidariedade às lutas empreendidas pelos oprimidos em qualquer parte da terra e lutando para a abolição de todas as fronteiras.

Aprovada em 27 de Janeiro de 1979





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V — IV SÉRIE - N.º 48 - MENSAL - MARÇO DE 1979 - 10\$00



## Venha a nós o vosso dinheiro

— AFIRMAM POLÍTICOS E PATRÕES

Os trabalhadores andam alarmados. Todos nós, os que para subsistirmos somos obrigados a vender a nossa força de trabalho e os que suportamos a situação de desemprego, afrontando a fome e a miséria, nos perguntamos: quando vai isto acabar? E «isto» serão os aumentos consecutivos do custo de vida, os aumentos generalizados dos impos-

tos, o crescer da repressão e da vigilância policial.

### O ORÇAMENTO

O governo apresentou à Assembleia da República o Orçamento Geral do Estado que, constando de 271 milhões de contos vai ser suportado na sua totalidade pelo es-

forço e pelo suor dos trabalhadores. Pressupõe um aumento em flecha dos impostos, que pagaremos não só directamente, através do imposto profissional e descontos à Caixa de Previdência, por exemplo, como indirectamente através do aumento do custo de vida. Tudo vai aumentar na ordem dos muitos por cento. Há quem diga que devemos

apertar o cinto. Apertá-lo mais? Reduzir-nos à impotência e à submissão?

### DEVEMO-NOS CALAR?

A verba destinada pelo governo às Forças Armadas (26,5 milhões de contos), por exemplo, é mais elevada do que a destinada à Agricultura e Pecuária (10,9 milhões).

A destinada à habitação (19,3 milhões), problema de suma importância no momento actual, também é inferior à destinada ao exército, assim como a destinada a Transportes e Comunicações (16,2 milhões). Todo um povo a trabalhar para o exército, para a polícia, para o aparelho de Estado. E devemos-nos calar?

Mais sobre este assunto na página 2

- EDITORIAL Pág. 2
- JUSTIÇA E TRIBUNAIS Pág. 2
- ANTI-MILITARISMO REVOLUCIONÁRIO Pág. 3
- INFORMÁTICA AO SERVIÇO DA REPRESSÃO Pág. 3
- A GREVE DOS TLP Pág. 4
- PÃO DE AÇÚCAR Pág. 4
- A GENERAL MOTORS E A LUTA OPERÁRIA Pág. 5
- OS ABUTRES QUE NOS DISPUTAM Pág. 6
- 8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER Pág. 7

## A terra é de quem a trabalha

- BEJA: «DÊEM AS ARMAS AO POVO FAZEMOS UM PAÍS NOVO»
- ÉVORA: «TEM QUE HAVER SANGUE, DOUTRA MANEIRA NADA FEITO»

Nos últimos dias diversas manifestações de rurais alentejanos, empunhando bandeiras negras, símbolo da fome e da repressão, têm percorrido as cidades e vilas do sul do país. Em crónicas de camponeses de Évora e Beja focamos estas movimentações, que pensamos estarem a ir no sentido correcto, ou seja, na ultrapassagem das ténicas reformistas do PC e das «promessas» reaccionárias do PS.

### NÃO AOS POLÍTICOS

Os trabalhadores alentejanos têm começado a demarcar-se dos políticos ociosos, de barriga farta e gabinetes luxuosos. Têm-se lançado para a luta afrontando, embora ainda timidamente, as forças de desordem públicas, GNR e PSP. Têm-se oposto às desocupações de terras, não indo nos cantos de sereias do PC: na opinião deles haveriam terras que deviam ser desocupadas, outras não. E havia também as promessas de expropriação das terras dos grandes agrários que não foram ocupadas. Alguma vez isto aconteceu? Isto não passa de promessas vãs para traír a luta dos trabalhadores. A atitude correcta será a defesa total das ocupações, sob risco de amanhã os trabalhadores estarem de novo sujeitos ao despotismo e à exploração dos patrões, dos grandes agrários.

### RESPONDER À VIOLENCIA DA GNR

Porém, a luta tem de ser retomada e incentivada. Os trabalhadores têm que perder o medo de atacar quem se opõe à sua luta, seja directamente como a direita, seja indirectamente como o PC, por exemplo. Há que responder à violência do poder, da GNR e da PSP com a violência revolucionária dos trabalhadores. Cada herdade desocupada tem de ser novamente reocupada, criando para isso os trabalhadores órgãos de defesa, que possam enfrentar as forças de «ordem» pública, GNR, PSP, exército, milícias de agrários, arrasteiros, estudantes e políticos. Há que promover o boicote operário e a sabotagem revolucionária às herdades em que as desocupações se processaram e onde não foi possível tornar a ocupá-las. Há que criar comissões de rurais, por herdado e por aldeia, que, de uma forma autónoma, sem interferência dos partidos políticos e dos sindicatos que estão a eles enfeudados, definirão os métodos de luta e os caminhos a seguir. Não há que serem tímidos; temos um mundo novo a construir.

### OS POLÍTICOS ESTÃO MORIBUNDOS NOS CAMPOS

O PC é um partido moribundo nos campos. As recentes manifesta-

cões bem o demonstram, assim como as paralisações do dia 24 de Janeiro, que, como voltamos a referir em artigo neste número de «A BATALHA», não passou de uma paralisação simbólica. O PC necessitou de dizer aos rurais que ainda tinha força nas cidades e na indústria para os apoiar. O resultado foi evidente: paralisações de 15 minutos e meia hora que em nada ajudaram à luta dos trabalhadores agrícolas.

Foi, apenas, mais uma manobra política.

A solidariedade tem de ser efectuada, mas de outro modo: na prática, na luta directa contra as desocupações e a violência do Estado. Sempre o dissermos e tornamos a dizer: os rurais são no fundo de si próprios autenticamente libertários. No centro das suas aspirações está a vida livre de qualquer explorador ou opressor. O Estado é desprezado. O exército e a GNR repudiam. Os patrões recusados até ao último.

A luta dos trabalhadores da terra, mesmo que por vezes se confunda com os partidos políticos, é, na sua essência, uma luta libertária. Isso o demonstra o momento actual nos campos.

Viva a luta dos trabalhadores agrícolas!

Mais sobre este assunto na página 5







# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V — IV SÉRIE - N.º 49 - MENSAL - ABRIL DE 1979 - 10\$00

## GNR fora do Alentejo!

### • DEPOIS DA RETIRADA DA POLÍCIA DE INTERVENÇÃO DO ALENTEJO HÁ QUE EXIGIR A RETIRADA DA GNR DO ALENTEJO

O terror e o pânico continuam a ser a trave-meia do IV Governo. Nos campos as repetidas incursões da GNR pelas cooperativas e aldeias, espancando e roubando terras, gado e maquinaria agrícola, viram-se agravadas durante vários dias pela presença em massa no Alentejo da Polícia de Intervenção, para ali deslocada, que pôs em autêntico estado de sítio Beja, Évora, Portalegre e até a Vila de Moura. Perfeitas tropas de ocupação, bem armadas, incomodavam os traseantes e arrogantemente policiaram o Alentejo como se fosse propriedade sua.

#### UMA MANOBRA DO PODER?

Porém, esta medida suscitou uma reacção viva em vários sectores, o que levou à retirada precipitada da Polícia de Intervenção do Alentejo. Mas não, não, não! esta acção pode não ser mais do que um golpe de teatro montado pelos

carrascos do poder. Talvez que logo à partida o envio da Polícia de Intervenção para o Alentejo estivesse englobado numa encenação geral com vista a suscitar uma reacção em massa e uma consequente retratada da Polícia, para dar uma nova imagem, de diálogo até, de um governo que se tem caracterizado pela repressão mais descarada. Porque o poder não necessita ainda de forças especiais no Alentejo. A GNR, a polícia assassina do fascismo e a «guardia inquisitorial» da democracia ainda tem forças e efectivos suficientes para manterem no Alentejo a ordem que lhes interessa: a submissão, o medo, a violência institucionalizada. E a esta polícia, no seu todo, quem ataca?

#### O APOIO DO PC A GNR

Recordemos o PC, que aparece agora tão apressado em vir em

(Continua na 6.ª pág.)



- Editorial Pág. 2
- Voltamos à censura? Pág. 3
- O Estatuto do objector de consciência Pág. 3
- A Conferência Sindical da Inter Pág. 4
- Contratos a prazo Pág. 4
- Repressão no Pão de Açúcar Pág. 4
- O Alentejo numa encruzilhada Pág. 5
- A mulher e o capitalismo Pág. 7
- Internacional Pág. 8

## Sindicatos sim, mas revolucionários e de acção directa

Numa sociedade em crise constante como a portuguesa, onde os distintos partidos e sindicatos políticos, arrebanhando trabalhadores como massa eleitoral, que através de um papélinho na urna, seja ela para o parlamento ou para a direcção de um qualquer sindicato, vêm as suas «funções» perfeitamente cumpridas, o espaço de luta concreta contra as instituições repressivas e os homens que as regem só pode seguir um caminho: o anarco-sindicalismo, o retomar dos métodos de luta que durante dezenas de anos animaram o movimento operário.

Porém, quase tudo está por fazer neste campo. O fascismo destruiu os seus melhores militantes, as suas organizações foram completamente eliminadas. A própria ideia do que é o anarco-sindicalismo, a sua tradição que se encaixa na própria formação do movimento operário português foram quase completamente varridas por 45 anos de ditadura fascista e por alguns anos de democracia não menos repressiva. Contudo, de momento, alternativas concretas começam a ser esboçadas, conforme referimos neste número: o Sindicato de Ofícios Vários de Lagos dá início à sua actividade, assim como um grupo anarco-sindicalista em Leiria.

#### NÃO AO VIRUS POLITIQUEIRO

O momento, de facto, é dos mais propícios ao desenvolvimento dum acção anarco-sindicalista. A crise geral que os partidos e sindicatos políticos, simples peças partidárias ou governamentais, atravessam motivada pelo descontentamento de milhares de

trabalhadores joga em nosso favor. Tanto como as novas gerações operárias, aprendizes, serventes, etc., que, para além de receberem salários de miséria, são extremamente

tecio tem-se sempre revelado mais benéfico do que todas as outras formas de propaganda.

O exercício da acção directa, sem intermediários de qualquer es-



receptivas aos ideais de luta anarquista.

Também a esmagadora maioria da população trabalhadora gira fora da órbita política e sindical. A população, na sua maioria, é indiferente à questão política. Interessa-lhe a sua própria situação concreta e por ela é capaz de lutar com todas as suas forças. E neste campo extremamente vasto das novas gerações operárias e dos trabalhadores que o vírus politiquero ainda não atingiu que se deve contrar a nossa propaganda e acção. Os grupos anarco-sindicalistas e sindicatos de acção directa têm que se desenvolver e meter em prática os princípios que enunciamos e a propaganda pelo exemplo prá-

pécie, como forma de «ginástica revolucionária», preparatória até da greve geral insurreccional, que por termo ao capitalismo e ao Estado, aos exploradores e opressores, tem que ser incentivada. A criação de sindicatos anarco-sindicalistas, a adopção clara dum conduta revolucionária no seio da classe trabalhadora, o ataque ao Estado e ao Capitalismo, parecem-nos ser, de momento, o caminho por onde avançar.

#### OS MITOS QUE NOS IMPUSERAM

Voltamos a dizer que o momento é propício ao desencadear de um movimento de propaganda e de acção anarco-sindicalista nos

campos e nas fábricas, nas cidades e nas aldeias. Porém, existem pontos-base onde a nossa propaganda tem que incidir já que são muitos os mitos que se impuseram à maior parte dos trabalhadores e que jogam nitidamente em favor das manobras políticas.

A saber:

#### O MITO DO PARTIDO

Para muitos trabalhadores a ideia de emancipação está subculta a uma outra concepção: a de um partido-guia, que unificando em si a classe trabalhadora e dispondo dos elementos teóricos e práticos, dirigiria a luta operária até à consequente destruição do capitalismo e à edificação do socialismo e de um Estado operário, que através da ditadura do proletariado procederá à eliminação dos últimos resquícios capitalistas, à socialização da produção e, finalmente, à destruição das classes. Esta ideia-abstrata, em Portugal, para muitos, está incarnada no PC. Mesmo até para muitos, que dizem-se situar mais à esquerda do que o PC, como por exemplo a chamada extrema-esquerda, este partido continua a ter um charme discreto, que os leva a nunca o atacarem de facto. E para isto inventam os mais diversos motivos, como seja o partido que mais trabalhadores reúne, o «partido cuja história mais ligada está à classe trabalhadora», etc. Não nos vamos preocupar com pormenores de tal «ingenuidade». O que procuraremos demonstrar é que, de facto, o PC para além de não ser de modo nenhum uma força revolucionária, é, pelo contrário, uma força claramente contra-revolucionária, que utiliza todo o seu potencial na castração das lutas operárias. Não por um qualquer tipo de «revisionismo» ou de «refor-

(Continua na 6.ª pág.)





# A Igreja tem saudades do fascismo

A Igreja e os seus corifeus intransigentemente se opõem ao programa temático «Os Anos do Século», de-clarando que a campanha é contrária à moral e aos valores da Igreja. Agora voltam a movimentar a campanha contra o filme António Macedo «As Horas de Maria».

A Igreja mostra saudades dos tempos da censura, do pensamento condicionado e desespera por se sentir analisada nas suas incongruências e nas suas complicações. Os poderes do César. Disputa e invoca como razão dos seus temores que as análises destes filmes ofendem os sentimentos do nosso povo. Mas quando se trata do drama do Tarrafal, da guerra colonial, das prisões e do crime, a culpa formada, das sévicas da Inquisição, que feriam indelevelmente os sentimentos e a carne do nosso povo, a Igreja silenciava-se e apoiava avidamente esse regime.

O bispo do Porto que se autoproclama defensor da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, Salazar (mas nunca se soube as razões) também veio conde-nar o filme de António Macedo «As Horas de Maria», afirmando que, na sua maioria, entende estar ligado à Igreja.

O bispo do Porto como o

fascismo, não reconhece ao país que não tem obediência católica, o seu direito de analisar, discutir e aprofundar os seus problemas, a problemática do presente e que a Igreja só responde com a crença, e os dogmas em crise. E o clero, que após a queda de Marcelo, contrastado, «professou» a democracia, continua a ter saudades dos tempos do fascismo seus favoritos e volta a advogar os seus métodos.

A Igreja teme as análises das suas atitudes e dos seus dogmas? Responda, discuta essas críticas. Se tem consciência, profundidade divina, porque caiu nas tentações da Inquisição, de sagrar as guerras e os tiranos, do extermínio dos albigenses, do apoio ao discreto charme do salazarismo que indignou o povo português como ficou claramente expresso no 1.º de Maio de 1974?

Sem força moral para responder, sem abandonar o seu desmedido desejo de Poder servindo os Estados e as tiranias e desajudando continuar a usufruir os privilégios que usufruía, procura esconder as suas contradições e para tanto apela para os métodos fascistas. Agora também a Igreja também aos cineastas, aos jornalistas, aos pensadores e a quantos fazem a análise dos seus credos e da sua história ape-

lando para os poderes do Estado. Dizer a verdade, procurar a explicação das coisas é, para a Igreja, «insultar os sentimentos do povo». Contudo sempre a Igreja tem insultado os que nela não crêem. Digam-nos nós, os anarquistas, que a Igreja e todos os políticos costumam ceder. Mas nós não recua-

## A habitação ameaçada

Mota Pinto o arrogante sr. doutor de Coimbra, muito à sa-moelha da Salazar, apresenta-se como o inevitável «senhorita» do país e em meios de astrológico.

Anunciou que o governo ia al-terar as leis do arrendamento. Era o difamar de aumento das ren-das das casas. Aos primeiros pra-núncios da iniquitação popular vem dizer-nos que estamos des-criando as rendas altas, não ex-plicando como nem as conside-rando rendas especulativas.

Quando o governo procura au-mentar todos os preços e todos os impostos possíveis, estorquir os camadas populares, nin-guém pode acreditar que por esse modo se reduza o rendimento co-lectivo do imposto predial. Bru-xo!

Malabarista da política, Mota Pinto quer justificar o aumento das rendas em termos de sua «erudição»: «que as rendas altas deri-vam do congelamento».

Toda a gente sabe por simples raciocínio que as rendas sobem especulativamente porque há uma

ruína, para aplicarem o capital em outros lucros altistas, este facto desmentia inteiramente o sr. Mota Pinto.

Refere-se às rendas baixas mas quer ignorar que o parque habita-cional está degradado porque os senhorios recusam cumprir o Regulamento Geral das Edifica-ções Urbanas, que também é lei, que obriga às melhorias.

Quer aumentar as rendas mas não diz se haverá recuperação da qualidade de casa. Isso será um simples extorsão. Então os senhorios receberão o aumento, não recuperarão a qualidade da casa nem irão investir em novas habi-tações.

Mota Pinto, que quer dominar o tecto salarial, reduzir toda a gente à miséria para deter a inflação, dispensa aos senhorios um aumento de rendimento.

O sr. Mota Pinto tem a obriga-ção de saber — e que nós tam-bém sabemos — que o rendimen-to da propriedade imobiliária em arrendamento não é reprodutivo; que é um lucro parasitário por-que ratifica benefício sem garantir a qualidade e a conservação do parque habitacional: é a ruína da cidade. Tem a obrigação de sa-ber que se o proprietário já não lhe interessa conservar a habita-ção mas a sua ruína para se li-bertar de obrigações contratuais sem indemnizações porque o valor do terreno, que diariamente se va-loriza especulativamente, lhe pro-porciona mais lucro do que o arrendamento. Será uma contradi-ção do sistema capitalista, sr. doutor, que pretende levar às úl-timas consequências.

O sr. doutor sabe que a ini-ciativa privada apenas ocorre à construção para venda por andares porque há margens de lucro altíssimas, e que o governo não tem mecanismos para canalizar o aumento das rendas para a cons-trução. Mas também deve saber que o Gabinete da Planeamento do Ministério da Habitação reco-nhece que 80 % da população não tem capacidade para adquirir a casa própria.

O problema da habitação tem profundas implicações sociais e económicas e não é sanável com aumentos de rendas. Sabe o sr. doutor quais sejam os métodos de avaliação do nível a partir do qual se possa dizer que uma ren-da é baixa ou alta? Tem inventa-riado o parque habitacional em termos de avaliação? Que mecani-smos pensa aplicar para uma revisão que não seja o simples arbítrio de mais tantos por cento?

Admita, sr. doutor o impos-sível: que a iniciativa privada viesse a produzir habitações em quan-tidade — com certeza só para venda por andares — e em mercado livre. Supõe que os preços seriam acessíveis aos tais 80 % da população que não é sanável a causa da proliferação das bar-racas, cancro da cidade burocrá-tica e capitalista, aí encontra o drama habitacional em todas as suas consequências. Os seus com-

## EDITORIAL

Pág. 2

## DEUS NÃO EXISTE

Pág. 2

## AS PRISÕES DA DEMOCRACIA

Pág. 3

## QUE AUTOGESTÃO

Pág. 4

## SOBRE A QUESTÃO DA INTERVENÇÃO SINDICAL

Pág. 5

## INTERNACIONAL

Pág. 8

## Um debate sobre Anarquismo

O Grupo Libertário do Porto le-vou a efeito, no passado dia 21 de Abril, um debate sobre Anarquismo, Anarco-sindicalismo e Ecoló-gia, e realizado no Auditório da Escola de Belas-Artes, enchendo-se literalmente, calculando-se a assis-tência em cerca de 600 pessoas.

Esta iniciativa do Grupo Libér-tário arrancou uma nova actividade ao encontro das aspirações, espe-cialmente numa sociedade incom-patibilizada com uma sociedade e uma estrutura política negativas.

Moderou o debate Melo Bandei-ra. Júlio Figueiras expôs em linhas gerais o pensamento anarquista sobre os grandes problemas da época como a objecção de consciência, o antiliberismo, a ecologia para além dos esquemas economicistas que dominam especulamente nas formações políticas. Graça de Oliveira tratou especialmente os te-mas da mulher e da educação da criança, e Emídio Santana pôs em relevo as debilidades do sindicalis-mo corporativo incapaz de alcançar os objectivos autogestionários para além de mediar a própria alienação dos trabalhadores. O Estado capi-talista e cada vez mais autoritário.

Aberto o debate falaram vários jovens, rapazes e raparigas como a abertura da discussão, a pre-gunta de abertura, a pergunta ex-pondo raciocínios e fazendo críticas a vários aspectos da sociedade e do panorama político.

Precedeu ao debate uma varie-dade de temas de carácter social, da criminalidade e de contestação da sociedade autoritária. No final foi aprovado por aplausos um protesto contra as pri-sões políticas e reivindicada a am-nistia geral.

Vários dos participantes manifes-taram o desejo de contactar com o Grupo Libertário, Apartado 2193, 4022 Porto Codex.

## AMNISTIA PARA TODOS OS PRESOS

Os políticos, por vezes, têm pla-ceiras. Desta vez a polémica (entre a mala directa e a chamada es-querda) teve como motivo uma tenaz amnistia. O fecho acenduto. Os sectores parlamentares en-contraram entre si, gritaram as suas razões, quase que se engalifi-caram à pancada. A monarquia lamentar-se deu lugar a sessões parlamentares com amplo resumo nestas áreas, rádio e televisão. E, po-licia, o essencial n'um deputado. Apenas se ficou no ensaio de amnistia, no parcelar, na mediocridade, disto que se trata a pretensa amnistia, que a maioria de esquer-da não conseguiu no parlamento. Alé-m apenas sectores políticos e mi-litares que, na sua maioria, já es-tavam reintegrados na vida públi-ca. E restringiram o conceito de amnistia ao cúmulo (por exemplo, os integrantes do PRP e outros não são angariados por esta falsa amnis-tia).

Os partidos parlamentares recusam aprovar uma verdadeira amnistia (e não o querem) esta ve-za de assentir na amnistia para todos os presos, independentemente da natureza do seu crime.

Os partidos quiseram dar um ar de festa e de paz ao 25 de Abril teriam feito uma proposta de incluírem ali, por exemplo, o documento que diz todos os presos políticos, e não apenas os presos políticos, grupos de presos, por diver-sos motivos têm lançado a público que se podem resumir nestas palavras: AMNISTIA TO-TAL.

Salgado Zenha, que foi minis-tro da Justiça e o PS estivessem de acordo, a sorte dos presos deste país não teriam encon-trado as prisões e a polícia enqun-ramos poder.

O PS estivesse interessado na real dos presos deste país — não apenas dos militares que têm mais, como Costa Gomes, Dinis Almeida —, se de facto repre-sentasse, mesmo em mínimo grau, sentir dos explorados e oprimidos deste país, nunca poderia ter es-

tado de acordo com uma pretensa amnistia que apenas serve para en-cobrir o problema real: no país de Abril, da democracia cozinhada com os ingredientes mais progres-sistas, milhares de jovens predro-em nas diversas prisões, são su-jeitos a torturas e agredidos siste-maticamente.

Portanto, a questão essencial res-ponde aqui: poderiam os políticos ter aprovado uma proposta de am-nistia diferente? Poderiam ter defen-dido a amnistia para todos os pre-sos? Nunca! Os políticos e os par-tidos por mais à esquerda que se situem são sustentáculos da ordem democrática. São vendicadores po-líticos que pregam a ordem, a segu-

(Continua na página 3)

## CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A AUTOGESTÃO

A exemplo das anos anteriores — Conferências internacionais da Autogestão, em 1976 e 1977 —, o Centro da Estudos Libertários Giuseppe Pinelli vai realizar, em colaboração com a revista anar-quista «Enterrados», uma Con-ferência internacional de estudos sobre a autogestão, possivelmente em Veneza, de 12 a 14 de Outubro deste ano.

A Conferência versará os mais diversos temas, desde os mode-los autogestionários dos nossos dias até às suas experiências his-tóricas, passando pela discussão do tipo de produção desajaval numa sociedade autogestionária, pelas relações entre os produ-tores, etc., etc.

Os trabalhos a ser apresenta-dos à discussão nossa Conferên-cia serão publicados no número desta mês da revista «Enterrados», no número de Junho da revista «Autogestão», no número de Agosto da revista «Voluntá-ria» e no número de Setembro da revista «Enterrados» e jornal que queiram colaborar, apresentar os seus próprios trabalhos ou dos seus leitores.

Quem estiver interessado em participar, colaborar ou enviar tra-balhos para a Conferência pode escrever para o Secretariado or-ganizador:

Centro Studi Libertari  
V. le Monza 255  
Milano 20126  
Itália

(Continua na pág. 6)





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V - IV SÉRIE - N.º 51 - MENSAL - JULHO DE 1979 - 10\$00

## CAPITALISMO DE MISÉRIA OU AS MISÉRIAS DO CAPITALISMO?

Na memória de todos, as lutas de 1974/75 parecem esbater-se até serem apenas uma simples — e incómoda — referência.

Que resta desses dias de intensa agitação, onde nas ruas, nas escolas, nos locais de trabalho ensaiava-se um vasto movimento de assembleias onde as decisões eram colectivas e directas?

Uma coisa torna-se clara: o capitalismo privado que após o derrube do regime fascista em Abril de 1974, atravessou um período no qual os seus aparelhos de repressão e enquadramento, foram incapazes de conter a arrancada dos trabalhadores. Nesta altura os tecnoburocratas (PCP e outros) tentaram — não sem um certo êxito —, construir em Portugal um regime de capitalismo de Estado: as nacionalizações, a legislação sindical e de trabalho, as unidades de produção colectiva geridas por Comissões Administrativas ou controladas pelo Estado, etc., prefiguram exactamente isto.

Depois do 25 de Novembro de 1975, a burguesia retomou a capacidade de domínio e controle da situação; procurou modernizar as suas formas de poder, reabilitou os aparelhos fundamentais durante o fascismo, instaurou aquilo que este se mostrava incapaz de fazer (ou mesmo impossibilitado).

### \* Integração de Portugal na CEE

Mais que uma forma de a burguesia portuguesa tentar conquistar novos mercados, e por outro lado uma tentativa de esta captar novos investimentos, reforçar os processos de independência económica, para assim garantir-lhe uma maior capacidade de controle interno. É por isto que a integração de Portugal na CEE, constitui um instrumento fundamental para a segurança e estabilidade do capitalismo privado neste país.

### \* Livre especulação

Um dos aspectos pelo qual o fascismo se mostrava incapaz de corresponder às necessida-

des de desenvolvimento e acumulação de capital, por parte da burguesia, foi precisamente o seu corporativismo. O qual impunha certas regras na especulação e na exploração dos trabalhadores, a fim de evitar que o agridor dos conflitos sociais, quer a quebra da imagem de força do Estado e da sua capacidade de controle.

Aquilo que temos vindo a assistir por todo o lado, é a liberalização de todas as formas de especulação, como nas rendas de casa, na alimentação, em todos os produtos, etc., etc., ao aumento descarado da corrupção (como no caso do Ministério da Agricultura e Pecuária), etc. Enfim, trata-se de abrir as portas à livre especulação (e enriquecimento) dos capitalistas «nacionais» e «estrangeiros».

Para consolidar o regime de capitalismo privado, é necessário ainda, entregar parte do importante sector nacionalizado aos seus «legítimos proprietários», as terras das cooperativas agrícolas aos «seus legítimos donos», a banca aos «empresários» a fim de que estes possam servir-se dos depósitos, etc., para movimentarem o sistema capitalista.

### \* Democracia na ponta do cacete

Para que tudo isto e muito mais seja viável, é necessário modernizar as forças armadas, equipá-las com sofisticados armamentos de guerra, aumentar os ordenados dos oficiais, torná-los «eficientes» aos olhos dos trabalhadores. Reforçar a Polícia, a G.N.R., quer em efectivos, quer em equipamentos. Tornar mais poderosa a Polícia Judiciária, Serviço de Informações da República, no controlo dos «marginais», «esquerdistas», «ladres», etc.

A democracia terá de assentar numa imagem de força, dura — combate aos «indisciplinados»...

### \* Sindicato para todos

Aquilo que assistimos em 1974 e 1975, foi o que a maioria dos Sindicatos andaram a rebo-



que do PCP; não escondiam a sua posição de colaboradores e guardiões da construção de um regime de capitalismo de Estado. A sua posição foi pois a de tentarem conter as lutas dos trabalhadores, ou de os mobilizarem para o apoio a esta ou aquela nacionalização, para uma manifestação de apoio ou ataque a este ou aquele militar...

Agora em 1979, os Sindicatos parecem ter assumido o papel de agentes duplos: na enfileiragem contra a alta do custo de vida, em manifestações simbólicas, ou comunicados exaltantes, combatem este ou aquele governo fantoche pedindo um outro mais de acordo com os «interesses dos trabalhadores», enfim utilizam quando se dirigem aos trabalhadores uma linguagem «combativa». Nos gabinetes do governo, à mesa de negociações com o patronato, nas suas actividades do dia-a-dia, apelam à calma, mostram-se simples aparelhos disciplinadores e de colaboração de classes.

Para o s trabalhadores dos sectores mais «radicalizados», cedem a uma ou outra «greve» de meia hora, uma hora, e quanto muito um dia... Greves gerais nem pensar nisso.

### \* O partido dos trabalhadores

Solidamente implantado no seio destes — dizem! — possuindo uma organização coesa e invejada pela extrema-esquerda, os «eternos campeões

das lutas operárias, os eternos construtores de um Estado Democrático e Socialista contemplando as mais amplas liberdades», parecem ter-se também eles integrado no regime de capitalismo privado.

Quanto ao seu modelo de sociedade, esse dizem que não é para já, agora é preciso muita «ponderação nas atitudes a assumir», «as conquistas devem ser graduais e ordenadas», etc., etc., enfim, sinal dos tempos!

E também estes, tal como os Sindicatos, para contentarem os sectores mais «radicalizados», promovem manifestações inconsequentes, conferências de imprensa para «matar tempo», debates assinados em série, moções de repúdio a isto ou aquilo «para não se ficar quieto», comícios para os jornais falarem, etc., etc.

### \* Desinformação programada

Não é possível a qualquer sistema de poder, manter-se sem possuir uma imagem de si mesmo. Em que é que tanta gente pensaria e discutiria no dia-a-dia?

Programar as «discussões», a «educação», a «informação», enfim o que se discute no dia-a-dia, aquilo que se «aprende», é uma tarefa fundamental de qualquer governo. Dê-la depende em grande parte a continuação do regime.

Nas escolas os «programas» de ensino estão a modificarem-se de acordo com as novas neces-

sidades dos que estão agora no poder; a Rádio, a Televisão, os jornais, reinventam quotidianamente motivos (programas) de discussão: Futebol, Telenovelas, Crimes, Polícia e Ladroses, Mitos, Fábulas, Fados, Palermas televisivas, as últimas Anedotas, Ovnis, Travolta, etc., etc.

Neste desgrazado quadro de conversas quotidianas, revela-se bem a desgrazada imagem do poder instituído, as misérias típicas da impotência dos trabalhadores sublimadas nestas «guerras» programadas.

### \* Face a esta «choldra» como escrevera Eça de Queirós, a nós o que nos admira não é que hajam greves (poucas) em Portugal, é que com a subida vertiginosa dos preços da alimentação, rendas de casa, transportes, de tudo... com o aumento da repressão patronal nos locais de trabalho, não hajam greves, as necessárias para por fim a isto tudo...

A nós o que nos admira é que com 400.000 desempregados, 500.000 pessoas vivendo em casas abarracadas, ou barracos transformados em «casas», neste país onde existem centenas e centenas de aldeias sem água, electricidade, esgotos, onde tudo se degrada até à ruína, nesta vida onde somos continuamente explorados e embrutecidos, o que nos admira sinceramente é que tudo isto ainda se mantenha de pé...





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V - IV SÉRIE - N.º 52 - MENSAL - AGOSTO DE 1979 - 10\$00

## NÃO HÁ PODER SEM SANGUESSUGAS

### ★ O ESPECTÁCULO

Roubado publicamente por novos impostos, alarmado pela queda do Governo, apreensivo perante as novas eleições, tranquilo face à força demonstrada pelo Exército Português nas últimas manobras, vexado pelo patrão, esgotado por uma semana de trabalho, escandalizado pelo nudismo nas praias, mas sempre, sempre amarrado às engrenagens do espectáculo do poder. Este é um possível retrato de multíssimos honrados cidadãos...

Sempre renovado e modificando-se constantemente, este é o mais macabro de todos os espectáculos: o organizado e dirigido pelo Poder. Ultrapassar este círculo implica uma desmontagem quotidiana dos argumentos, discursos e palavras pelos quais o poder fundamenta os seus actos. Não os vamos utilizando no dia-a-dia como nós mesmos...

### ★ A REPRESSÃO PERMANENTE

Os preços do petróleo, as matérias-primas e maquinarias aumentam sem cessar nos mercados internacionais. As despesas públicas são cada vez maiores. Para o País poder suportar os novos preços, são necessárias mais medidas de austeridade, novos impostos, redução nos consumos internos. Um amplo esforço nacional para desenvolver o País, aumentar a produção, sair da crise. Quantas vezes este estafado discurso é repetido por dia? Há quantos anos? Por quantos governos?

Entre o discurso e o que ele esconde da realidade, passa um abismo. No fundo o que ele não diz, nem pode, é que o que está sempre em causa, é a defesa e perpetuação de todo um sistema de inerte e inutilidade que absorve a maior parte daquilo que de útil se produz.

### ★ A REPRSSÃO PERMANENTE

Tudo o poder assenta na força. Apoiase nela para persistir enquanto tal.

Lógico é em suma que no reforço dos aparelhos de guerra, repressão policial, vigilância política, etc., sejam aplicadas grande parte daquilo que o poder extorquiu aos trabalhadores.

As despesas mundiais com o armamento, as guerras, as indústrias (só essas empregam em todo o mundo cerca de 40 milhões de trabalhadores), são assombrosas.

Neste pequeno país, por exemplo, o Orçamento de Estado para 1979, prevê cerca de 27 milhões

de contos só para as Forças Armadas... muito mais do que será gasto com a saúde, habitação, agricultura, pesca, desporto, educação, etc.

Se a estes 27 milhões somarmos acréscimos, acrescentarmos muitos outros destinados aos cães vestidos de polícias, tribunais e outras engrenagens da ordem pública e defesa nacional, temos uma quantia que, se por si, resolveria muitos problemas básicos como habitação, electricidade, transportes, etc., em muitas povoações deste país...

### ★ SANGUESSUGAS

Cravados na pele de tudo quanto vive, trabalha, os sanguessugas poliam por todo o lado. Não são apenas militares ou polícias. Vegetam desde o Parlamento, aos partidos, passando pelo Conselho da Revolução, Presidência da República, são ministros, patrões, burocratas sindicais, chefes disto e daquilo. Quanto consomem?

Entre os sanguessugas e o sistema existe uma total dependência. Quando uns estão desacreditados, podres, incapazes de se imporem, logo outros se apressam a substituí-los. Não há poder sem sanguessugas.

Enquanto uns continuarem a dispor da vida de outros, a imporem as suas decisões, enquanto persistirem as relações do Poder

o massacre quotidiano dos que trabalham continuará.

### ★ AS INDÚSTRIAS DO SUPERFLUO

Reverdade todo o sistema está organizado para a sua perpetuação. Para isso existem leis, constituições, hábitos, tradições que regulam as relações de poder. As reproduzem nas novas gerações.

Toda a organização social está feita neste sentido. A produção serve o sistema sob todos os aspectos.

Os inúmeros defensores dum aumento da produção enunciam — sejam eles de direita ou de esquerda — omitem sempre nos seus discursos produtivistas, uma questão fundamental: a maior parte daquilo que se produz, não corresponde a necessidades ou carências humanas.

Grande parte dos produtos fabricados, correspondem sim, a necessidades criadas ou geradas pelo próprio capitalismo.

Para estas indústrias é canalizada a quase totalidade da energia produzida em todo o mundo. As medidas de austeridade, os novos impostos são um meio directo do sistema as manter.

Pois, pretende-se aumentar a produção de quê? Não será de mais quartéis? Mais prisões? Mais produtos tóxicos? Mais indústrias poluidoras? Mais armamentos? Mais igrejas? Mais publicidade?

### ★ O RIDÍCULO

O ridículo ameaça hoje o poder. Perante a massiva propaganda do Estado, dos representantes do povo, os apoios e novos sacrifícios, e por outro lado a miséria quotidiana a que somos forçados a viver, a indiferença perante o que eles dizem, é muitas vezes um sintoma de que já ninguém acredita. O espectáculo do Poder, já não surte o efeito desejado: A aderência das massas aos seus argumentos.

Talvez hoje mais que nunca, os trabalhadores possam compreender que a sua vida, toda a sua vida, é utilizada para reproduzir o sistema que os oprime e explora. A inutilidade é mundial. O mito dos países socialistas caiu: neles como nos outros, os trabalhadores não passam de escravos da produção, mais ou menos alimentados, mas sempre a reproduzir um sistema ao serviço de parasitas.

Em Portugal, o ridículo atingiu tudo. Nada parece existir que não esteja convertido numa anedota pegada: história, moral, cultura, instituições, partidos, tudo.

O ridículo. O riso. A ironia corrosiva tem corroído tudo. O próprio poder já não consegue vender uma imagem de si mesmo que não seja a da cretinice. Os sanguessugas nacionais, convertidos em anedotas, sabem que já não convencem ninguém. Mas por obrigação de ofício persistem até ao fim.

Ridicularizar este espectáculo, sem dúvida que não é fazer a revolução. Mas com certeza que por aqui pode passar a consciência de todos os manipulados de que nada tem a esperar desta merda.

Este é o preço do poder e das suas engrenagens.

GREVES	— pág. 2
A LUTA DOS PRESOS	— pág. 3 e 8
C. N. A. C.	— pág. 3
O PROBLEMA A SAÚDE	— pág. 4
GUADIANA A MORRER	— pág. 5
PERSEGUIÇÕES EM ESPANHA	— pág. 7

...e mais ainda





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V - IV SÉRIE - N.º 53 - MENSAL - SETEMBRO DE 1979 - 10\$00

## ELEIÇÕES: LEGALIZAÇÃO DO PODER A CRISE DO SISTEMA

A burguesia sente-se hoje em Portugal, com um maior apoio entre os que exploram. Daí a esperança das forças defensoras do capitalismo privado, que nas novas eleições consigam um maior número de deputados. A «maioria de esquerda» transformada em «maioria de direita»... Mas por detrás destas análises mais ou menos convencionais, não restam dúvidas a ninguém que os profissionais da política de S. Bento, já não convenciam ninguém. Quem é que os tomava como «representantes do Povo»?

O jogo político distanciou-se demais dos trabalhadores. «Direita» e «esquerda» eram vistas no Parlamento, não como forças sociais em luta, mas como tipos de parasitas em luta pela hegemonia do poder.

As novas eleições pretendem, assim, dar uma imagem do Parlamento mais «séria». Mais susceptible de «convencer» o eleitor.

Através dos votos dos que foram às urnas, a parasitagem em funções políticas na altura, se dirá legalmente ser os «nossos» representantes...

**\* LEGALIDADE: COBERTURA IDEOLÓGICA DO PODER**

Porquê todos esses discursos sobre legalidade, a defesa da Constituição, o respeito das leis, a necessidade de reforçar o poder da «Lei», etc. No fundo, porque esta questão se apresenta tão importante para o sistema?

Falar de legalidade é falar de formas de poder.

A burguesia arrancou o poder à nobreza, não a falar ou justificar-se pelo dinheiro que possuía, os lucros que obtinha, mas contando uma legalidade assente na «vontade do povo», ao poder da nobreza justificado em argumentos místicos: a origem quase divina dos soberanos, o valor do «sangue» dos nobres, a missão transcendente dos sacerdotes, etc.

O «Povo», entidade abstracta a que o poder se refere, passaria a partir daí a eleger os «seus» representantes, aqueles que irão decidir sobre a vida ou a morte dos que os elegiam...

As eleições são assim, uma peça fundamental desta nova imagem do poder: mesmo o próprio fascismo não se furtou a organizá-las no intuito de legalizar publicamente, os parasitas, e o terror em que viviam.

Não são apenas os profissionais da política os que vivem directamente à custa da «legalidade». Outros «especializam-se» na sua perpetuação: advogados, leigos, juizes, constitucionalistas, etc. todos eles trabalham infindavelmente, para nos conduzir aos labirintos das «leis» do capitalismo.

**\* SINDICATOS: ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES?**

Depois de Setembro as coisas acaem nos locais de trabalho. O «tempo livre» das férias aca-

bou. A rotina das semanas de trabalho, continua.

Não é pois de estranhar que os sindicatos voltem ao ataque: eles aí vêm para negociar os «seus» contratos de trabalho, lançar as «suas» grevistas, desenvolver as «suas» lutas muito legais. Muito de acordo com a Constituição, as leis em vigor sobre greves, despedimentos, associações sindicais, segurança no trabalho, etc. Nem um passo será dado à margem do estabelecido...

Todos os sindicatos quando reconhecem o Ministério do Tra-

balho como árbitro nas lutas entre trabalhadores e patronato; quando aguardam que este decida da publicação dos contratos colectivos por que lutaram com o patronato, para que este entre em vigor; quando fazem depender a existência de um sindicato da aprovação dos seus estatutos por este Ministério, que estão eles a fazer senão a pactuarem com a burguesia?

A maioria das lutas dos trabalhadores em Portugal, são to-

balho como árbitro nas lutas entre trabalhadores e patronato; quando aguardam que este decida da publicação dos contratos colectivos por que lutaram com o patronato, para que este entre em vigor; quando fazem depender a existência de um sindicato da aprovação dos seus estatutos por este Ministério, que estão eles a fazer senão a pactuarem com a burguesia?

Todos os sindicatos quando reconhecem o Ministério do Tra-

## Os fortes... e os fracos

«...Porém, se tentar obrigá-los ao papel de agentes da injustiça, então digo-vos: Infringir a lei. Deve fazer das nossas vidas a contradição necessária para que a máquina pare. O meu dever é em qualquer caso, recusar-me a ser um instrumento do mal que condena.» — Henry D. Thoreau — «A desobediência civil».

Todos os dias nos dizem, que a exploração do homem pelo homem, é a consequência da ordem natural das coisas». E dizem-nos de todas as maneiras e feitios: a família, o astro...

Quí, por ex., aqui há dias, um padreiro que dizia alto e bom som (= poluição sonora), que até os animais mais fortes, dominavam os mais fracos.

Acho que isto vale um pouco de reflexão no que se passa à nossa volta. Será mesmo que os animais mais fracos são dominados pelos mais fortes? Ou, o facto de haver homens a dominar outros homens, significa que são eles os mais fortes?

Bom... Sem dúvida que hoje a luta pela sobrevivência, da maior

parte das espécies, é muito maior hoje, do que era alguns anos atrás. É isto, porque o animal (que não parece) chamado homem, lhe destruiu o seu ambiente natural. E, claro, não admira ver certas espécies a atacar o homem ou outras espécies de animais.

Poder-nos-ão objectar, que desde o princípio do mundo, os animais têm necessidade de caçar, e portanto a lei do mais forte é perfeitamente natural...? Ora bem...

É claro que desde sempre houve animais a matar outros. Mas o facto é que muitas vezes, o acto do animal mais forte ao matar o mais fraco, até é benéfico para a espécie. Mas... Os animais nunca pusceram em perigo, outras espécies. Para além disto, muitas espécies preferem afastar-se a lutar entre si. Muito menos há lutas entre animais da mesma espécie. Entre estes, o apelo mútuo, é um facto mais que comprovado. Mas, ainda no reino animal, o mais forte, é-o efectivamente. E no mais forte, é-o efectivamente. Mas o que acontece com o homem...

Como se constata, o homem mais forte, é o que tem mais dinheiro, mais armas e mais escravos. Aliás,

são os verdadeiros fracos, os actuais mais fortes, pois precisam de comprar e de se apoiar, nos fracos, para imporem a sua lei. Com a comprovada complacência destes últimos, claro. Essa força é portanto enganadora. E a qualquer momento pode cair. Bastava que os escravos de hoje, apontassem o cano numa espingarda aos seus senhores...

Como já se disse atrás, as lutas (?) no reino animal, são, quase sempre, de igual para igual. O mesmo não se passa com o homem. Senão, vejamos. O rico, é rico por um acidente. Ou por herança, casamento... E sempre à custa do trabalho dos outros. Enquanto uns nascem no berço de ouro, outros nascem na rua. Logo à partida há desigualdade. E os primeiros, não fazem outra coisa senão assimilar tudo aquilo que lhes metem na cabeça: família, pátria, trabalho (que não para eles)...

Mas o triste da fita toda, é que os segundos, a maior parte das vezes, não passam de candidatos ao ruído... Há sempre a esperança de um qualquer partido subir ao poder...

A. LEÃO

talmente filtradas hoje pelas engrenagens da legalidade.

As leis do sistema a tal ponto estão imbuídas na prática sindical, que os advogados são autênticos dirigentes na sombra dos sindicatos. Tal é aí a sua importância...

**\* QUEBRAR A SOLIDARIEDADE**

Um facto ressaltava em toda a evidência: por detrás de todos estes legalismos, está a intenção clara de reduzir as lutas dos trabalhadores, as nossas pessoas concretas a um punhado de processos a cargo de uns quantos doutores que nos vão julgar.

A nossa vida, as nossas lutas ficam assim confiadas a outros que não nós. A outros que depois nos vêm dizer, segundo as leis do momento o que «devemos» fazer, o que «somos», a que «temos» direito, quais são os «nossos» deveres... apenas nos é exigido que saibamos acatar as leis que não fizemos...

O fim concreto deste processo é acabar com a acção directa dos trabalhadores, destruí-los toda e qualquer solidariedade nas suas lutas reduzindo-as a casos individuais.

Por este modo, mais de um milhão de trabalhadores em Portugal, tem processos no Tribunal do Trabalho... esperam eternamente por uma decisão judicial esquecendo o que significa a solidariedade, a força colectiva que representam.

Os nossos problemas são assim matéria de estado em gabinetes. Os nossos interesses regulamentados em artigos dum tal qualquer. Quantos aguardam a resolução das suas questões, para quando sair uma portaria governamental que as resolve e regularmente?

Reduzidos a um número. O número do nosso processo no Tribunal ou no advogado, estamos divididos. Quebrados na nossa solidariedade de explorados. Profundamente engrenados nas malhas do poder.

Até quando?

## RESUMO

Greves	Pg. 2
Estética Anarquista	Pg. 3
Psiquiatria:	
Prática política	Pg. 3
Entrevista com	
Cooperativas de Moradores	Pg. 4
Repressão policial	Pg. 4
O mito da Eficácia Médica — Ecologia	Pg. 5
Inventário da nossa morte	Pg. 5
Ateneus Libertários	Pg. 7
Prisões — Amnistias	Pg. 8





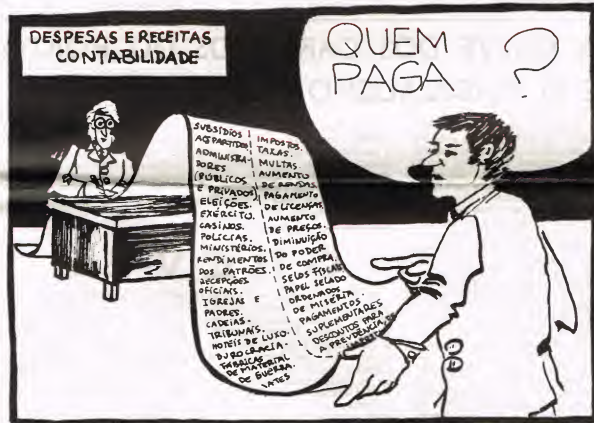
# A BATALHA

PORTE  
PAGO

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V — IV SÉRIE — N.º 54 — MENSAL — OUTUBRO DE 1979 — 10\$00

## COMO TUDO VAI MAL MAS «AGUENTA-SE BEM»...



- Cresce a repressão Patronal
- Tudo aumenta menos os salários
- A esquerda apela à resignação
- Os militares ameaçam
- A emigração continua
- E os trabalhadores que fazem?

## VOTAM OU LUTAM?

### ★ OS SACRIFÍCIOS NECESSÁRIOS...

Perante a avalanche de aumentos de preços decretados pelo Governo (água, electricidade, gás, gasolina, transportes, etc., etc.), o agravamento do imposto complementar, perante tudo isto e a passividade dos trabalhadores, somos forçados a reconhecer toda a extensão da influência da igreja em Portugal. Semelhante resignação destrói pela base, o épico discurso político da permanente combatividade da classe operária...

Na verdade, os novos aumentos parecem ser não apenas aceites resignadamente, mas como necessidades vitais se tratassem para quem trabalha: o bom «operário português». Foi ele eu a mulher, desde quando bem cedo, para as bichas do imposto complementar. Temeria esquecer-se de declarar quanto ganhou no ano transacto?...

Para poder pagar os impostos, viver com o que lhe resta do ordenado, lá vai cortando na comida, poupando na água, na electricidade, etc. carpindo-se, mas não lutando.

Voltou-se ao secular fatalismo, ao futebol, ao arrastar do fado da vida, pelo meio conta-se umas anedotas, mas vai-se aguentando mais e mais...

Toda esta miséria, reconhecível nos crescentes bairros de barracas, na mendicância que a cada esquina desde «Pais sempre», toda esta «santa pobreza» desportiva no «bom português», as tão citados sentimentos de caridade, piedade pelos «maus portugueses». A miséria do «outro» como compensação para a nossa subida...

Aos mais desesperados, só lhes resta seguir o caminho que há séculos orienta milhões de indivíduos destas paragens: a emigração. Mas para onde? As Árabias responde um número crescente deles. E já lá estão 6.000...

### ★ A ESQUERDA DA UMA AJUDA

A esquerda, uma expressão do capitalismo de Estado, é hoje um dos baluartes da estabilidade do actual sistema em Portugal.

Por agora, o Partido Comunista e outros da esquerda, deixaram de lado outras conquistas dentro do sistema. Pretendem apenas segurar o que resta das nacionalizações e da reforma agrária.

Para tanto os compromissos políticos não têm cessado. Um está agora à vista de todos: o Governo comprometeu-se a não desnacionalizar nada de fundamental no sector público, em troca o Partido Comunista irá, como vem já fazendo, silenciar todos os protestos contra a alta do custo de vida, sabotar todas as greves (como a dos carteiros do Porto), enfim colaborar abertamente com as medidas governamentais.

Recentemente quer a C. G. T. P. quer a U. G. T. declararam a sua discordância perante todas as lutas que em Portugal, tenham em vista reduzir os horários de trabalho... (1).

Será que para a C. G. T. P.-U. G. T., os horários de trabalho em Portugal (a maioria são entre 45 e 46 h. semanais), deveriam de voltar a ser de sol a sol?

### ★ UMA CONSTANTE: A MILITARICE

A medida que sobem os preços, os impostos, como é hábito aumentam o número de paradas militares, os exercícios de fogo real,

os discursos dos militares políticos. Sussegue por todo o lado, diz-se nos comícios da esquerda: «A democracia corre perigo», etc. A ameaça de uma tradicional 60-paga da parasitagem militar, de senha-se no horizonte. Enfim quem fez dezenas deles desde o século XIX pode fazer sempre mais uma... experiência não falta.

Depois do 25 de Abril de 1974, longe de diminuir a influência dos militares, pelo contrário, a cobertura da «Revolução de Abril», estes reabilitaram-se dos crimes e da derrota nas colónias. Reforçaram as suas posições. Modernizaram as suas estruturas. Tornaram-se figuras de proa na política. E, enfim, «dignificaram» a profissão da morte premeditada...

A direita, segundo a sua tendência estatista, apeia para a necessidade de «ordem», de uma «ditadura militar» que venha pôr as coisas «como devem ser».

A esquerda por seu lado, vai contentando os trabalhadores, argumentando um discurso já velho: No Exército «ainda lá estão muitos verdadeiros progressistas». A militarice continua.

### ★ SALVAR OU NÃO A ECONOMIA?

O discurso estafado da salvação da «economia», verdade se diga que ainda continua a produzir os seus efeitos. Diariamente «bombardando» pelas contas do País, o parlamento sobre a necessidade de aumentar a produção e as receitas do Estado, para cobrir as despesas sempre crescentes, o «honrado cidadão» interiorizou este discurso. De si para si, diz lá: «O País precisa mesmo de sacrifícios, senão como se há-de endireitar?»

«Sim, que nestas coisas de economia, de produto nacional bruto, de dividas, de gráficos, balanços de pagamento, empréstimos, eu sei lá que mais!... Tudo isto tem mesmo muito que se lhe diga. E, o País sem o trabalho, o sacrifício de cada um não pode viver».

Nós estamos também de acordo: Na verdade como, sem o nosso trabalho, os nossos sacrifícios poderiam viver abastadamente tanta parasitagem?

Sem apertarmos o cinto no dia a dia, como poderiam pagar-se milhões de contos de indemnizações a latifundiários e a patrões? Se não fosse a nossa austeridade como poderiam vestir-se, comer e viver tantos altos funcionários neste País? Tanta polícia? Haver tantas recepções oficiais para oficiais, oficiais, etc.? Sem esta nossa privação de vida como tem a engrenagem, tanta parasitagem poderia subsistir?

Para que tudo isto possa viver, florescer, criar raízes, enfim para que não lhe falta dinheiro, e assim se salve a economia. Só temos pois uma solução: Acabarmos com as greves, aumentarmos os horários de trabalho, pagarmos prontamente os impostos, mudarmos o resto da população que em Portugal ainda vive em casa, para barracas ou casas abarracadas, acertarmos viver felizes num universo concentracionário, nada de discussões, nada de livros subversivos, apenas trabalho e livros técnicos (para aprendermos a trabalhar melhor).

De outro modo digam-nos como poderemos aumentar tanta parasitagem? Como poderemos aguentar tanta miséria sem protestos?

(1) Ver, por exemplo, o «Diário Popular», de 12-Set. 1979.





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V - IV SÉRIE - N.º 56 - MENSAL - DEZEMBRO DE 1979 - 10\$00

## Sempre foi assim, mas há-de ser diferente...



Quando se fala de poder, fala-se apenas dos que o exercem: patrões, administradores, ministros, militares, políticos profissionais, etc. Isto é, apenas daqueles que dele tem tirado lucros, privilégios ou benefícios. Mas há que perguntar também, por onde no dia-a-dia o próprio poder é aceite e justificado:

As eleições estão longe de serem a «grande» aceitação das regras instituídas pelos que governam. Mas basta não votar para as recusar? Pensamos que não!

Na verdade, embora o poder apele ao voto, a abstenção não significa forçosamente uma recusa do sistema ou das próprias eleições. Longe disso!

Que importância tem que 10. 20 ou 30% dos eleitores inscritos não votem, se eles, no dia a dia, aceitam resignadamente ser governados ou viver «descansadamente» nesta sociedade.

Há, pois, que tentarmos ver no quotidiano, não apenas nas eleições, como os trabalhadores aceitam as regras do sistema, e a si mesmos se derrota.

### A irresponsabilidade instituída

Faço ao poder os trabalhadores são encarados como um irresponsáveis.

Eles constituem uma «massa anónima» compelida a trabalhar, a quem não há que pedir contas das consequências dos trabalhos que fazem. Tal como aos soldados sob as

ordens dum oficial, não há que pedir contas pelas mortes que praticam na guerra: uns e outros, cumprem ordens. Nada mais!

Para o poder, o trabalhador só tem esta última responsabilidade possível: a da execução correcta dum tarefa que ele lhe incumbiu ou o cumprimento integral dum regra que ele fixou.

Como, por sua vez, encaram os trabalhadores as consequências do trabalho que realizam?

Aqui reside a sua principal abdicação: da mesma forma que o poder, isto é, assumindo-se como um irresponsáveis.

Se não vejamos casos do dia a dia:

O bom operário de uma fábrica de material de guerra, o cientista que estuda uma droga cancerígena, o trabalhador que constrói uma nova central nuclear, o que descarrega petróleo no mar, assume, alguma vez, a responsabilidade pelo que faz? Julgar-se-ão e/ou algum dia colaboradores, com o seu trabalho, da destruição do Mundo e da Humanidade?

Claro que não! As suas consequências estão tranquilas, porque eles apenas cumprem ordens!

A responsabilidade efectiva dos seus actos, as consequências do que fazem, essas pertencem por inteiro aos que os mandaram executar tais trabalhos!

Ora, é precisamente nesta irresponsabilidade quotidiana, que assenta o poder.

Para que as regras do sistema funcionem, os que estão no poder, assumem-se entre si, como os «líderes responsáveis». Só a eles é que há que imputar todas as culpas pelo que acontece...

Quando as coisas estão mal, há apenas que mudar os responsáveis que se mostraram pouco eficientes.

Essa massa anónima de pessoal, cumpridora de ordens, leia, decisões para que não foram ouvidos, deve reduzir-se à sua condição de irresponsáveis. Senão?...

• Não há pois que pedir contas ao operário que descarrega poluentes nos rios, foi o patrão que o mandou, eles está «inocentes»!

• Não há que culpar a Polícia pelos massacres de camponeses do Alentejo, eles cumprem apenas as ordens dos seus superiores!

• Não há que censurar essa rede vastíssima de funcionários, quando se apressam a executar os ordens misérrimos, elas vêm «de cima». Eles, apenas cumprem um dever! Ordens são ordens!

• Não há que criticar aliás, as populações de regiões onde espécies animais estão a ser extintas e a natureza está a ser arrasada, a responsabilidade do facto pertence ao Governo. O assunto não lhes diz respeito!

Assumindo-se no dia a dia, como uns irresponsáveis pelo que fazem, nos actos que praticam ao serviço de outros, os trabalhadores, não tardam a assumir-se como uns IMPOTENTES perante os «responsáveis» ou os que detêm o poder.

Esperar ordens, decisões ou directivas, é para muitos a única coisa que lhes resta fazer na vida.

• Quantos trabalhadores aguardam, pelos resultados eleitorais, para que tudo mude? Enfim, para que os novos governantes façam aquilo que os anteriores não fizeram por eles?

• Quantas pessoas vivem em regiões inundadas pelas chuvas há séculos, e há séculos esperam resignadamente que os responsáveis pela Nação, decidam fazer qualquer coisa?

• Quantos apodrecem em barracos de lata, se apinham em casas em ruínas, em subúrbios, e pacientemente, vão acumulando a esperança que um dia, uma parte do dinheiro destinado às Forças Armadas, à Polícia, G. N. R., seja aplicado na construção de casas? «Talvez algum dia se lembrem de nós», lamentam-se...

• Quantos trabalhadores esperam que os seus dirigentes sindicais negociem um contrato melhor? Talvez lhes reduzam mesmo o horário de trabalho? Enfim, há que esperar. Se o contrato aprovado é uma miséria, é porque eles não conseguiram melhor, comentam...

• Quantos habitantes de vilas, aldeias e bairros... aguardam com a tradicional resignação, que os responsáveis das Câmaras Municipais, lhes adalem as ruas, façam esgotos, electricidade a zona, etc., etc.? Mas como em tudo: Há que esperar, eles não podem fazer tudo. Não foi este ano será para o próximo, etc....

• Quantos de nós aguardam, ano após ano, embora falando no assunto, contando piadas, etc., que o Governo, os tais responsáveis,

resolvam por fim a especulação desenfreada com os aumentos e a rede infinita de intermediações?

• Quantos trabalhadores, pensosamente, se arrastam pelo Tribunal do Trabalho, pelos advogados, pelos Ministérios, até que as «entidades responsáveis» decidam dos seus conflitos com o patronato?

• Quantos dentro e fora dos hospitais, alimentam a progressiva indústria farmacêutica, médica e outras similares, e pacientemente aguardam que, os tais que põem e dispõem dos nossos descontos para a «fretidância», os apliquem na saúde?

• Quantos trabalhadores aguardam pensosamente que o Governo suba o limite dos aumentos de ordenados em cada ano? Ou legisle sobre se a sua cooperativa agrícola será ou não entregue aos «cargos latifundiários»? Ou se a empresa nacionalizada em que trabalham será ou não devolvida, aos «antigos proprietários»?

Para tudo isto há que aguardar! Esperar que as competências deste país decidam!!

A abdicação dos trabalhadores perante o poder, ultrapassa assim, a questão das eleições. Aliás, elas não passam de um episódio numa vida onde de «gar nos responsáveis» é uma norma aceite pela maioria.

Dai que digamos: para nós, somente quando os trabalhadores começarem a pôr em causa esta sociedade, o seu trabalho e a sua finalidade, somente quando eles assumirem nas suas próprias mãos — sem delegações — os problemas que lhe dizem respeito, é possível começarmos a deixar de ser como hoje o são, indivíduos submetidos à tirania, democrática ou não, do poder que os explora e oprime.





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI - IV SÉRIE - N.º 57 - MENSAL - JANEIRO DE 1980 - 10\$00

## DIREITA OU ESQUERDA: E DEPOIS?

Fecharam-se as urnas, rezaram-se os responsos, e se pultou-se a ilusão eleitoral.

Os cidadãos, muito convencidos de que iriam decidir dos seus destinos e mudar a face do país, todos os partidos reclamavam, limitaram-se a pôr cruzes em papéis.

Nas suas costas os partidos galgam o poder e procederão como quiserem, pois no papel do voto o eleitor surgiu e morreu de imediato pois não lhe restam recursos de fiscalização ou de intervenção.

Não se alterou a gravidade dos problemas, mas a presença das pessoas na acção política quotidiana, discutindo as questões, intervindo na afirmação dos seus direitos e dos seus protestos vai-se extinguindo. Resta apenas o resíduo de um período em que as pessoas agiam, reagiam, ou aderiam a tomar posição, as cinzas da absoluta partidarização dos problemas ou das movimentações sociais. O que era a democracia directa foi monopolizado pelos partidos que averbaram para o seu jogo.

Esquerda ou Direita, o Estado tornou-se a entidade suprema que compromete as pessoas na obediência ao jogo de interesses que ele, pela mão das novas classes políticas e tecnoburocratas, e para além de tudo o que seria a expressão da vontade das pessoas e das classes, lhe fica subordinado; sindicatos, colectividades populares ou correntes de opinião.

Esquerda ou Direita escondem-se em modelos semelhantes de Social-democracia. Os partidos e as organizações que manipulam nego-

ceiam os limites contratuais que condicionou tudo ao que o Estado entende fixar, que nos onera com cargas fiscais que se consomem no seu imenso aparelho militar, político e económico.

Como as pessoas podem opor ao Estado todo poderoso a legitimidade dos seus direitos, a intervenção na formação da sua qualidade de vida?

Os sindicatos tornaram-se seus elementos de integração dos trabalhadores, mas para além destes, hoje outros

problemas de maior gravidade como a habitação, os transportes na forçada mobilidade da vida quotidiana, a saúde, os equipamentos urbanos que escasseiam, tudo isto não têm resposta, não há expressão democrática, crítica e revolucionária que se oponha ao gigantismo do Estado totalitário.

É esta a resposta que o homem cidadão condicionado política e economicamente, tem de procurar: a formação de múltiplas formas de associação livre.

## O arbitrio e a violência fiscal

A fúria fiscal procurando formas de receita pelo agravamento constante de impostos, de taxas de toda a espécie, especialmente incidindo sobre a população que apenas vive do produto do trabalho, tem muito especialmente aumentado a desordem burocrática e tornado muito mais oneroso o aparelho fiscal.

O Estado, cada vez mais tentacular, ultrapassa todos os limites na busca de receitas para cobrir administrações parasitárias, recomprar empresas ineptas, indemnizar interesses injustificáveis. Escapam-lhe todavia, por inspecção ou favoritismo, a taxaço sobre os grandes lucros.

Para cobrir uma cobrança de impostos sobre a grande massa da população que vive apenas do trabalho as Finanças procuram todos os meios eficazes e o Governo acaba de estabelecer o regime de devassa obrigando todos os cidadãos a inscreverem-se no fisco recebendo um número fiscal e ficando inteiramente identificados.

Mas a pressa, o arbitrio e a violência põe o decreto em execução dentro de 30 dias, e obriga o patronato a não pagar os ordenados a quem não apresentou a declaração e a obtenção do número fiscal.

Para além do limitado espaço de tempo para toda uma população obter nas Finanças o seu registo, a monstruosidade é de o Estado, que se considera edemocrático e um «Estado de direitos», permitir-se vender aos trabalhadores o direito inalienável de receberem o produto do seu trabalho por uma exação fiscal, reassuando as práticas medievais da cobrança dos impostos ou as práticas colonialistas do imposto de palhoças.

O Estado não dispõe do direito de coagir o indivíduo limitando-lhe os meios de vida, de privá-lo do produto do seu trabalho, de comitê-lo de formas violentas e semelhantes ao bandedeiro que exige a bolsa ou a vida.



Aquele celebrado cidadão eleitoral e soberano que foi eleger os estadistas edemocráticos recebe dum governo edemocrático o acolite e o assalto de lhe coarctar o seu mísero salário como coacção como se fosse um governo totalitário. Afinal o cidadão não é responsável dos seus actos, de praticá-los por vontade própria? A bem ou a mal há-de pagar custa o que custar!

O Estado permite-se classificar como rendimento o salário, igualando-o às operações económicas lucrativas ou rentáveis, incluindo-o no mesmo regime fiscal e elevadamente colectado. Nisso, o Estado edemocrático é herdeiro, com certo exagero, dos métodos draconianos das regimens totalitários, e de modo nenhum se pode admitir que o Estado utilize dra-

conômicos meios de pressão deste género para recolher impostos sobre o trabalho e não seja capaz, como o confessou o ministro Sousa Franco, de recolher o total do imposto de transacções, que copiosamente herdou e aumentou do regime fascista.

Que atitude tomam os sindicatos, a celebrada Interindustrial e a parceira UGT? Talvez, por obediência às regras do jogo constitucional e político a que estão obrigados os seus partidos patronos, entendam não dever-se desestabilizar e reconhecer o absoluto direito de o Estado cobrar impostos.

Que pensam afinal os trabalhadores quando não lhes pagarem os ordenados por não terem o número de pagante ou atestado de escalatório?

## O 18 de Janeiro —uma luta actual

Em 1933 o regime fascista conseguia, depois de vagas sucessivas de repressão policial, dominar as forças que se lhe opunham, principalmente os trabalhadores e a sua Organização Sindical. Na posse do aparelho do Estado, com os seus métodos totalitários, iam dominar todos os antagonismos sociais e contradições do sistema impondo a ordem do clan na posse do Poder.

O Sindicato, que fora até então a força organizada e consciente dos trabalhadores iria ser assimilada pelo Estado e integrado no sistema tornando-se um instrumento da integração totalitária, já suficientemente experimentado nos sistemas fascistas e soviético.

Salazar ditou por lei a sujeição dos Sindicatos ao poder do Estado. Os Sindicatos confederados na CGT, com o seu vincado espírito de autonomia, de luta de classes e de acção directa, opoem ao sistema capitalista o seu projecto de socialização, não se sujeitaram e responderam com a greve revolucionária, passando à clandestinidade.

Em 18 de Janeiro de 1934 a luta travou-se. Como força e capacidade de luta a CGT era a única força que recusava todos os compromissos de ordem capitalista e não encontrava correlação com os sectores políticos interessados noutro jogo, e só e tralza lutou e foi esmagada. A força da sua militância purgou nas prisões e no Tarrafal a sua coragem de responder ao fascismo defendendo a autonomia sindical.

A sua decisão assumia uma transcendência histórica recusando a unicidade pelo Estado, porque ainda hoje o movimento sindical permanece na mesma sujeição de sinal diferente.

De algum modo se entende que os comunistas tivessem conscientemente traido o 18 de Janeiro.

O objectivo salazarista seria, 41 anos depois, aproveitado para a unicidade pensidária, para continuar a atrelar os sindicatos à onipotência do Estado e ao interesse da ordem capitalista.

O 18 de Janeiro está de pé.

## Uma campanha que arranca

### Subscrição para a compra de uma IBM

«A Batalha» e a revista «A Ideia», associadas, lançam-se pela primeira vez num apelo aos que nos têm e nos acolhem para contribuírem para a aquisição duma máquina eléctrica IBM, ou equivalente, para a composição destas duas publicações.

Fica aberta a subscrição especial, cujo saldo será indicado todos os meses.

Amigos: Necessita-se de 80 contos. Contamos com os amigos e assinantes. Vamos alcançar.

«A BATALHA» e «A IDEIA»





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI - VI SÉRIE - N.º 58 - MENSAL - FEVEREIRO DE 1980 - 10\$00

**A ASCENSÃO DA TECNOBUCRACIA** — Estamos no século das revoluções: por todo o lado a burguesia que noutras épocas fez as suas (repondo o dinheiro como mediador de todas as relações humanas), é substituída no poder. A propriedade privada, a base do seu poder, dá lugar à propriedade estatal.

1917, ficará na história do poder, como o ano em que uma nova classe dirigente, assalariada do Estado, assume pela primeira vez o Poder: a tecnoburocracia.

A partir da 2.ª Guerra Mundial, novos países vão continuando esta nova forma de Poder: China, Albânia, Bulgária, Roménia, Hungria, Checoslováquia, Alemanha do Leste, Jugoslávia, Cuba, Argélia, Vietname, Angola, Moçambique, Camboja, etc., etc.

A tendência do próprio capitalismo privado, paradoxalmente parece ser a sua própria estatização... **NOVOS DIRIGENTES, NOVOS DISCURSOS** — Conquistar o Poder e mantê-lo. Implica ter apoios. Justificar esse apoio também. Os novos dirigentes, para além das contradições que possam existir entre os seus Estados, os seus partidos reclamam-se do «Marxismo-Leninismo», do socialismo antagónico, islâmico, africano, por detrás dos discursos, estão as afinidades de ser tema: as suas formas de poder, são demasiado semelhantes, para serem coincidências... em todas elas, um estado monopoliza os meios de produção, nacionaliza as terras, controla toda a produção, distribuição, o ensino, a informação, em todas estas «vias para o socialismo», as relações salariais persistem, mas agora em vez de um patronato privado — esses decrepitos burgueses! —, temos um patronato público, um Estado dirigido por «eficientes» e «iluminados» gestores ao serviço das classes trabalhadoras...

**A IMPOSSÍVEL COEXISTÊNCIA** — Claro que o equilíbrio entre os Estados, onde a burguesia está no Poder e aqueles onde a tecnoburocracia o detém, é ilusório, isto para além de todos os «pactos», tratados de paz, «compromissos» teóricos sobre a «coexistência pacífica» que possam existir.

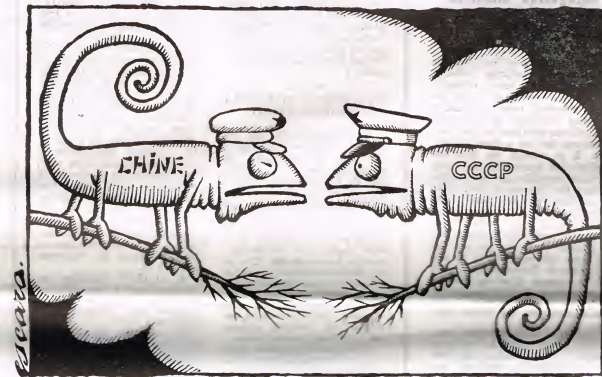
A necessidade para estes Estados de mercados, matérias-primas, só isto, os forçaria à rivalidade, à competição, pelo controle de certas regiões do Mundo.

Dai que o «Vietname», o «Afeganistão», o «Camboja», «Rússia», etc., etc., não sejam nestas disputas, situações isoladas...

**A ORIGINALIDADE LUSITANA** — As coisas são mais claras, quando analisadas na terra dos «antoches lusitanos».

## A QUEM NOS VAMOS VENDER?

POR UM COMUNISMO DE TODAS AS CORES?



### — PERIGO VERMELHO!

Em termos de poder, aquilo que se passa entre a «esquerda» e a «direita», é no fundo uma disputa dos trabalhadores.

A direita, procura mantê-los integrados no sistema que domina o capitalismo privado, alinda que para tal tenha que recorrer a uma ditadura militar, fascista, etc.

A esquerda, essa representa a oposição, aqueles que querem conquistar o Poder, com o apoio dos trabalhadores para o organizarem a seu modo.

Claro que nesta disputa, os trabalhadores, eles mesmos, podem também recusar ser massa em disputa, e abrirem o seu próprio caminho...

Aquilo que assistimos nos últi-

mos 5 anos, inscreve-se nesta disputa, e porque não, nesta rotura que também se houve...

**UMA BURGUESIA DIFERENTE?** — Foi de facto, um sector da burguesia que preparou, organizou e conduziu o golpe militar do 25 de Abril de 1974. Melhor dizendo, o golpe não foi planeado para destruir em Portugal o capitalismo privado, mas para permitir o desenvolvimento deste, impedido pelo enorme dispêndio de receitas do Estado nas guerras coloniais, por um corporativismo que dificultava a livre concorrência, o livre jogo da oferta e da procura por uma protecção extensiva do Estado a um restrito número de monopólios que controlavam o País...

desde então de outros sectores da burguesia, enfim por um regime que dificultava, politicamente, a entrada de Portugal na CEE.

### — PERIGO AMARELO!

Só um sector da «direita» arrancou em 25 de Abril, esse mesmo sector não esperou contudo, essa efusiva ofensiva dos trabalhadores, quer reivindicando aumentos salariais, melhores condições de trabalho, quer ocupando casas de volutas, etc.

A «direita» joga então num novo discurso político, com alguns seus partidos, como o CDS, a falarem em «socialismo personalista», etc.

A esquerda na sua lógica faz o que pode: Aposse-se de Ministérios, Câmaras Municipais, Sindicatos Corporativos, cola-se aos militares de Abril, a todos os militares aliás, procurando-os transformar em homens de esquerda, alguns mesmo acabaram na extre-

ma... conforme pode, lança medidas que prefiguram o capitalismo de Estado...

Mas a situação não era crítica. Em 1975 a «direita» promove o Partido Socialista, a «campeão da luta contra o totalitarismo», paralelamente, sabota empresas, transfere capitais consideráveis, para o estrangeiro; fomenta a divisão entre «Norte-católico» e «Sul-comunista», as «lutas» contra o «continente-comunista»; a vinda de quase um milhão de «retornados» aumenta os apoios; depois é a dinamização das receitas dos emigrantes, do turismo, o aumento do desemprego, etc.

Em suma a «direita» jogou no tempo, no desânimo dos trabalhadores que acreditaram na esquerda o eixir para os seus problemas, a salvação das suas vidas...

**O GOLPE...** — Quando a «direita» se lança no golpe militar de 25 de Novembro de 1975, ela já somava muito, o desgaste da imagem esquerda messianica. Os sucessivos governos do Partido Socialista (resultado a si mesmo de «esquerda»), são o dobre de finados: A «esquerda» no governo desocupa terras no Alentejo, entrega empresas em autogestão ao patronato, decreta leis como a dos «contratos a prazo», o «enunciado», aumenta impostos espectacularmente, acabando por «aceder», tanto à direita, que acaba aliando-se a um partido de «salvadoras» requeridas...

Apesar disto, o Partido Comunista foi crescendo, mas na muito que passou à defensiva.

Para muitos trabalhadores como se sentem na «obrigação» de escolherem entre a esquerda e a direita... enfim um partido dos trabalhadores» soa melhor que um partido utilizado por antigos salaristas ou catelistas...

As eleições de 2 de Dezembro, em que pela primeira vez, depois do 25 de Abril, a direita obtém a maioria de deputados, são um dos momentos desta disputa em que as coisas andam pela «direita»...

**A OBRIGAÇÃO DA ESCOLHA** — Escolher entre a «esquerda» e a «direita» é para a maioria dos trabalhadores, a única alternativa que existe. Nenhuma perspectiva parece abrir-se para além de capitalismo privado ou capitalismo de Estado. Ou seja, o que aqui se coloca em jogo, é a quem vai vender o trabalhador o seu corpo, a sua imaginação, a sua vida, se à «esquerda», ou, continuarão a fazê-lo à direita...

Para sermos mais claros: a quem nos prostituiremos no futuro? Aos mesmos clientes? Ou aos novos candidatos?

PENSAM, FALAM, DECIDEM POR TI  
AUMENTAM-TE A RENDA, CORTAM-TE A COMIDA  
COMPRAM-TE O CORPO ROUBAM-TE A IMAGINAÇÃO  
PREPARAM-TE UM FIM HORRÍVEL!  
ATÉ QUANDO PENSARÁS QUE NADA PODES FAZER?





# A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO V — IV SÉRIE — N.º 55 — MENSAL — NOVEMBRO DE 1979 — 10500

## Manual do bom cidadão em tempos de eleições

### A BATALHA EXPLICA

No sentido de contribuir, quanto possível, para a formação de uma verdadeira consciência nacional, não quis este jornal em vésperas de eleições deixar de dar aqui o seu contributo para que o seu VOTO seja assumido, como deve ser: um acto fundamental para a legalização dos nossos representantes!

Ao redigirmos estes conselhos para um «bom cidadão», estamos certos que o nosso esforço não foi em vão...

#### 1 — SER CIDADÃO

Um cidadão só existe quando reconhecido pelo Estado. Para isso é preciso que ele tenha o Bilhete de identidade em dia, um parentesco legal, pague os impostos, quotas do Sindicato, acate as leis do País, até que estas sejam revogadas ou modificadas... Ser cidadão, é ter um comportamento «ético» correcto, não infringir a legalidade. Reconhecer os seus direitos e os seus deveres.

Sa tem mais de 18 anos, ele possui mais um direito: o de poder votar! E um dever: o de votar!

#### 2 — AS COMPETÊNCIAS POLÍTICAS

Como cidadão de maior idade, terá de escolher os seus representantes, aqueles que falarão por ele. Defendê-lo os seus interesses perante o Estado.

A essas autoridades que assumem, perante a Nação, o cargo e a competência de pensarem por nós, o cidadão entrega o seu voto. Aos partidos cabe a difícil missão de decidirem das nossas vidas. Chagarem e um consenso sobre o caminho que o País deve seguir. Votar é pois, legalizar os nossos governantes.

#### 3 — DIREITA

No lado direito da política está a direita em termos simples. O cidadão mais ilustrado, chama à direita a burguesia. Situa na direita os defensores da propriedade privada, dos patrões, latifundiários, senhorios, arrendatários; comerciantes, banqueiros, industriais, traficantes, especuladores, etc. Enfim, as inúmeras actividades a que se dedica a burguesia. Quem lê os jornais costuma identificar a direita com os que preconizam o «bomba de neutrões» como arma persuasiva contra a ameaça dos soviéticos, com os que combatem o «perigo comunista» ou os que agora defendem os «direitos humanos».

Neste País da direita são também os «alarzistas», «ecetantistas», «seudocientistas»,... Mas à direita situam-se também os que preconizam a «modernização da economia», e «iniciativa privada», o «socialismo reformista», etc. Em suma, a direita tem várias formas.

A confusão é contudo impossível: Na aritmética dos votos, votar à direita é não votar à esquerda.

#### 4 — ESQUERDA

No lado esquerdo da política, fica como é óbvio, a esquerda. Na partilha do poder mundial, a esquerda afirma-se, caminha velozmente para a Esquerdização do Mundo. O esolarizado cidadão, para quem escrevemos, sabe que a esquerda está ao serviço da classe operária, das massas populares e das classes trabalhadoras.

Normalmente da esquerda são os partidos da «Reforma Agrária», «nacionalizações», da «luta contra a reacção» e o «esquerdismo», das «ampias liberdades», da «edutadura do proletariado», etc.

Pelos países que nomeiam como exemplo, reconhecem-se nas suas tendências. Uns defendem a Rússia contra a China, outros Cuba contra a Jugoslávia, outros a Albânia contra o resto do mundo, etc.

Críticas curiosas, como a direita os tem, servem também para os identificar: para eles só são agressões à soberania doutros países, os ataques perpetrados pelos países capitalistas quanto à Rússia, por exemplo, intervêm e ocupam militarmente a Checoslováquia, a Hungria, etc., é pelo contrário uma simples ajuda...

Uma central nuclear ou uma bomba atómica, só é má ou constitui um perigo para a humanidade, quando ela pertence aos países capitalistas, caso contrário representa um passo em frente no desenvolvimento científico e tecnológico...

Ainda noutro caso se reconhece: os campos de concentração, as torturas, a repressão só é má no Chile, Indonésia, etc., ou seja nos «países capitalistas», quanto aos hospitais psiquiátricos, penas de morte, políticas políticas, massificação, campos de concentração e militarização da sociedade nos «países socialistas», pelo contrário representa uma conquista e uma necessidade vital para a classe operária...

Os números são claros: votar à esquerda é não votar à direita.

#### 5 — VOTAR

O bom cidadão não se engana. Ele sabe que votar, é dar o voto à direita ou à esquerda. O voto, é útil para a direita se for na direita, ou útil na esquerda se for na esquerda...



#### 6 — CONCENTRAÇÃO NO ACTO ELEITORAL

Ele implica de imediato, a suspensão de greves, protestos de rua, manifestações contra a subida das rendas de casa, etc., ao tempo da eleição. Mais que isso, esta concentração exige que não se pense, demasiado sobre os problemas que, há séculos, são matéria de promessas de governos, deputados e partidos. Inclui-se do partido em que o bom cidadão votou no ano anterior. O acto eleitoral exige que não nos preocupemos com casos concretos.

Por exemplo, que este ano, como há séculos vem acontecendo, no Inverno, continuará a haver chais e mortes no Ribatejo, Mondego, e um pouco por todo o País. Continuará a debandada da população para o estrangeiro, os bairros de barracas crescerão como é habito, etc.

Importa pois que o bom cidadão viva o acto eleitoral, deixe de pensar em coisas como, o que é isso de «esquerdas» e «direitas», na sua própria vida, e noutras banalidades.

Em conclusão, o acto eleitoral obriga por si mesmo, a uma concentração de todas as atenções, todas as energias, e forças na campanha eleitoral.

#### 7 — DESCARREGAMENTO

Momento alto das eleições, ele consiste em o cidadão viver o próprio voto. A escolha do partido. Manifesta-se pelo combate ao electo, ao que vota na opção contrária.

Este é, por excelência o momento propício de quatro em quatro anos (ou em casos excepcionais, como este), para o cidadão descarregar as humilhações sofridas no emprego, na rua, nas repartições públicas, em casa. As milhentas chatices quotidianas, à imbecilidade de um viver sem vida, enfim, é a altura ideal para descarregar no opositor político os escarros do chefe de secção, os aumentos do custo de vida aceites resignadamente, as ameaças dos militares engolidas, o último discurso do secretário-geral do partido em quem vai votar, etc.

Aqui, mais que noutras ocasiões, é a altura do cidadão exteriorizar. Fazer uso do seu humor negro recalcado, de uma ironia violenta sufocada, do insulto, da provocação, andar à porre, argumentar como o «elder» do partido, gritar, gesticular contra a direita se for da esquerda, ou contra a esquerda se for da direita.

#### 8 — AMNÉSIA

Esta palavra não designa apenas uma perda de memória mas uma limpeza cerebral. Neste caso ela significa não apenas o acto posterior às eleições, de esquecer o que a esquerda ou a direita prometeram durante o período eleitoral mas também, em retrospectiva, para uso quotidiano frases sem nexo, abstractas, como: «direito à habitação», «direito à saúde», «direito ao trabalho», «direito à educação», «direito à liberdade», etc.

#### 9 — ROTINA

Adaptação aos resultados eleitorais: isto é, se ganhar a esquerda o bom cidadão, continuará a trabalhar, agora para aumentar a produção, salvar o país, reconstruir a economia, com entusiasmo, porque agora: estudo é do povo, é o povo que manda pelo partido — quem manda?

Se ganhar a direita, o bom cidadão, deve continuar a trabalhar com entusiasmo redobrado. Porque o país, sem trabalho e esforço de todos, não poderá sair da crise económica, nem do atraso em que se encontra.

«A vontade do povo, é quem manda».

#### 10 — CORRECÇÃO

Depois das eleições, o bom cidadão, sempre com as suas obrigações para com o Estado em dia, saberá mais uma vez situar-se na sociedade. Isto é, saberá viver as telenovelas, o futebol, sentir os discursos ministeriais, escutar o telejornal, comprar o produto recomendado na televisão, condonar o eroubos, educar na moralidade os filhos, falar correctamente com os superiores hierárquicos, apresentar sugestões a tempo para aumentar a produção na empresa, discutir comedidamente as contas do país, am sua viver em sociedade.

Caso não seja capaz de o fazer, resta-lhe sem grandes perturbações, deixar-se internar num hospital psiquiátrico ou discretamente suicidar-se.

Um último conselho: Vota em ninguém e ninguém pensará por ti!